

DIURNA.

a ousadia de escrever

DEZ 2022

Nº 9

Ano 3

Número IX

Da Católica no Porto à Católica em Lisboa.

Edição | Dezembro 2022

D.

Direção Nacional

Diretor Nacional

Nuno Brochado de Agarez

Editor in Chief - Porto

Maria Luís Gaspar

Editor in Chief - Lisboa

Catarina Andrade

Equipa Editorial

Porto

Joana Torres

Guilherme Santos

Lisboa

Maria Pia Silva

Pedro Almeida e Brito

Marketing e Digital

Daniela Magalhães Costa

Lúcia Catarina Ferreira

Editorial

Maria Luís Gaspar e Catarina Andrade

Razões de Orgulho

Manuel Braga da Cruz

As Súmulas dos AUJ.

Maria dos Prazeres Beleza e Rita Lobo
Xavier

**Ciência: deve o Direito acompanhá-la ou
limitá-la?**

Henrique Sousa Antunes

Já poderemos dizer mal de alguém?

Elsa Vaz de Sequeira

A compensabilidade do “dano morte”

Nuno Alonso Paixão

**João e a sua arma descarregada entram num
bar...**

Pedro Garcia Marques e Maria Pia Silva

Ativismo judicial

Henrique Varino

Taxas de juro no crédito à habitação

Isabel Horta Correia

Incerteza, ou talvez não

Alberto Castro

O fim do paraíso fiscal dos criptoativos

Cristina Pinto

Sobre empreender

Carlos Carvalho

Carreira diplomática em retrospectiva

António Monteiro

Defender o futuro

Bernardo Blanco

A normalidade da ignorância

Tito Rendas

Sou da Católica!

Sofia Lixa

Jobshop & Rumo Especial Advocacia

Ana Taveira da Fonseca e Manuel Fontaine

Personalidade em Destaque em Lisboa

João Vieira de Almeida

Work-Life Balance

Raquel Sampaio

A Faculdade de Medicina da UCP

Ana Raimundo

Tornar a dívida de sangue um hábito

João Junqueira

Personalidade em Destaque no Porto

Artur Santos Silva

Arte em Destaque

João Pedro Pais, Bernardo Guedes e André
Sobral

Conversas no Porto

Eduardo Souto Moura

Os Preferidos

Mónica Duque

2022 em Revista

Nuno Brochado de Agarez



jornaldiurna.com

D.

EDITORIAL

CATÓLICA NO PORTO

O trinta e um de dezembro é, invariavelmente, de balanço, retrospectiva e futurismo. Escrevo aos leitores do Jornal Diurna. dessa forma, porque não me fazia sentido que acontecesse de modo diferente.

Existe uma quota de risco significativa quando falamos de projetos ambiciosos, como o que temos em mãos: propusemo-nos a que crescesse na pluralidade, refletida, mas aceleradamente - a consciência da possibilidade de nos fugir por entre os dedos esteve presente, desde o primeiro momento. Creio que terá sido mesmo esse o desafio: encontrar estabilidade na azáfama; consenso na diferença; proximidade em muitos quilómetros.

Iniciámos novembro a lançar nomes para uma mesa, seguidos de verdadeiras dúvidas em quaisquer aceitações: findo dois mil e vinte e dois, temos a segurança de ter construído uma edição com tantos dos melhores que o nosso país tem. Trilhando o caminho do Direito à Saúde, da Arquitetura à Gestão, atrevo-me a assumir que são escassas as matérias que não constam destas páginas - sejam elas o reflexo dos mais variados pontos de interesse da massa humana da Universidade Católica e o nosso objetivo está cumprido.

O novo ano traz planos e alguns desejos – avizinham-se ventos arrojados e desafiantes para o Diurna, pelo que anseio que nos acompanhem ao longo do processo, do qual todos fazem parte. No fundo, há alguma tranquilidade em saber-nos a conduzir um projeto verdadeiramente coletivo e agregador. Posto isto, da minha parte e em nome da equipa editorial do Porto, desejo-vos boas leituras.

Maria Luís Gaspar

Editor-in-Chief - Porto



D.

EDITORIAL

CATÓLICA EM LISBOA

Há vários tipos de leitores. Os que acabam um livro numa noite e os que leem um capítulo por dia. Os que só o fazem com um lápis na mão e os que leem à pressa pelo caminho. Os que todos os dias compram o jornal, os que só o compram quando lhes ligam e os que o folheiam quando se lembram em casa dos tios ou de um amigo. Os que leem tudo de seguida, os que nem na ordem se fiam e os que adormeceram à noite e já não se lembram onde é que iam. Aos nossos leitores habituais, aos das diagonais, aos das páginas bonitas e aos das teses favoritas: vale a pena lerem cada uma das palavras que nesta edição foram escritas.

O lema do Diurna. *é a ousadia de escrever*. Só que, na verdade, representa muito mais do que isso: é a ousadia de dar um passo a trás, para podermos dar dois em frente. É dar todas as respostas sem que se esgotem as perguntas. É juntar a ingenuidade, o instinto e o entusiasmo de quem é confrontado com os problemas pela primeira vez, com o conhecimento e a experiência de quem os estuda há anos. É ter a consciência de que o conhecimento que corre nos corredores da nossa Universidade é inimaginável e de que o nosso maior propósito é reconhecer esse valor e dar-lhe um valor acrescentado.

É desafiar o presente e querer escrever o futuro. O futuro de 2023, o futuro dos próximos anos e o futuro de que desconhecemos o fim. Resta-me deixar-lhes a promessa de que nos reencontraremos para o ano e de que *Vamos conversar sobre o futuro*.

Em nome da equipa de Lisboa,
uma boa leitura a todos.

Catarina Andrade

Editor-in-Chief - Lisboa



D.

RAZÕES DE ORGULHO

POR MANUEL BRAGA DA CRUZ

*Ex-Reitor da Universidade Católica Portuguesa
(2000-2012)*

A Universidade Católica faz 55 anos de existência. Têm razões de orgulho os que a fundaram, os que a construíram ao longo dos anos, e todos os que dela hoje fazem parte: alunos, professores e funcionários. Somos produto de esforços gigantescos e generosos de várias gerações, que se empenharam com todas as suas forças em edificar o maior empreendimento da Igreja Católica dos dias de hoje.

Têm razões de orgulho os que a fundaram, os que a construíram ao longo dos anos, e todos os que dela hoje fazem parte: alunos, professores e funcionários.

A Universidade Católica é uma universidade única em Portugal. Não apenas por ser Católica, mas também, e precisamente por isso, por ter a cultura institucional mais forte das universidades portuguesas, por favorecer a mais forte identidade universitária entre elas. Somos, como o disse um dia um professor doutra Universidade, a marca mais forte no mundo universitário.

Os que se identificam com a Universidade Católica têm orgulho nessa pertença. Andamos todos de emblema ao peito, empenhados no engrandecimento da Universidade, orgulhosos com as suas distinções nacionais e internacionais. Somos reconhecidos, não apenas no plano nacional, mas também em termos internacionais.



D.

Os que se identificam com a Universidade Católica têm orgulho nessa pertença.

Quando retiraram o subsídio do Estado à Católica, em 2000, numa clara intenção de a destruir, uma onda de simpatia varreu o país. Muitos se dispuseram a ajudar a Universidade. Fundou-se a Fundação da Universidade Católica, para recolher esses apoios. Um dia, recebi um pedido de audiência das várias Associações de Estudantes da Universidade. Não vinham protestar, nem reivindicar coisa alguma. Trazia cada uma delas, um cheque, como primeiros contributos para a edificação da Fundação. Este gesto diz tudo sobre o que é a Universidade Católica.

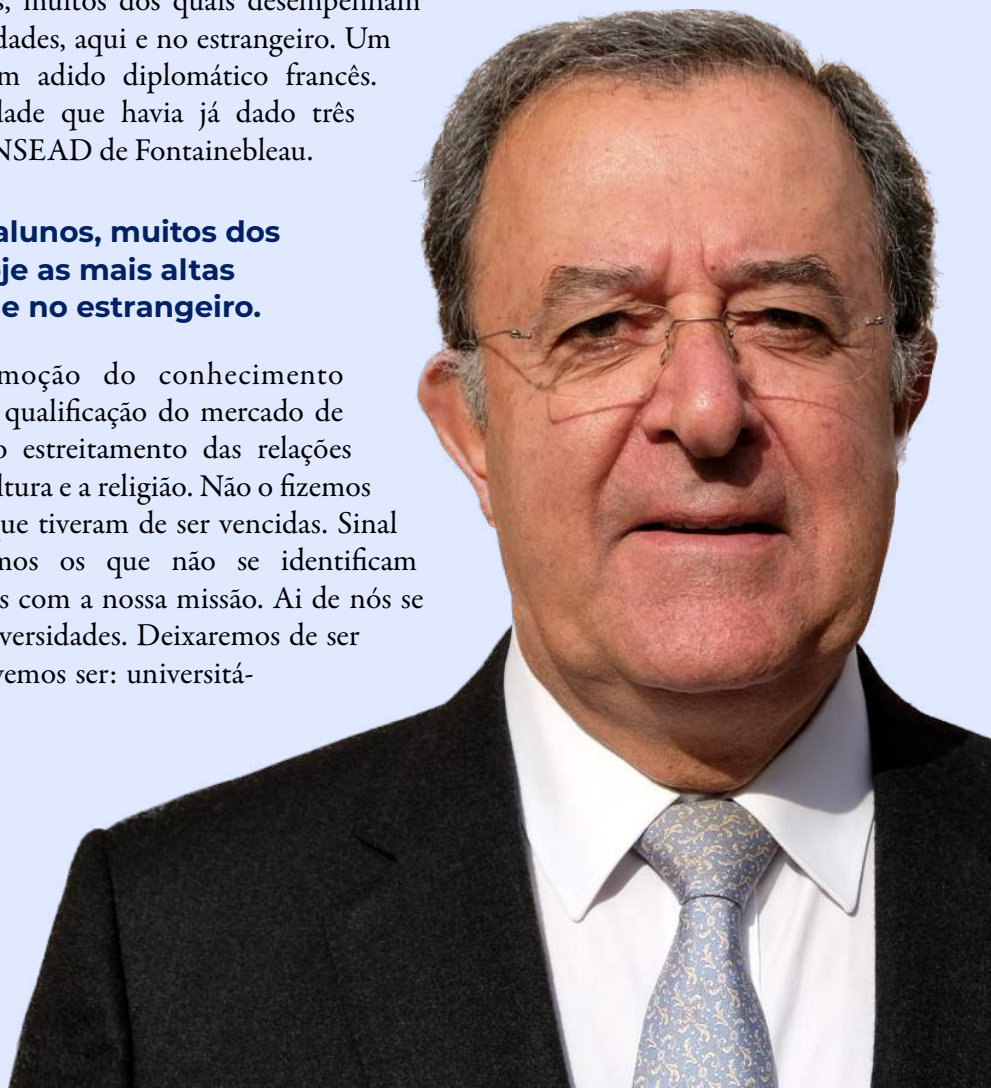
Sabemos que não é a nós que se deve sobretudo este sucesso. De acordo com as normas do mercado, a Universidade não deveria existir, pela concorrência desleal em que está envolvida. *E pur si muove*. Somos um milagre, de difícil explicação. Muitos factores contribuirão para ela, mas a razão de fundo, que leva a Universidade a sobreviver, e bem, transcende a pura razoabilidade. Por isso, vamos a Fátima, em peregrinação, toda a Universidade, várias vezes. Vamos agradecer, e pedir que a ajuda de Deus continue a assistir-nos.

Estamos ao serviço da ciência e da cultura, mas também ao serviço do Evangelho e da Igreja, ao serviço da dignidade humana, na sociedade portuguesa.

Formámos milhares de alunos, muitos dos quais desempenham hoje as mais altas responsabilidades, aqui e no estrangeiro. Um dia, recebi, a seu pedido, um adido diplomático francês. Queria conhecer a Universidade que havia já dado três “melhores alunos” anuais ao INSEAD de Fontainebleau.

Formámos milhares de alunos, muitos dos quais desempenham hoje as mais altas responsabilidades, aqui e no estrangeiro.

Contribuímos para a promoção do conhecimento científico e da cultura, para a qualificação do mercado de trabalho em Portugal, para o estreitamento das relações entre a fé e a ciência, entre a cultura e a religião. Não o fizemos sem resistências e oposições, que tiveram de ser vencidas. Sinal evidente de que incomodamos os que não se identificam connosco, e de que cumprimos com a nossa missão. Ai de nós se não tivermos dificuldades e adversidades. Deixaremos de ser o sal da terra, de ser o que devemos ser: universitários católicos portugueses.



D.

A BOA DOUTRINA
CON/DIVERGE

As *súmulas* dos AUJ

Uma mais-valia ou um perigo para a unidade do Direito?

UMA PERSPETIVA:

DA CATÓLICA EM LISBOA

“Os segmentos uniformizadores não são obrigatórios, mas, comungando das vias de defesa de que beneficiam os acórdãos de que fazem parte e sendo em geral seguidos pelos tribunais, têm uma eficácia persuasiva efectiva e uma enorme importância prática.”

DA CATÓLICA NO PORTO

“A atividade de realização do Direito no caso concreto, em que consiste o exercício da função jurisdicional, não é suscetível de ser apreendida através de uma «súmula», por muito bem redigida que esta seja.”

POR:

MARIA DOS PRAZERES BELEZA

Vice-Presidente do STJ

RITA LOBO XAVIER

Professora Catedrática da FDUCP

O segmento uniformizador, nos acórdãos de uniformização de jurisprudência e nas revistas ampliadas

Por Maria dos Prazeres Pizarro Beleza

Todos sabemos que os sistemas de vinculação à lei ou de vinculação ao precedente correspondem a dois sistemas de formação da decisão judicial que reflectem diferenças profundas sobre a concepção da separação de poderes, do papel dos juízes e da legitimação da justiça, para além de implicarem técnicas diferentes de resolução dos casos concretos.

Diz-se muitas vezes que ambos têm evoluído no sentido da aproximação; esta afirmação, todavia, tem que ser devidamente entendida, desde logo porque se mantém, no essencial, a diferente metodologia na formação das decisões judiciais.

Seja como for, vou colocar-me na perspectiva do sistema português e procurar determinar até que ponto se poderá dizer que *adoptou* ou *adapta* algum ou alguns mecanismos destinados a alcançar o objetivo de *evitar* resoluções diferentes de casos que, do ponto de vista fáctico, são *essencialmente idênticos* – objectivo mais facilmente alcançado através da via do *precedente*, ainda que meramente persuasivo –, sem no entanto esquecer que, em direito português, a *jurisprudência* é fonte de direito; mas que, naturalmente, essa função não se pode confundir com a regra do precedente.

D.

(...) sem no entanto esquecer que, em direito português, a jurisprudência é fonte de direito; mas que, naturalmente, essa função não se pode confundir com a regra do precedente.

Vou concentrar-me, em especial, nas hipóteses em que esses mecanismos conduzem à aprovação de uma regra com vocação para valer fora dos casos concretos, no âmbito dos quais veio a ser formulada (habitualmente designada como *segmento uniformizador*), procurando ver se é *obrigatória*, se tem eficácia *persuasiva* ou nem isso; e, ainda, se *deve ou não* ser formulada, não obstante não resultar da lei, nem uma opção, nem outra.

Portugal, como todos sabemos, integra-se na família dos sistemas de vinculação à lei: os tribunais e os seus juízes são independentes uns em relação aos outros, “*apenas estão sujeitos à lei*” (artigo 203.º da Constituição), que, ela própria, define as regras a que deve obedecer a sua interpretação (artigo 9.º do Código Civil); regras essas que não eliminam *divergências* interpretativas e, nomeadamente por essa via, *divergências* na resolução de casos idênticos no seu *núcleo essencial*, não obstante entre elas se conte o n.º 3 do artigo 8.º do Código Civil, que determina ao julgador que tenha “*em consideração todos os casos que mereçam tratamento análogo, a fim de obter uma interpretação e aplicação uniforme do direito*”.

(...) regras essas que não eliminam divergências interpretativas e, nomeadamente por essa via, divergências na resolução de casos idênticos no seu núcleo essencial (...).

A verdade é que essas *divergências*, inevitáveis num sistema judiciário de *civil law* assente numa pluralidade de tribunais independentes entre si, podem conduzir a *tratamento desigual de situações de facto essencialmente iguais*, como disse, e a uma *imprevisibilidade* perturbadora da confiança e da segurança jurídicas, como habitualmente se refere; o objectivo de as *evitar* ou de as *resolver* conduziu à consagração, na lei, de diversos mecanismos de prevenção e de resolução de conflitos de jurisprudência.

Gerou-se a prática, quer no recurso para uniformização de jurisprudência, quer na revista ampliada, de terminar o acórdão aprovado – que, verificada a contradição ou, na revista ampliada, também a possibilidade de contradição, julgam a divergência – com um *segmento uniformizador*, formulado de forma geral e abstracta e, na sua leitura isolada, aparentemente desligado do caso concreto em que foi proferido, tal como sucedia com os assentos. Igualmente se gerou a prática de o citar ou invocar dessa forma, *como se fosse uma norma, com vida própria*, como que o autonomizando do caso que lhe deu origem, no qual o Supremo Tribunal confrontou duas interpretações da mesma norma e optou por uma delas.

D.

Igualmente se gerou a prática de o citar ou invocar dessa forma, como se fosse uma norma, com vida própria, como que o autonomizando do caso que lhe deu origem, no qual o Supremo Tribunal confrontou duas interpretações da mesma norma e optou por uma delas.

Esta *prática* coloca a questão de saber se o próprio *segmento uniformizador*, autonomizado do caso que lhe deu origem, repito, goza da especial *protecção* conferida à uniformização de jurisprudência e que justifica que frequentemente se diga que constitui um *precedente*, *não obrigatório, mas persuasivo*.

A observação da prática revela que os *segmentos uniformizadores* são aplicáveis e frequentemente aplicados segundo a técnica própria dos sistemas de vinculação à lei (e não do precedente), como é o sistema português: desprendidos dos casos concretos que estiveram na sua génese, como uma *proposição normativa aplicável por si mesma*.

(...) são aplicáveis e frequentemente aplicados segundo a técnica própria dos sistemas de vinculação à lei (e não do precedente) (...): desprendidos dos casos concretos que estiveram na sua génese, como uma proposição normativa aplicável por si mesma.

Essa circunstância, suponho, resulta do seu enquadramento num sistema de vinculação à lei (e não de precedente), que começa por se manifestar na forma como são formulados – como se de normas se tratasse, à semelhança dos assentos, susceptíveis de aplicação *desligada* do acórdão de que são parte integrante. O que não implica esquecer ou desconsiderar que os *segmentos uniformizadores* não são normas de origem jurisprudencial e não têm autonomia relativamente ao acórdão. Expressam sinteticamente o sentido da orientação que fez vencimento, sendo um elemento da maior relevância na interpretação do acórdão, na compreensão da orientação que fez vencimento e na distinção entre os fundamentos e a decisão, essencial para se determinar o âmbito ou a extensão do que foi uniformizado e, portanto, que pode ser defendido pelas vias previstas para a protecção da jurisprudência uniformizada; são, nessa medida, extremamente relevantes, seja para o cumprimento da função orientadora do Supremo Tribunal relativamente aos demais tribunais, seja para a prossecução do valor da segurança jurídica, o que, a meu ver, justifica plenamente a prática de os formular, em conclusão do acórdão.

Expressam sinteticamente o sentido da orientação que fez vencimento, sendo um elemento da maior relevância na interpretação do acórdão (...).



D.

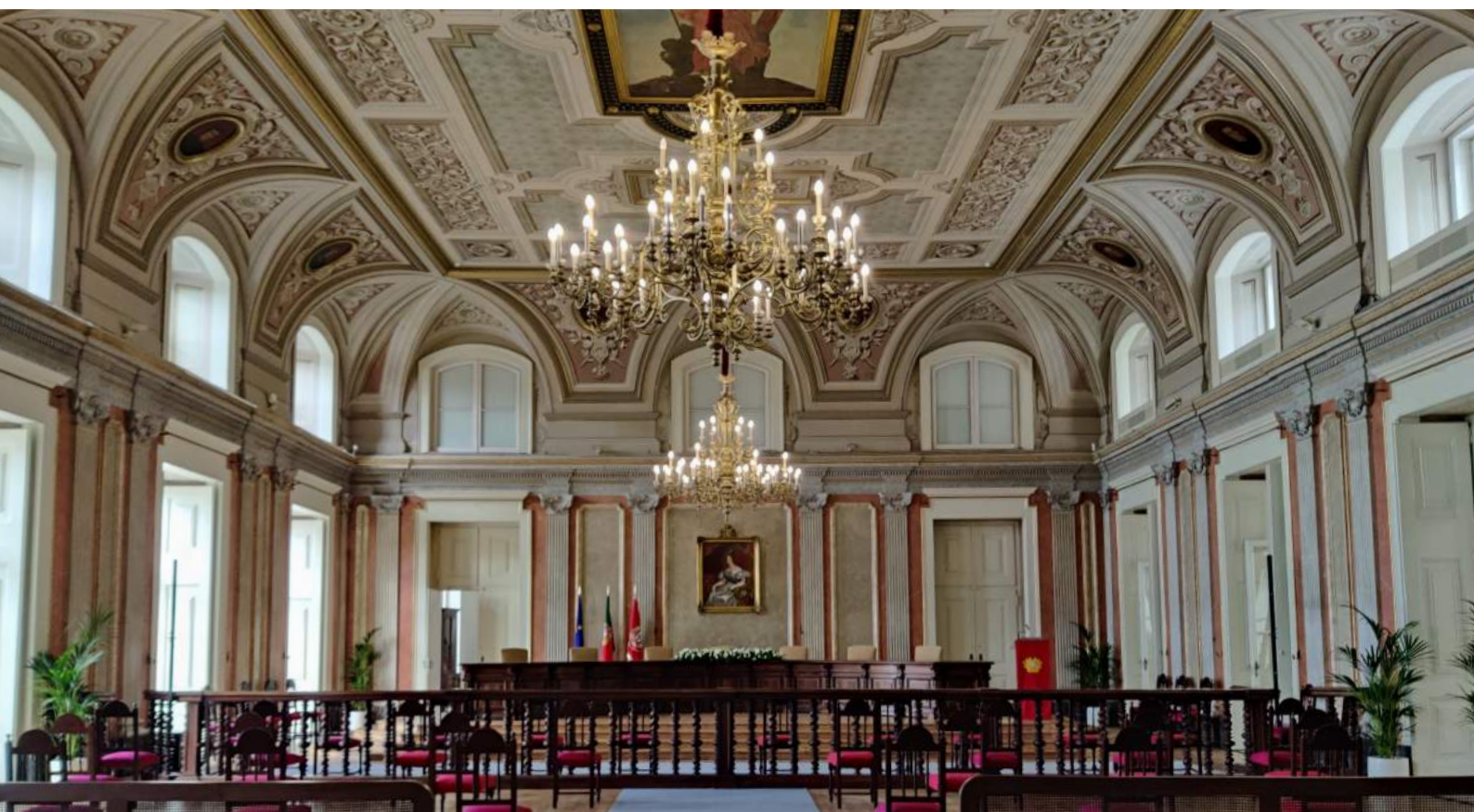
Suponho que o regime da uniformização de jurisprudência – de que saliento a ausência de força obrigatória geral e as vias de defesa das uniformizações aprovadas – não consentem que se tratem os *segmentos uniformizadores* senão como formulações sintéticas da orientação que prevaleceu e partes integrantes do acórdão que *remataram*. As razões que levaram o Tribunal Constitucional a julgar inconstitucional o artigo 2.º do Código Civil não têm aqui qualquer aplicação. A prática de os desenhar de forma geral e abstracta e de serem frequentemente aplicados como se fossem assentos não os transforma no que a Constituição e a lei não permite que sejam.

As razões que levaram o Tribunal Constitucional a julgar inconstitucional o artigo 2.º do Código Civil não têm aqui qualquer aplicação.

Concluo, assim, que, tal como os acórdãos de que fazem parte, os *segmentos uniformizadores* não são obrigatórios, mas, comungando das vias de defesa de que beneficiam os acórdãos de que fazem parte e sendo em geral seguidos pelos tribunais, têm uma eficácia *persuasiva efectiva* e uma enorme importância prática.

Maria dos Prazeres Pizarro Beleza

VICE-PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A unidade do Direito e a relevância transdecisória dos acórdãos para uniformização de jurisprudência

Por Rita Lobo Xavier

O Código de Processo Civil de 2013 prevê duas modalidades de recursos para uniformização de jurisprudência, ambos visando uma decisão a projetar-se igualmente nos casos a apreciar no futuro.

A expressão «uniformização de jurisprudência», porém, não é muito rigorosa. Aprendemos, com Castanheira Neves, que não estará em causa impedir o livre desenvolvimento da jurisprudência, impondo uma uniformidade linear. Isso seria a própria negação do sentido e função da jurisprudência.

A função cometida ao STJ é a de realizar a unidade do Direito «por ocasião do exercício da função jurisdicional e conjuntamente com ela», sem se desligar das exigências processuais do caso concreto. Por isso se diz que estes particulares acórdãos do STJ têm relevância «transdecisória». A uniformização da jurisprudência alcança-se no exercício da função jurisdicional, simultaneamente com a justa decisão do caso concreto e como efeito indireto da mesma.

Por se presumir que os Senhores Conselheiros são, de facto, detentores de qualidades técnicas correspondentes às suas qualificações e experiência, que lhes permitem apreciar as questões que lhe são submetidas ao mais alto nível, as respetivas decisões já beneficiariam de uma autoridade natural. No que respeita à jurisprudência uniformizada, esta autoridade é reforçada por um regime de recorribilidade qualificada que promove o seu seguimento pelas instâncias.

D.

Por se presumir que os Senhores Conselheiros são, de facto, detentores de qualidades técnicas correspondentes às suas qualificações e experiência (...) as respetivas decisões já beneficiariam de uma autoridade natural.

A jurisprudência uniformizada do Supremo Tribunal de Justiça não é vinculativa para os demais tribunais judiciais, não se confundindo com criação normativa vinculante. A jurisprudência uniformizada deverá em princípio ser seguida, no contexto em que foi proferida, devendo a eventual discordância dos juízes ser ponderada e especialmente fundamentada. Tal jurisprudência é dotada de grande força «persuasiva», na medida em que, ulteriormente, será sempre admitido recurso, independentemente do valor da causa e da sucumbência, da decisão contra ela proferida, no domínio da mesma legislação e sobre a mesma questão de Direito.

A jurisprudência uniformizada do Supremo Tribunal de Justiça não é vinculativa para os demais tribunais judiciais, não se confundindo com criação normativa vinculante.

O acórdão uniformizador, sendo uma decisão sobre um caso concreto, é proferido de modo que influa no futuro na apreciação da mesma questão jurídica pelos outros tribunais. A prática, sem qualquer suporte legal, de promover a generalização da decisão através de uma «súmula», «síntese interpretativa» ou «segmento uniformizador», que se destaca da decisão, aparece identificado e se enuncia como se fosse uma norma jurídica geral-abstrata, esvanece a especificidade do exercício da função jurisdicional, apontando no sentido oposto a tudo o que se pretende com a uniformização da jurisprudência como realização da unidade do Direito.

Há quem encontre alguma utilidade nesta prática, na medida em evitará dúvidas sobre o alcance da uniformização. Penso, contudo, que tem mais inconvenientes que vantagens.

Recordo que a polémica acerca da constitucionalidade do instituto dos Assentos, abolido em 1996, tinha a ver estritamente com as proposições, de estrutura geral e abstrata, que se autonomizavam, formal e normativamente, dos acórdãos e se propunham, como prescrições que ficavam a valer, de maneira geral e abstrata, para o futuro, sendo, por isso, consideradas fontes de direito.

A prática de resumir e destacar o «segmento uniformizador» obscurece a natureza transdecisória dos acórdãos do STJ a funcionar em pleno e ameaça enfraquecer a sua legitimidade. Aliás, só por uma infeliz confusão entre decisão judicial e norma foi possível assistir à discussão, nos tribunais portugueses, do absurdo problema da «aplicação de um Acórdão Uniformizador no tempo».

D.

A prática de resumir e destacar o «segmento uniformizador» obscurece a natureza transdecisória dos acórdãos do STJ a funcionar em pleno e ameaça enfraquecer a sua legitimidade.

Nunca é demais salientar a importância da unidade do Direito no plano da interpretação da lei e daí a relevância dos designados Acórdãos Uniformizadores de Jurisprudência e do respeito que lhes é devido.

A atividade de realização do Direito no caso concreto, em que consiste o exercício da função jurisdicional, não é suscetível de ser apreendida através de uma «súmula», por muito bem redigida que esta seja. A função e o sentido da jurisprudência residem no confronto entre a realidade e a norma, ficando totalmente ausentes na designada «súmula», muito semelhante a uma regra interpretativa, a que não reconheço qualquer valor jurídico e a que, por isso, não devo qualquer respeito.

A função e o sentido da jurisprudência residem no confronto entre a realidade e a norma, ficando totalmente ausentes na designada «súmula», muito semelhante a uma regra interpretativa, a que não reconheço qualquer valor jurídico e a que, por isso, não devo qualquer respeito.

Seguir e respeitar um Acórdão Uniformizador não significa seguir o texto da «súmula». Não se trata de aplicar o segmento interpretativo como quem aplica uma norma, nem de interpretar tal texto. Estará sempre em causa a interpretação de uma decisão judicial à luz da sua fundamentação.



Rita Lobo Xavier

PROFESSORA CATEDRÁTICA DA CATÓLICA NO PORTO

D.

“Será que o Direito deverá sempre tentar acompanhar a evolução da ciência ou, pelo contrário, deverá ser o Direito a limitar a evolução da ciência quando necessário?”

POR HENRIQUE SOUSA ANTUNES



D.

A pergunta que me foi colocada como tema de um texto breve justifica uma ressalva inicial. O desenvolvimento científico estará sempre subordinado à dignidade da pessoa humana e, desse modo, ao Direito. A questão tem, no entanto, um sentido mais específico, relacionado com as exigências da regulação em certos domínios da ciência e da tecnologia.

Toma-se a inteligência artificial como ilustração da resposta. Os benefícios comumente atribuídos a esta tecnologia digital disruptiva alcançam a existência humana em geral. A saúde, a educação, o trabalho, o ambiente, a justiça ou a mobilidade exemplificam os contextos das vantagens associadas à inovação referida.

Os benefícios comumente atribuídos a esta tecnologia digital disruptiva alcançam a existência humana em geral.

Os riscos são, porém, conhecidos. As características dos sistemas de inteligência artificial, como a opacidade, a complexidade, a dependência dos dados, a autonomia, ou a vulnerabilidade a ataques cibernéticos expõem os direitos fundamentais a perigos que cabe conter.

Com esse objetivo, a sociedade antecipou à abordagem jurídica a definição de um enquadramento ético da inteligência artificial. E são inegáveis os méritos da Ética, mesmo na relação com o Direito: a tendência para a universalidade dos seus postulados, o suprimimento da ausência de uma regulação legal, o auxílio prestado à interpretação das normas jurídicas ou a eficiência acrescida de uma adesão voluntária às regras aplicáveis. Falta-lhe, porém, a coercibilidade do Direito.

(...) a sociedade antecipou à abordagem jurídica a definição de um enquadramento ético da inteligência artificial. (...) Falta-lhe, porém, a coercibilidade do Direito.

A regulação jurídica da inteligência artificial adquiriu, então, forma em várias jurisdições. Serve de exemplo a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho nesta matéria (Regulamento Inteligência Artificial), de 21 de abril de 2021.

A perspetiva assumida pelo legislador europeu contraria a ideia de uma intervenção destinada a limitar a ciência. Trata-se, antes, de criar as premissas necessárias à confiança das empresas e dos cidadãos, em proveito da dinamização de um ecossistema favorável à inteligência artificial. A contenção da ciência revela-se, porém, inevitável.

A perspetiva assumida pelo legislador europeu contraria a ideia de uma intervenção destinada a limitar a ciência. (...) A contenção da ciência revela-se, porém, inevitável.

D.

No texto em debate na Europa, opta-se por uma regulação geral ou horizontal dos diversos sistemas de inteligência artificial, fazendo, contudo, uma distinção de regimes em função dos riscos trazidos pelos sistemas em causa. Nalgumas situações, proíbe-se, mesmo, a utilização da inteligência artificial. Noutras, os sistemas de inteligência artificial são submetidos a requisitos mais exigentes, motivados pelo risco elevado de ofensa a direitos fundamentais.

Estaremos perante limitações da ciência pelo Direito? Os efeitos das normas tornam a resposta afirmativa clara. O que se deve, todavia, questionar é a legitimidade dessas restrições, à luz da tensão entre os princípios da precaução e da inovação, acolhidos, com percursos diversos, no Direito europeu. O primeiro acautela a materialização de danos irreversíveis ou graves a certos bens protegidos, quando, apesar da incerteza científica, haja motivos razoáveis para reear a sua verificação. O segundo visa circunscrever o alcance das medidas justificadas pelo princípio da precaução.

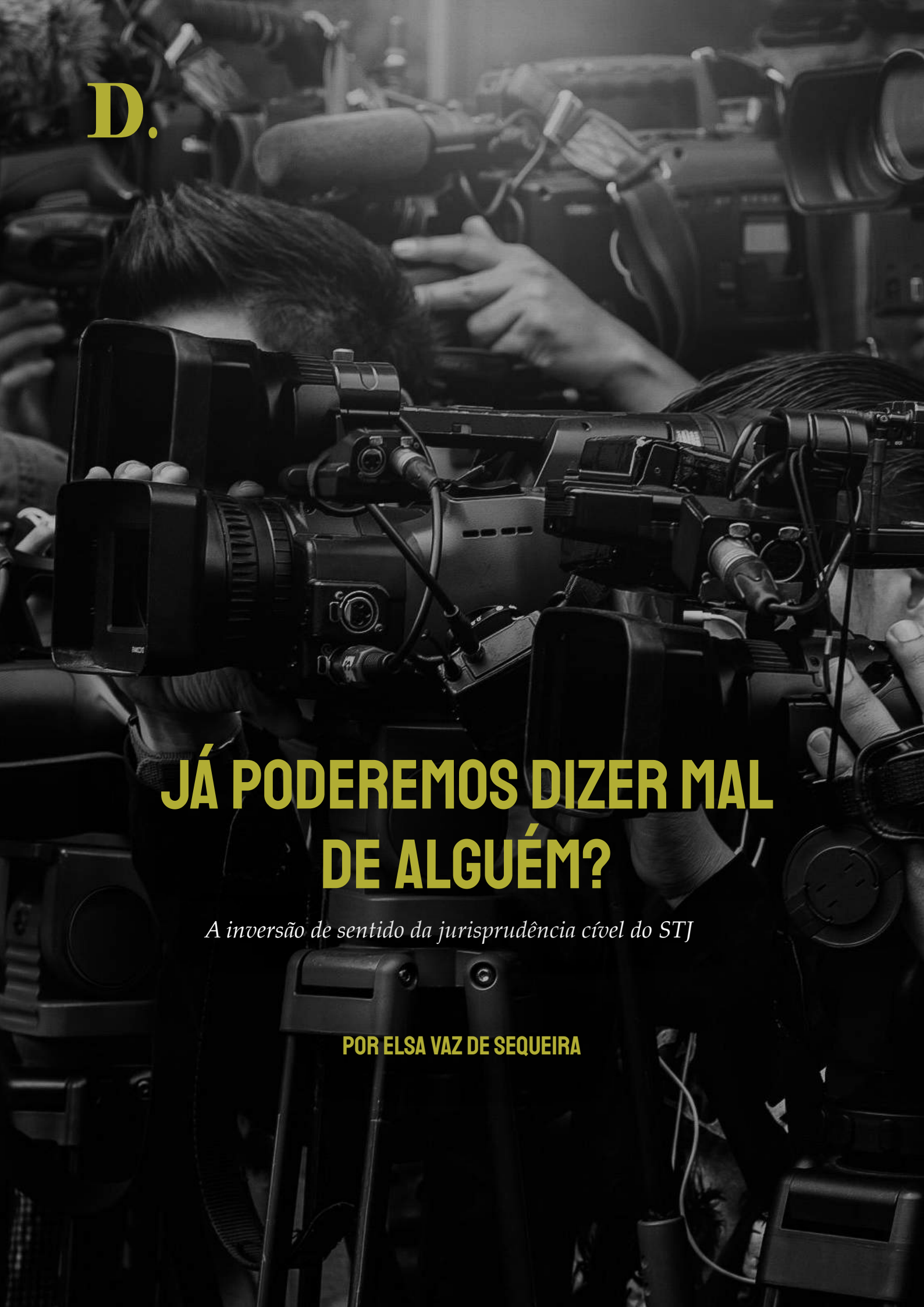
Estaremos perante limitações da ciência pelo Direito? Os efeitos das normas tornam a resposta afirmativa clara. O que se deve, todavia, questionar é a legitimidade dessas restrições (...).

Na Proposta de Regulamento IA, a precaução vem identificada na exigência de um nível elevado de proteção dos direitos fundamentais. A inovação é, por seu turno, acolhida na previsão de um risco aceitável dos sistemas de inteligência artificial de risco elevado. É com fundamento na ponderação destas finalidades que, afinal, se apreciam as condições e os termos em que o Direito deve limitar a evolução da ciência.



Henrique Sousa Antunes

PROFESSOR ASSOCIADO DA CATÓLICA EM LISBOA



D.

JÁ PODEREMOS DIZER MAL DE ALGUÉM?

A inversão de sentido da jurisprudência cível do STJ

POR ELSA VAZ DE SEQUEIRA

D.

Será que é juridicamente admissível divulgar um facto potencialmente ofensivo do bom nome de outrem ou emitir um juízo de valor negativo sobre essa pessoa? Ou, pelo contrário, este tipo de comportamento é passível de gerar responsabilidade civil do agente? A resposta a estas perguntas passa necessariamente pela determinação da relação que se estabelece entre a liberdade de expressão e o direito à honra e ao bom nome.

No passado, a grande maioria da jurisprudência do STJ qualificava essa relação como uma situação de colisão de direitos, solucionável de acordo com o preceituado no n.º 2 art. 335.º do CC. Reconhecia-se então superioridade ao direito à honra e ao bom nome.

No passado, a grande maioria da jurisprudência do STJ qualificava essa relação como uma situação de colisão de direitos(...). Reconhecia-se então superioridade ao direito à honra e ao bom nome.

As sucessivas condenações do Estado português no TEDH, por desrespeito da liberdade de expressão, obrigaram o STJ a rever a sua posição. A questão deixou de ser perspectivada como uma situação de colisão de direitos, para passar a ser enxergada como uma hipótese de delimitação do conteúdo dos direitos envolvidos. A par disto, verificou-se uma inversão de quase 180 graus no sentido das decisões: em vez de se partir da ideia da supremacia do direito à honra, parte-se do polo oposto. Ou seja, da primazia da liberdade de expressão.

(...) verificou-se uma inversão de quase 180 graus no sentido das decisões: em vez de se partir da ideia da supremacia do direito à honra, parte-se do polo oposto. Ou seja, da primazia da liberdade de expressão.

É indiscutivelmente de saudar a alteração de paradigma, quer no tocante à qualificação da natureza do problema quer no que respeita à solução concreta dada a este tipo de casos. Não se pode, contudo, deixar de alertar para o risco de se continuar a incorrer no mesmo vício de raciocínio de anteriormente: aceitar que uma das figuras goza logo à partida de prevalência relativamente à outra.

É indiscutivelmente de saudar a alteração de paradigma, quer no tocante à qualificação da natureza do problema quer no que respeita à solução concreta dada a este tipo de casos.

O que está aqui em causa é a delimitação recíproca do âmbito de aplicação da liberdade de expressão e do direito à honra, a qual deve ser feita tendo em conta as circunstâncias do caso concreto e o conteúdo da comunicação.

D.

Na imputação de factos lesivos da honra alheia, haverá liberdade de expressão desde que esses factos sejam “verdadeiros” e haja interesse legítimo na sua divulgação. Em rigor, a lei não exige a demonstração da verdade dos factos, mas tão-só a sua veracidade. Isto é, que o agente tenha fundamento sério para, em boa fé, os reputar verdadeiros. Instituiu-se assim um sistema de risco permitido de se falhar, divulgando algo falso. Para além disso, importa ter presente que o direito à honra não tutela pseudo-reputações ou falsos bons nomes e que a confiança que a comunidade ou o indivíduo isoladamente considerado depositam noutrem assenta em larga medida nesse bom nome. Informações que possam pôr a nu a falta de alicerces para semelhante avaliação positiva podem ser suficientes para justificar a sua divulgação. De frisar que a identificação dos potenciais interessados naquela informação é relevante para circunscrever a extensão da divulgação admissível e os meios idóneos para tal.

(...) importa ter presente que o direito à honra não tutela pseudo-reputações ou falsos bons nomes e que a confiança que a comunidade ou o indivíduo isoladamente considerado depositam noutrem assenta em larga medida nesse bom nome.

Quando se trata da emissão de um simples juízo de valor, a dimensão da liberdade de expressão é naturalmente maior, permitindo a cada um dizer aquilo que realmente pensa, ainda que de teor claramente depreciativo, expresso de modo contundente, agressivo, mordaz e inclusiva-mente exagerado.

Cumpre, porém, não esquecer que a liberdade de expressão não compreende discursos de ódio, enganar o próximo e insultos inteiramente gratuitos e despropositados.

Elsa Vaz de Sequeira

PROFESSORA AUXILIAR DA CATÓLICA EM LISBOA



D.



A compensabilidade pelo “dano da morte”

uma viva questão entre a obrigação e a sucessão

por Nuno Alonso Paixão

A compensabilidade do chamado dano da privação da vida, isto é, o direito de compensação pela lesão provocada no bem jurídico vida, que, naturalmente, produz a morte do seu titular, encontra-se, ainda hoje, envolto num aceso debate doutrinal.

A compensabilidade do chamado dano da privação da vida (...) encontra-se, ainda hoje, envolto num aceso debate doutrinal.

A problemática, já antiga, conheceu, contudo, desenvolvimentos em torno do regime gizado pelo legislador no art. 496.º do actual Código Civil, de si pouco esclarecedor e, por conseguinte, permeável a ambiguidades.

D.

Rigorosamente, esta temática decompõe-se em duas questões essenciais – a compensabilidade e a titularidade (que poderá envolver uma eventual hereditabilidade) do direito “indemnizatório” –, ficando a resposta à segunda dependente da posição que se professe em torno da primeira. Ou seja, as coordenadas dogmáticas do problema consistem em saber se o dano da perda da vida é, em si, um dano “compensável” e, sendo-o, se o direito a essa compensação se constitui ainda na esfera jurídica do lesado transmitindo-se aos seus herdeiros, ou se, pelo contrário, segue regras próprias e distintas das do regime sucessório geral (mas também aqui há dissensos).

(...) saber se o dano da perda da vida é, em si, um dano “compensável” e, sendo-o, se o direito a essa compensação se constitui ainda na esfera jurídica do lesado transmitindo-se aos seus herdeiros, ou se, pelo contrário, segue regras próprias e distintas das do regime sucessório geral (...).

Uma primeira corrente de pensamento pronunciava-se pela incompensabilidade do dano da privação da vida (se é que, para esses autores, se poderia mesmo falar na existência de um dano). Porém, a doutrina maioritária e a jurisprudência, dir-se-ia, unânime, têm vindo a considerar o dano não patrimonial da privação da vida um dano autónomo e compensável per se. Divergem, todavia, entre si quanto a saber quem será o titular desse direito de “indemnização” e qual a natureza da aquisição ou transmissão desse direito.

Enquanto uns autores sustentam a compensabilidade deste dano, nascendo o direito na esfera jurídica da vítima e sendo, ulteriormente, transmitido por via sucessória (iure hereditario) geral para os seus herdeiros (legais e voluntários), outros entendem que, apesar de adquirido pelo de cuius, esse direito de compensação se transmitirá por via sucessória específica para as pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3 do art. 496.º CCivil (e pela ordem aí estabelecida). Não obstante, a opinião maioritária na doutrina e que, pensamos, será entendimento consolidado na jurisprudência propugna que este direito de compensação pelo dano da privação da vida é adquirido directa e originariamente (iure proprio) na esfera jurídica das pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3 do art. 496.º CC (e pela ordem nele prescrita), não havendo, por isso, lugar a transmissão sucessória, colocando-se, portanto, esta problemática apenas no plano obrigacional.

(...) a opinião maioritária na doutrina (...) propugna que este direito de compensação pelo dano da privação da vida é adquirido directa e originariamente (iure proprio) na esfera jurídica das pessoas indicadas nos n.ºs 2 e 3 do art. 496.º CC (...).

D.

Propendendo, por diversas razões, para a tese preconizada por Leite de Campos, que considera haver, neste caso, uma transmissão sucessória específica, não podemos deixar de manifestar discordância face aos pressupostos e consequências que emergem da concepção doutrinal maioritária.

(...) não podemos deixar de manifestar discordância face aos pressupostos e consequências que emergem da concepção doutrinal maioritária.

A primeira divergência de fundo surge logo em relação à titularidade do direito de compensação. Assim construída, esta tese como que procede à “objectivação de um dano”, por criação de um “objectivo” direito de compensação em esfera jurídica alheia da vítima, o que não parece ser justificável, especialmente quando os familiares indicados nos n.ºs 2 e 3 do art. 496.º CC são já titulares, por direito próprio, de um direito de compensação pelos seus próprios danos não patrimoniais decorrentes da morte da vítima (cfr. art. 496.º, n.º 4, in fine, CCivil). A titularidade substantivo-processual poderá residir, na prática, nos mesmos sujeitos, mas os pressupostos dessa aquisição poderão ser distintos, como diferentes serão os fundamentos que suportarão os vários pedidos indemnizatórios. Só assim, de resto, se compreende que, quanto ao “dano da morte”, estejamos em presença de um direito de crédito que, por via da aquisição sucessória, poderá ser comum e gerador de um litisconsórcio necessário activo, no domínio processual.

Por outro lado, cremos que uma correcta atribuição e repartição do montante da compensação devida pelo dano da privação da vida reclama a aplicação de diversas regras, princípios e institutos privativos do Direito das Sucessões, uma vez que o Direito das Obrigações não dispõe de instrumentos capazes de responder, plenamente, a diversas vicissitudes que, neste plano, se poderão colocar, e em que é a própria lei, porventura ciente de tudo isto, que, no art. 496.º CCivil, parece reclamar o seu auxílio.

(...) o Direito das Obrigações não dispõe de instrumentos capazes de responder, plenamente, a diversas vicissitudes que, neste plano, se poderão colocar (...).

Por fim, não poderíamos deixar de fazer uma observação a propósito do montante “indemnizatório”. Os montantes normalmente arbitrados pelos tribunais a título de compensação pelo dano da privação da vida, apesar de, gradualmente, terem vindo a subir, rondam, em termos médios, entre os € 50.000,00 e os € 80.000,00, segundo a prática corrente na jurisprudência. Na determinação do concreto valor a arbitrar, entre outros factores, tem pesado, em particular, a idade da vítima, descendo o montante à medida que a idade da vítima aumenta (subjacente estará uma ideia de esperança [quantitativa] de vida).

D.

Além de este ser um valor particularmente baixo, atendendo ao bem jurídico em causa, não podemos deixar de criticar o facto de se ter em conta critérios como o da idade para valorar a vida humana. Não tendo ela “valor” (num sentido pecuniário do termo), não se pode admitir que se lhe dêem “valores”. A vida humana não vale mais ou menos consoante condição alguma, seja a saúde, a idade, a esperança de vida, a alegria ou a tristeza em viver, a socialidade ou outro aspecto da vida da vítima. A vida vale por si. Valorar diferentemente, nomeadamente consoante a idade (e a condicionante a ela associada da saúde), a vida humana neste tipo de “indenizações” é dar à sociedade um sinal errado sobre o valor da vida. É dizer que há vidas que valem mais do que outras. E não há... A dignidade ôntica da vida humana impõe, precisamente, que todas sejam valoradas (e avaliadas) por igual. Só assim a vida humana tem, em si mesma, abstracta e objectivamente, valor. E, como tal, só assim se assegura, subjetivamente, em cada Ser Humano, o valor da vida. É, por outras palavras, valorando por igual cada vida humana (de cada concreto sujeito) que se garante o valor ôntico da vida humana, abstractamente considerada, e que em cada um de nós se concretiza.

A vida vale por si. Valorar diferentemente, nomeadamente consoante a idade (...), a vida humana neste tipo de “indenizações” é dar à sociedade um sinal errado sobre o valor da vida.

Destarte, o valor de uma tal compensação, pela privação da vida, seja qual for a idade ou outra qualquer condição da vítima, terá que ser, necessariamente, sempre o mesmo!

Nuno Alonso Paixão

ASSISTENTE CONVIDADO DA CATÓLICA
NO PORTO



D.

CO-AUTORIA
PROFESSOR-ALUNO

João e a sua arma descarregada entram num bar...

A potencial inconstitucionalidade da tentativa impossível punível à luz
do velho princípio do direito penal do bem jurídico

Por:

Pedro Garcia Marques

Professor Auxiliar da Católica em Lisboa

&

Maria Pia Silva

Aluna de Direito da Católica em Lisboa



D.

João e a sua arma descarregada, guardada no coldre, certo dia entram num bar no Príncipe Real. Deolinda servia ao balcão e Carlos bebia com os seus colegas umas cervejas após um longo dia de trabalho. Num clima inicialmente festivo, João levanta-se, com um ou outro copo a mais, como geralmente acontece num bar no Príncipe Real, e decide criticar o clube favorito de Carlos que, ao ouvir tamanhos insultos contra o seu clube, profere outros quantos direcionados a João. João exalta-se, puxa da arma e põe Carlos na mira. Todavia, Carlos conseguiu ver que a arma estava descarregada, comentando-o com os demais amigos e gerando risota entre todos. Entretanto chega a polícia, que ouvira os relatos do que se passara e apressa-se a deter João dizendo-lhe que será acusado pela prática do crime de tentativa impossível de homicídio, ao que João respondeu “mas a arma nem estava carregada e todos riram!”. Poderíamos finalizar este exemplo com o nosso velho conhecido “quid iuris?”, contudo, decidi-mos poupar o trauma aos ilustres leitores.

O legislador no art. 23º do Código Penal, sob epígrafe “punibilidade da tentativa”, contempla, no seu nº3, a denominada “tentativa impossível”, referindo que a tentativa não será punível quando for manifesta a inaptidão do meio empregue pelo agente ou a inexistência do objeto essencial à consumação do crime. Dito isto, em primeira linha incumbe a qualquer intérprete a distinção entre a tentativa impossível punível e a tentativa impossível não punível, em função de o meio empregue pelo agente ser meramente inapto ou de o objeto ser inexistente, no primeiro caso, ou de o meio ou o objeto ser manifestamente inapto, no segundo caso.

Em segundo lugar, a questão a que se procura responder é a de saber como aferir a manifesta ou a mera inaptidão do meio ou do objeto. A este respeito, utiliza-se, por regra, um critério de aparência, segundo o qual o meio ou o objeto serão manifestamente inaptos se as pessoas comuns, colocadas na situação concreta, ficassem com a impressão de que o meio empregue era inapto ou de que o objeto seria inexistente para a consumação do tipo de crime. Com efeito, falamos, pois, de uma inaptidão subjetiva para que a tentativa não seja punível.

(...) falamos, pois, de uma inaptidão subjetiva para que a tentativa não seja punível.

No entanto, certamente será inquietante a questão sobre saber a razão pela qual o agente é punido, visto que não consumou o tipo de crime, nem empregou um meio apto para o efeito, não tendo, por isso, lesado o bem jurídico tutelado pelo tipo.

Na verdade, o ordenamento jurídico-penal pauta-se pelo princípio do “direito penal do bem jurídico”, nos termos do qual o Direito Penal apenas tutela bens essenciais a uma ordenada convivência humana: onde não exista um bem jurídico digno de tutela penal nem carente de tal tutela, não intervém o Direito Penal. Com efeito, o bem jurídico apresenta-se como o limite ao poder punitivo do Estado. Assim sendo, cumpre, no âmbito da tentativa impossível, individualizar um bem jurídico digno de tutela penal e carente de tutela penal, que se mostre lesado ou colocado em perigo, para poder haver lugar à responsabilização do agente no âmbito de Direito Penal.

D.

Na punição da tentativa impossível o bem jurídico protegido consistirá na perturbação da paz social. Ora, mesmo que um agente adote um meio que seja inapto, poder-se-á chegar à conclusão de que os comportamentos por ele praticados seriam suscetíveis de, naquela situação em concreto, gerar alarme social por aqueles que o testemunhassem, na medida em que naquele momento acreditassem que tais condutas seriam suscetíveis de colocar em risco bens jurídicos.

(...) mesmo que um agente adote um meio que seja inapto, poder-se-á chegar à conclusão de que os comportamentos por ele praticados seriam suscetíveis de, naquela situação em concreto, gerar alarme social (...).

Contudo, desta construção resulta a desnecessidade de efetiva perturbação da paz social, na medida em que bastará concluir-se que, em abstrato, o comportamento do agente seria apto a gerar alarme social. Ora, se assim é, então o legislador estará a promover um desvalor relativo à vontade do agente e não um desvalor de ação ou de resultado, quando um “Direito Penal do bem jurídico” não se compadece com a punição das meras manifestações de vontade dos agentes.

Em bom rigor, crê-se que o legislador visa punir o agente nestes termos em face da especial perigosidade por ele revelada na prática de tais comportamentos. Todavia, a sanção mais adequada para o efeito será, pois, uma medida de segurança, na medida em que o facto praticado pelo agente é inócuo a efetivamente consumir o tipo de crime, mas o agente revela uma perigosidade que justifica a intervenção do Direito Penal. Talvez seja este o motivo que presidiu à proposta de Eduardo Correia, no âmbito dos trabalhos preparatórios do Código Penal de 1982, de que nestas hipóteses a sanção a ser aplicada ao agente consubstanciasse uma pena mista, desempenhando, em parte, a função de pena e, em parte, a função de medida de segurança.

(...) crê-se que o legislador visa punir o agente nestes termos em face da especial perigosidade por ele revelada (...). Todavia, a sanção mais adequada para o efeito será, pois, uma medida de segurança (...).

É, pois, duvidosa a admissibilidade constitucional da figura da tentativa impossível, pois que, no modo como é concebida, não parece cumprir plenamente as exigências decorrentes do princípio de tutela do bem jurídico.

Quando olhamos para o nosso João, que lesão ou perigo de lesão terá ele causado? Além disso, condenado o João pelo que fez, condenado fica o Direito Penal a não cumprir as exigências de um princípio: o do Direito Penal do facto. O que é isso? Será ocasião para uma outra conversa. Talvez um dia. Quem sabe. Para o que importa, do nosso João todos se riram. A humilhação, acreditamos, teria bem bastado como *castigo*.



D.

ATIVISMO JUDICIAL

Usurpação de competência ou mal necessário?

D.

O presente texto surge motivado por uma inquietação que se foi formando e consolidando durante o trabalho de pesquisa que, até abril de 2023, consubstanciará a minha dissertação de mestrado. A análise de um conjunto de decisões judiciais de grande relevo (“uniformizadoras” de jurisprudência) conduziu-me ao questionamento que pretendo pôr em evidência neste escrito: terão os juízes prerrogativa legislativa?

A questão do ativismo judicial não é nova. Para os novos no tema, trata-se de uma filosofia judicial assente na tese de que os juízes devem e podem ir além da lei constituída sempre que, por questões sociais fraturantes que existam aquando do momento em que o juiz é chamado a resolver o problema, o caso o reclame.

(...) trata-se de uma filosofia judicial assente na tese de que os juízes devem e podem ir além da lei constituída sempre que (...) o caso o reclame.

Se mesmo nos países de *common law*, onde a regra do precedente vinculativo é arraigada e o estado da arte, a questão já é amplamente discutida, em países de base romano-germânica, em que a lei escrita é a principal fonte de Direito, ela se assume como questão verdadeiramente fraturante da administração da justiça.

A razão não é de difícil compreensão, sobretudo quando trazemos para o holofote a construção *monstesquiana* sob a qual assenta o nosso modelo institucional: se cabe ao poder a Assembleia da República e ao Governo, de acordo com a Constituição, a criação de leis que expressam normas jurídicas, e sabendo que os Tribunais se encontram vinculados à lei e à Constituição, poderão os Tribunais subverter a lei em nome de um bem maior?

A razão não é de difícil compreensão, sobretudo quando trazemos para o holofote a construção monstesquiana sob a qual assenta o nosso modelo institucional (...).

O que nos parece, com o devido respeito a opiniões contrárias, é que cabe ao legislador a ponderação e adequação de princípios, a serem vertidos nas normas subjacentes ao texto legal, não sendo lícito aos juízes, em regra, fazer. Foi opção clara do legislador constituinte (democraticamente eleito, vale lembrar) reservar aos Governo e à Assembleia da República, nas suas respetivas matérias de competência, deixando aos juízes a função de aplicar a lei de acordo com essas ponderações, e não as fazer de forma independente.

Não queremos com isso dizer que o juiz deve ser um «autómato da subsunção», nas palavras de Beccaria. Efetivamente, a moderna ciência do Direito criou técnicas legislativas que demandam concretização normativa por parte do Juiz: as cláusulas gerais, os conceitos indeterminados, os tipos jurídicos e a remissão para a equidade são disso exemplos clarividentes.

D.

No entanto, e seguindo o pensamento de Hans Kelsen, nessas concretizações, existirá um respeito por parte do julgador da margem decisória e de ponderação normativa facultada pelo legislador. Ao Juiz não será lícito realizar concretizações para lá desses limites e situações excepcionais em que o legislador reconhece que a mera abstração das normas jurídicas não bastará para a realização da justiça.

No entanto, e seguindo o pensamento de Hans Kelsen, nessas concretizações, existirá um respeito por parte do julgador da margem decisória e de ponderação normativa facultada pelo legislador.

Portanto, por vinculação constitucional, o juiz deve julgar aplicando a lei e os princípios nela vertidos, de acordo com a ponderação pré-fixada pelo legislador e nos limites por ele estabelecidos. Não se admite uma interpretação “criadora” do Direito como regra, como, aliás, parecem indiciar os Artigos 9.º, 10.º e 11.º do Código Civil: mesmo quando haja lacuna e seja impossível preenchimento por analogia, a norma *ad hoc* que dá resolução ao caso deve ser constituída tendo em conta o espírito do ordenamento, isto é, as ponderações e princípios que vigoram no ordenamento por vontade do poder legislativo democraticamente eleito.

Parece-nos, com o devido respeito, que alguma jurisprudência se tem esquecido destes quadros. Peguemos, a título de exemplo, a tríade recente de uniformização de jurisprudência em matéria de insolvência (Acórdãos Uniformizadores de Jurisprudência n.ºs 4/2014; 4/2019; 3/2021) em que o Supremo Tribunal de Justiça parece construir um princípio geral de proteção dos consumidores adquirentes de bens imóveis em contexto de insolvência, reconhecendo-lhes, e a mais nenhum outro sujeito em igual circunstância, uma garantia real que lhes permite prioridade de pagamentos num processo de insolvência, bem como, consequentemente, uma preferência sem paralelos na aquisição do bem sobre o qual incide a garantia.

Parece-nos, com o devido respeito, que alguma jurisprudência se tem esquecido destes quadros.

Ainda que possam ser (e, a nosso ver, são) nobres as motivações subjacentes à construção deste princípio, assente na proteção de sujeitos com menos poder negocial e que investiram todas as suas poupanças na compra de uma casa própria para sua habitação, a verdade é que inexiste qualquer norma no Direito da Insolvência que dê guarida a um princípio dessa natureza.

Foi vontade do legislador que fosse assim, e, nos termos da Constituição, cabe a este alterar essa vontade quando considere que, abstratamente, este interesse merece uma proteção específica. Os fins, para a nossa Constituição, não justificam os meios, pelo que não parece possível reconhecer aos tribunais a competência para construir um princípio geral de proteção do adquirente de imóveis consumidores sem qualquer norma que manifeste esse princípio.

D.

Foi vontade do legislador que fosse assim, e, nos termos da Constituição, cabe a este alterar essa vontade quando considere que, abstratamente, este interesse merece uma proteção específica. Os fins, para a nossa Constituição, não justificam os meios (...).

Não se quer com este texto demonizar o poder judicial, longe disso. Muito recentemente, este poder, concretamente o Tribunal Constitucional, demonstrou serenidade e senso de funcionalidade ao julgar, e, a nosso ver, corretamente, variadíssimas normas emanadas pelo Governo durante a pandemia COVID-19 inconstitucionais, material e organicamente – tanto eram que, nas recentes propostas de Revisão Constitucional apresentadas pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, propõem-se a modificação do Artigo 27.º da Constituição, de maneira a permitir restrições à liberdade deambulatoria, com base em decretação de confinamento compulsório. Este comportamento deve ser aplaudido.

O que se deve ter em atenção é, justamente, aqueles membros do poder judicial que consideraram, em outros acórdãos de outros tribunais, que tais normas não eram inconstitucionais, tão somente para dar vazão a outros valores sociais que, naquele momento, se mostravam relevantes ou justos. Ainda que seus motivos fossem nobres, o nosso contrato social, corporificado na Constituição, não permite usurpação de poderes. Quer-se juízes criativos (na expressão de Canaris), não criadores, num sistema constitucional como o nosso.

Ainda que seus motivos fossem nobres, o nosso contrato social, corporificado na Constituição, não permite usurpação de poderes.

Num estado democrático, de direito, e constitucional, há que seguir o ideal atribuído a Thomas Jefferson, de que o preço da liberdade é a eterna vigilância. Cabe a toda a sociedade civil combater e apontar todos os abusos interpretativos realizados no poder judiciário, garantindo a tão necessária segurança jurídica e previsibilidade nas relações.

Henrique Varino

ALUNO DO MESTRADO DE DIREITO PRIVADO DA CATÓLICA NO PORTO



D.

TAXAS DE JURO no crédito à habitação

Por Isabel Horta Correia

Para qualquer um de nós a casa é um direito essencial e por isso constitucional. Direito à habitação em contraposição a ser um sem abrigo. Esse direito pode ser exercido ao conseguir alugar uma casa ou ao comprar uma casa para habitação própria. A compra de casa é o meio escolhido pela maioria dos europeus e, em Portugal, por 3/4 das famílias. Será que este é um número razoável? De facto é muito alto mas não iremos aqui discutir as políticas públicas que tornam o mercado de arrendamento em Portugal tão pequeno!

Para qualquer um de nós a casa é um direito essencial e por isso constitucional. Direito à habitação em contraposição a ser um sem abrigo.

D.

Quando a compra de habitação própria se impõe, não só como escolha mas como única opção, esta torna-se a forma mais significativa de poupança das famílias portuguesas. A compra é, na quase totalidade dos casos, acompanhada de um empréstimo bancário concedido exclusivamente para a aquisição do imóvel. Enquanto que a concessão de crédito bancário para consumo implica taxas de juro muito altas, a concessão de crédito para aquisição de casa própria é realizada a taxas de juro muito menores e por isso mais vantajosas para quem pede o empréstimo. Isto é possível porque, associada à concessão de crédito para compra de casa, o banco requer uma hipoteca da mesma. Ou seja, uma garantia de que, caso o proprietário se encontre impossibilitado de pagar ao banco os juros e amortizações devidas, o banco pode em última instância tomar o imóvel como pagamento do valor em dívida, exercendo a hipoteca. A hipoteca da casa, ao minimizar o risco para o banco, permite que o banco peça taxas de juro relativamente baixas por estes empréstimos. No entanto, o risco de incumprimento não desaparece. A possibilidade de haver situações em que, após a compra e o pedido do empréstimo, o dono da casa venha a ter dificuldades (ou mesmo a impossibilidade) em satisfazer os pagamentos mensais ao banco continua a existir.

(...) a concessão de crédito para aquisição de casa própria é realizada a taxas de juro muito menores e por isso mais vantajosas para quem pede o empréstimo.

Quando é que existe maior probabilidade de stress financeiro para as famílias detentoras de empréstimos para habitação?

A quase totalidade dos empréstimos para habitação é contratada a taxa de juro variável. Ou seja, o banco calcula o pagamento da mensalidade do empréstimo para cada valor da taxa de referência, a chamada Euribor que mede o custo de se refinanciar com outros bancos e, este pagamento mensal, é reavaliado de seis em seis meses ou de ano a ano conforme contratado no momento da concessão do crédito, sempre que a taxa Euribor se altera. Assim, sempre que a taxa de juro Euribor aumenta e sempre que este aumento não é acompanhado por um aumento dos rendimentos desta família, a probabilidade de incumprimento é maior.

No momento que atravessamos estão reunidas estas condições para a grande maioria dos portugueses com casa própria adquirida com empréstimo bancário a taxa variável, ou seja, para a quase totalidade dos portugueses que têm um empréstimo para habitação. No passado recente, a Euribor esteve não só muito estável (o que significa que não houve revisões do montante mensal a pagamento) mas também em valores muito baixos (a Euribor a 6 e a 12 meses, as mais usadas como taxas de referência nestes empréstimos, tomou valores negativos nos 6 anos antes das recentes subidas de taxas). Ora, durante este ano de 2022 esta taxa de referência, em reação à alteração da política monetária do BCE, tem vindo a aumentar, aproximando-se dos 3%.

D.

(...) durante este ano de 2022 esta taxa de referência, em reação à alteração da política monetária do BCE, tem vindo a aumentar (...).

Que impacto tem uma subida destas nos pagamentos mensais dos contratos a taxa variável?

Cálculos simples mostram que por cada 100.000 euros de empréstimo e por cada aumento de 1pp na taxa Euribor, o pagamento mensal típico aumentará 50 euros. Ou seja, num empréstimo de 200.000, o aumento previsto para 3% na Euribor em 2023 levará a um aumento de 300 euros na prestação da casa, quando comparada com a prestação do ano passado. Fica fácil perceber porque razão este é o impacto mais falado e mais relevante para um grande número de famílias, no que diz respeito à inflação subjacente à subida das taxas de juro.

Fica fácil perceber porque razão este é o impacto mais falado e mais relevante para um grande número de famílias, no que diz respeito à inflação subjacente à subida das taxas de juro.

Porque não mudar para taxas fixas rapidamente? Porque os bancos, ao renegociarem o contrato para esse regime em tempos de taxas a crescer e de grande incerteza, irão (já estão a) pedir taxas fixas tão altas que o aumento na prestação mensal seria superior àquele que descrevemos para taxas variáveis.

Qualquer renegociação do contrato atual com os bancos nesta fase, só pode significar uma transferência de parte deste aumento do custo do empréstimo para o futuro. Assim, só será útil renegociar nos casos em que uma perspectiva de tempos mais risonhos no futuro permita acomodar essa transferência de custos com a habitação.

Isabel Horta Correia

PROFESSORA CATEDRÁTICA DA CLSBE



D.



INCERTEZA ou talvez não

Por Alberto Castro

PROFESSOR CATEDRÁTICO CONVIDADO DA CPBS
PROVEDOR DO ESTUDANTE NA CATÓLICA NO PORTO

Que seria dos advogados se não fosse a incerteza?!”. Este dito, de autor anónimo, veicula a noção corrente de incerteza. Os economistas (mais rigorosos?) atrevem-se, porém, a dizer que o mesmo não está correto. Para o efeito, introduzem na discussão a diferença entre risco e incerteza. No primeiro caso, cabem as situações em que, não sabendo o resultado, conseguimos enunciar as potenciais alternativas e, objetiva ou subjetivamente, atribuir-lhes uma certa probabilidade de ocorrência. O exemplo clássico é o do lançamento de uma moeda ao ar. Cada vez que a moeda é lançada, não sabemos que face vai sair, mas sabemos que, seja qual for a que eu escolha, existe uma probabilidade de 50% de acertar. Isso é certo!

Cada vez que a moeda é lançada, não sabemos que face vai sair, mas sabemos que, seja qual for a que eu escolha, existe uma probabilidade de 50% de acertar.

D.

Nem sempre os possíveis eventos obedecem a uma lei tão objetiva. Os economistas, mais uma vez, costumam dizer que fazer previsões é difícil, sobretudo quando se trata do futuro... Não sabemos qual vai ser a taxa de inflação daqui a um ano, nem a taxa de juro ou a taxa de câmbio entre o euro e o dólar. São o que, na gíria, se chamam de “known unknowns”. Sabemos o que não sabemos. Uns podem deitar-se a adivinhar, a palpitar. Outros, podem reunir informação variada, incluí-la num modelo, mais ou menos sofisticado, e fazer simulações que reflitam os vários cenários admitidos para cada uma das variáveis relevantes. Farão uma previsão que, podendo vir a verificar-se errada, vai muito para além do mero palpite. No caso das empresas, consoante os seus gestores estejam, mais ou menos, confortáveis com a dispersão de resultados possíveis, adotarão comportamentos diferentes para se protegerem, por exemplo, das situações mais penalizadoras. Já há vários anos que se falava da possibilidade de os preços do gás subirem. Houve gestores,

mais prudentes, que fizeram contratos de longo prazo com os seus fornecedores. No curto prazo, terão pagado mais: foi o preço da tranquilidade. Outros, porventura mais otimistas, projetaram o presente para o futuro. Deram-se bem, no curto prazo. Quando a borrasca chegou, pagaram o preço de ignorar que o mercado nem sempre nos dá o que gostaríamos que desse. Terão ponderado custos e benefícios. Quando a política por que haviam optado falhou, não podem deitar culpas à incerteza. É uma questão de atitude perante o risco: com a mesma informação, uns são mais prudentes, “avessos ao risco”, diz-se. Compram seguros, levam o guarda-chuva, usam cinto e suspensórios. Outros, otimistas, arriscam.

É uma questão de atitude perante o risco: com a mesma informação, uns são mais prudentes, “avessos ao risco”, diz-se. (...) Outros, otimistas, arriscam.



D.

Quem vence? Depende do que vier a acontecer. No Totobola uns jogam simples, outros dupla, outros tripla. Já dizia o filósofo português João Pinto: “prognósticos, só no fim do jogo”. Incerteza? Só no sentido em que não se sabia se, ou o que, ia acontecer, mas não que podia acontecer. Em rigor, quando falamos de incerteza estamos a falar de um campeonato diferente, o das “unkown unkowns”. Não sabemos o que não sabemos. Por mais providente que sejamos, não se consegue desenhar estratégias ou políticas para algo que desconhecemos. Não estamos a falar de informação privilegiada e, muito menos, de adivinhos. Estamos no domínio do insondável. Diz quem estuda estas coisas que o foco deve passar da antecipação ou previsão, para a capacidade de lidar com o absoluto imprevisto. É uma questão de organização e não de estratégia. A teoria dos sistemas complexos pode-nos dar uma ajuda. Por exemplo, quando sugere a modularização e a redundância como princípios para ajudar a resistir a crises. Módulos estanques evitam que um mal se estenda a toda a organização. Algum excesso de recursos previne quebras nas cadeias de comando ou de funcionamento ou pode ser dedicado a temas que não estão na ordem do dia. Matéria para estudos aprofundados e especializados e não para um simples texto de divulgação.

Não sabemos o que não sabemos. Por mais providente que sejamos, não se consegue desenhar estratégias ou políticas para algo que desconhecemos.

Alguns, mais ciosos do compromisso, dizem que talvez tudo isto seja uma questão de grau. Nos primeiros casos, aqueles em que dissemos que havia risco, há alguma incerteza. Nos outros, a incerteza é absoluta, radical. A diferença continua, contudo, a ser relevante porque, consoante o grau, assim a forma de lidar com a situação. Questão tanto mais relevante quanto, como anteviu Edgar Morin no final do século passado, este parece ser um tempo já não de crises, mais ou menos unidimensionais e bem definidas, mas de crises que emanam de sistemas complexos em que várias dinâmicas se sobrepõem, intercetam, misturam, originando aquilo que ele crismou de “policrises” que desafia as organizações, e nos desafia, a (con)vivermos com a inquietação do incerto.

Alguns, mais ciosos do compromisso, dizem que talvez tudo isto seja uma questão de grau.

Já em 1945, na sua História da Filosofia Ocidental, Bertrand Russell proclamava que “ensinar a viver sem certeza e, ainda assim, não ser paralisado pela hesitação, é talvez a coisa mais importante que, no nosso tempo, a filosofia ainda pode fazer por aqueles que a estudam”. Um desafio que, hoje, se põem ao conjunto das ciências sociais e humanas. Tanto mais difícil quanto, como dizia o Marquês de Maricá (1773-1848), um filósofo e político brasileiro, “os homens preferem geralmente o engano, que os tranquiliza, à incerteza, que os incomoda”.



O FIM DO PARAÍSO FISCAL DOS CRIPTOATIVOS

Até aqui, Portugal era visto como um paraíso fiscal em matéria de criptoativos. Contrariamente ao que já acontecia em muitas jurisdições, na nossa lei não estava especificamente tratada a tributação de operações com criptoativos. Esta situação muda com a Lei do Orçamento do Estado para 2023.

Até aqui, Portugal era visto como um paraíso fiscal em matéria de criptoativos. (...) Esta situação muda com a Lei do Orçamento do Estado para 2023.

As mudanças obrigam à alteração de quase todos os códigos fiscais, sendo de salientar as três principais mudanças:

- a) A tributação em IRS das atividades de validação de operações através de mecanismos de consenso (*mining* e *staking*), assim como das mais-valias na venda de criptoativos detidos há menos de um ano;
- b) A sujeição a Imposto do Selo das transmissões gratuitas e das comissões de intermediação cobradas pelos prestadores de serviços com criptoativos;
- c) A criação de obrigações declarativas para aqueles prestadores.

Até à data, não existia qualquer definição de criptoativos na lei fiscal portuguesa, o que surge agora, como sendo toda a representação digital de valor ou direitos que possa ser transferida ou armazenada eletronicamente recorrendo à tecnologia de registo distribuído ou outro semelhante. Trata-se, pois, de um conceito muito amplo, que abarca várias realidades.

D.

Em termos de IRS, os criptoativos surgem no âmbito das categorias B (rendimentos empresariais) e G (incrementos patrimoniais – mais-valias).

Na categoria de rendimentos empresariais, inclui-se a mineração e a validação de transações de criptoativos através de mecanismos de consenso.

Enquanto mais-valias temos a alienação onerosa de criptoativos. Prevê-se, contudo, uma isenção de tributação dos ganhos decorrentes da alienação, quando os criptoativos tiverem sido detidos por um período igual ou superior a 365 dias. Para efeitos de contagem deste prazo, prevê-se que o período de detenção dos criptoativos adquiridos antes de 1 de janeiro de 2023 seja tido em consideração.

Prevê-se, contudo, uma isenção de tributação dos ganhos decorrentes da alienação, quando os criptoativos tiverem sido detidos por um período igual ou superior a 365 dias.

Surge ainda uma nova obrigação de comunicação sobre operações de criptoativos: as pessoas singulares ou coletivas, organismos e outras entidades sem personalidade jurídica que prestem serviços de custódia e administração de criptoativos por conta de terceiros ou tenham a gestão de uma ou mais plataformas de negociação de criptoativos, ficam obrigadas à entrega de uma declaração de modelo oficial à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao final do mês de janeiro de cada ano, relativamente a cada sujeito passivo, comunicando as operações efetuadas com a sua intervenção relativamente a criptoativos.

Surge ainda uma nova obrigação de comunicação sobre operações de criptoativos (...).

Em suma, e apesar de complexo, por ser algo inovador, Portugal dá os primeiros passos na tributação dos criptoativos. Dúvidas surgem sobre a sua eficácia, atendendo à suposta não rastreabilidade das operações. Será, contudo, matéria que irá evoluir nos próximos anos, e que pela sua importância, não poderemos deixar de acompanhar.

Cristina Pinto

DOCENTE CONVIDADA DA CATÓLICA NO PORTO



D.

SOBRE EMPREENDER

Empreendedor é, por definição, o(a) indivíduo(a) que é criativo(a), inovador(a), arrojado(a), que estabelece estratégias que vão definir o seu futuro. Alguém que coloca as suas energias numa estratégia para concretizar, para realizar, para fazer.

Nas últimas décadas, com acentuado crescimento no pós crise global de 2008, a cultura de concretização empresarial viu reforçar-se o conceito em torno das start ups, muitas de vocação tecnológica. E com esta onda de concretização empreendedora, surgiu também uma nova, ou, pelo menos, diferente, cultura empresarial.

Desta espécie de movimento saiu reforçado o conceito do empreendedorismo, do ser empreendedor. Não que fosse um conceito novo, pois a grande maioria dos empresários sempre foram empreendedores, mas porque se criou a necessidade, e também a oportunidade, de estimular o empreendedorismo como forma de resposta à crise.

Não que fosse um conceito novo, pois a grande maioria dos empresários sempre foram empreendedores, mas porque se criou a necessidade, e também a oportunidade, de estimular o empreendedorismo como forma de resposta à crise.

Contudo, e é principalmente esta a reflexão que pretendo transmitir neste texto, ser empreendedor é mais do que ser alguém que se sente motivado, capaz e com coragem para empreender num negócio seu. É manter uma atitude empreendedora, fazedora, naquilo que se faz, seja-se dono de um negócio próprio, empresário, ou colaborador de uma empresa de outrem. Hoje entendo que ser empreendedor é, fundamentalmente, ser alguém que procura inovar naquilo que faz, que procura fazer diferente por forma a alcançar resultados também diferentes, alguém que coloca espírito crítico e criativo nas ações que realiza.

D.

(...) ser empreendedor é mais do que ser alguém que se sente motivado, capaz e com coragem para empreender num negócio seu.

E esse empreendedor de hoje, não tem necessariamente de ser o criador de um produto, ou serviço, que dá origem a uma nova empresa. O empreendedor de hoje empreende em todas as tarefas e funções em que participa.

A importância de estimular o empreendedorismo está precisamente aqui: incentivar, educando para uma postura empreendedora, ao nível de todo e qualquer colaborador de uma organização, reforçando assim o sentido e o potencial inovador dessa mesma organização no seu todo. Ou seja, é muito mais inovadora a organização que conta com mais empreendedores como colaboradores, do que aquela que a dado momento foi criada por um empreendedor.

(...) é muito mais inovadora a organização que conta com mais empreendedores como colaboradores, do que aquela que a dado momento foi criada por um empreendedor.

Trazendo o tema para a realidade portuguesa, europeia e, permitam-me, ibero-americana, onde a esmagadora maioria das empresas são de pequena e média dimensão (PMEs), muitas com dezenas de anos de atividade, é fácil perceber que a captação de colaboradores que mantenham uma atitude empreendedora será, sem dúvida, um dos fatores mais diferenciadores para que estas empresas possam continuar a progredir, adaptando-se mais facilmente aos desafios que o mundo de hoje proporciona.

Ser fazedor é, em qualquer atividade, uma atitude distintiva de enorme importância. Não restam dúvidas de que educar estimulando o empreendedorismo das novas e atuais gerações será fundamental para o nosso futuro enquanto sociedade, considerando que são as empresas as organizações que mais a moldam. E hoje ser empreendedor é, essencialmente, ter mais audácia para concretizar.

Carlos Carvalho

CEO ADYTA E DIRETOR NORTE DA ANJE



D.



António Monteiro

Carreira diplomática

RETROSPETIVA

Não me lembro de me ter preocupado, ao longo da minha infância e adolescência, com o que gostaria de ser “quando fosse grande”. No ambiente rotineiro e tranquilo de uma pequena cidade do interior angolano (hoje, Luena), motivado pelos meus pais e pelo exemplo de uma irmã mais velha, tive sempre presente que teria de estudar para singrar na vida. Acabado o curso liceal, os meus pais entenderam ser melhor para mim fazer em Lisboa os anos preparatórios de entrada na Faculdade de Direito. Aceitei essa decisão com alguma relutância e sem plena consciência do que significaria a opção pelo curso de Direito. No final do meu segundo ano na Faculdade, porém, era para mim clara a diferença entre a apetência com que estudava disciplinas predominantemente históricas ou políticas e o fraco entusiasmo pelas estritamente jurídicas.

No final do meu segundo ano na Faculdade, porém, era para mim clara a diferença entre a apetência com que estudava disciplinas predominantemente históricas ou políticas e o fraco entusiasmo pelas estritamente jurídicas.

D.

Aliado a isso, a residência universitária onde me instalei em 1960, para aí ficar quase seis anos, proporcionou-me um alargamento de horizontes, determinante para o meu futuro. O Director dessa Residência (Colégio Universitário Pio XII), era um fervoroso adepto da internacionalização da vida académica, traduzindo isso na promoção de contactos com outras universidades europeias e no convite a personalidades influentes para exporem e debaterem com os estudantes temas sobretudo relacionados com a posição de Portugal no Mundo. A participação nessas actividades gerou em mim uma curiosidade e interesse pelo papel da Diplomacia, de que só tinha até aí a percepção vulgar de um corpo elitista e pouco acessível. Assim, antes do final do curso, decidira já: iria concorrer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ouvi muitas vezes a mesma pergunta, se se tratou de uma “vocação”.

Assim, antes do final do curso, decidira já: iria concorrer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Talvez... Foi, concerteza, a primeira vez que fiz uma escolha com a convicção de que, seria para a vida. Iniciei as minhas funções no MNE tendo África como foco principal do meu trabalho. Ao longo de mais de 40 anos de diplomacia activa, a interacção entre Portugal e o Continente onde nasci foi sempre para mim uma prioridade. Logicamente, o meu primeiro destino no quadro externo do MNE foi africano. Tendo partido para Kinshasa numa época em que parecia possível uma evolução da política colonial portuguesa, aí acompanhei a deterioração das expectativas de uma solução política para a guerra que travávamos em três frentes. A “Revolução dos Cravos” que, finalmente, fez alinhar Portugal com os “ventos da história” e a eclosão da guerra civil em Angola determinaram a minha permanência em Kinshasa, por um longo período, como Encarregado de Negócios, experiência de uma chefia de Missão em tempos conturbados que me preparou para uma “diplomacia de acção” muito diversa da sua imagem mais tradicional. Essa forma de actuação viria a ter o seu ponto mais alto no papel que me coube na mediação portuguesa que conduziu aos Acordos de Paz para Angola.

Foi também um impulso importante para a minha adesão ao multilateralismo. A despeito dos seus limites, as Nações Unidas promovem o diálogo e a convivência graças á universalidade que deriva do facto de congregarem todos os Estados independentes. Durante anos, constituiu o mais importante foro da luta contra a ocupação indonésia de Timor-Leste. Quando a causa timorense corria o risco de esmorecer, foi a diplomacia portuguesa, em estreita colaboração com os próprios representantes de Timor, que impulsionou a resolução atribuindo ao Secretário-Geral da ONU um papel de mediador na questão, que tão vital viria a ser 18 anos depois, par pôr termo ao jugo indonésio e conduzir à independência do Território. Nessa altura, como Representante permanente de Portugal junto da ONU, já havia sido membro do Conselho de Segurança e seu Presidente, funções que nos permitiriam marcar a agenda internacional e ter uma voz activa em todas as discussões relevantes para a paz e segurança internacionais.

D.

O 25 de Abril não só operou uma transformação na diplomacia portuguesa, finalmente aberta à inclusão de mulheres, como fez suceder, à defesa intransigente de uma “política ultramarina” sem futuro, um novo Projecto Nacional: a adesão à CEE como veículo da modernização, desenvolvimento e consolidação democrática do País. Anos depois, pude participar, como Director Geral da Política Externa, no grande passo em frente” que foi o processo de criação, culminado em Maastricht, da União Europeia. Paris, onde fui duas vezes Embaixador, permitiu-me enriquecer a visão sobre a Europa e a cultura europeia e dar mais valor ao nosso contributo para elas.

O 25 de Abril não só operou uma transformação na diplomacia portuguesa, finalmente aberta à inclusão de mulheres, como fez suceder (...) um novo Projecto Nacional: a adesão à CEE como veículo da modernização, desenvolvimento e consolidação democrática do País.

Tive a felicidade de terminar a Carreira com a sensação de ter sempre trabalhado com gosto, incluindo como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Como a maioria dos meus colegas, procurei corresponder às exigências de uma formação continua que nos habilite a moldar positivamente a imagem do País, tendo em conta como os outros olham para nós e aquilo que representamos. Presentes, têm de estar os valores permanentes de uma Nação velha de quase nove séculos, com alma, História e uma identidade nacional bem definida.

As exigências dos tempos que vivemos nos países do mundo democrático impõem uma relação contante entre os sectores privado e público, essencial para alcançarmos um desenvolvimento económico mais justo. Acolhi por isso, com satisfação, após atingir o limite de idade no MNE, o desafio de integrar órgãos sociais do banco Millennium bcp, que, graças ao empenho e profissionalismo dos seus “Stakeholders”, superou períodos de grandes dificuldades. Isso nunca o impediu de prosseguir estratégias claras de promoção da cultura portuguesa, bem como acções de solidariedade social, nomeadamente através da Fundação Millennium bcp, a que actualmente tenho a honra de presidir.

António Monteiro

**EX-MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MILLENIUM**



D.

DEFENDER O FUTURO

O papel dos jovens na política passa sobretudo por defender o nosso futuro, isto é, por lutar pela sustentabilidade a todos os níveis. Nas próximas décadas teremos enormes desafios a que teremos de responder.

Nas próximas décadas teremos enormes desafios a que teremos de responder.

Teremos não só de fazer os possíveis para ficar abaixo de 1,5 °C de aquecimento global como decidido no Acordo de Paris, mas também teremos de mitigar os efeitos das alterações climáticas que já não conseguimos evitar.

Para além disso, teremos de resolver o problema da nossa segurança social, visto que o Estado obriga os jovens a descontar para um sistema que não lhes irá conseguir pagar pensões dignas no futuro. Portugal é um dos países com a população mais envelhecida da Europa, está em decréscimo populacional e tem 20% da população a viver fora do país.

Finalmente, teremos de decidir se queremos cultivar e expandir uma aliança de democracias liberais que coopera, troca e se defende mutuamente ou se pretendemos ficar cada vez mais dependentes dos impulsos autoritários de potências revisionistas como a Rússia ou a China.

D.

Todos estes problemas irão definir como poderemos viver o nosso futuro. Cabe aos jovens virar-se para o longo prazo e defender o seu direito a construir um projeto de vida com futuro, tirando a política da obsessão com a gestão do dia a dia que infelizmente impera em Portugal.

Cabe aos jovens virar-se para o longo prazo e defender o seu direito a construir um projeto de vida com futuro (...).

Não devemos pensar na reforma da política ambiental só quando ocorrem desastres naturais, não devemos pensar na segurança social só quando já não há dinheiro para pagar pensões e não devemos pensar nas nossas alianças políticas e militares apenas quando aparecem guerras.

É preciso sair do constante imediatismo político da imprensa e das redes sociais e começar a pensar nos problemas com uma visão de longo-prazo, pensando nas consequências visíveis e invisíveis dos vários cenários.

É preciso sair do constante imediatismo político da imprensa e das redes sociais e começar a pensar nos problemas com uma visão de longo-prazo (...).

Não é por acaso que na Iniciativa Liberal temos defendido o crescimento económico como eixo central do discurso político. Só crescendo é que teremos o capital e tecnologia necessários para uma transição energética eficaz que leve a menos poluição. Só crescendo poderemos garantir o sustento de quem já beneficia do atual sistema de segurança social, ao mesmo tempo que introduzimos um pilar de capitalização que nos permita investir e assegurar uma reforma de qualidade em paz. E só crescendo enquanto aliança de democracias, com liberdade comercial e o máximo de liberdade de circulação internas, é que seremos capazes de resistir à tentação do dinheiro fácil que nos chega das autocracias.

E só crescendo enquanto aliança de democracias (...) é que seremos capazes de resistir à tentação do dinheiro fácil que nos chega das autocracias.

Portugal, infelizmente, pouco cresce e continua a viver estagnado, sobrevivendo com pacotes de financiamento europeu e uma população em boa parte resignada que deixou de acreditar que podemos viver melhor. Mas a verdade é que podemos mesmo viver muito melhor. Ser jovem é defender esse nosso futuro

Bernardo Blanco

DEPUTADO DA INICIATIVA LIBERAL

D.

A normalidade da ingnorância

Por Tito Rendas

Professor Auxiliar da Católica em Lisboa



D.

“E se os alunos me colocarem uma questão pertinente e eu não souber a resposta?”. Com 22 anos e a poucos dias de dar a minha primeira aula, era este o meu maior receio: o de que a minha ignorância ficasse exposta perante uma plateia de alunos sedentos de sangue docente. O receio foi partilhado com um professor que muito admirava e que viria, anos mais tarde, a tornar-se meu orientador de doutoramento. “Dizes a verdade – que não sabes” foi a resposta que me deu o Professor Henrique Antunes. Mas essa resposta, acrescentou, terá sempre de se fazer acompanhar do compromisso de estudares a questão e de, na aula seguinte, trazeres uma solução possível para a mesma.

Com 22 anos e a poucos dias de dar a minha primeira aula, era este o meu maior receio: o de que a minha ignorância ficasse exposta perante uma plateia de alunos sedentos de sangue docente.

A essa resposta apresentavam-se duas grandes alternativas. A primeira passava por “inventar” uma resposta para a pergunta feita pelo aluno ou, pelo menos, oferecer uma cuja exatidão desconhecia. É uma péssima alternativa, pelas razões óbvias. Desde logo, porque desconsidera a especial responsabilidade que um professor tem quando está a falar aos seus alunos: é que há uma natural tendência para os alunos confiarem que aquilo que os professores lhes transmitem é correto ou, pelo menos, que foi objeto de reflexão. É mais ou menos como um crítico literário – a cujas análises os leitores reconhecerão particular credibilidade – que escreve sobre um livro que não leu. Segundo, e como decorrência da primeira razão, porque, ao dar uma resposta potencialmente errada, o docente corre o risco de multiplicar o erro pelo número de cabeças que estão a assistir à aula (isto presumindo, talvez ingenuamente, que esse número corresponde ao número de pessoas que estão efetivamente a ouvir o docente).

A primeira (alternativa) passava por “inventar” uma resposta para a pergunta feita pelo aluno (...). É uma péssima alternativa, (...) porque desconsidera a especial responsabilidade que um professor tem quando está a falar aos seus alunos (...).

A segunda alternativa, porventura menos má do que a primeira, é sacudir a água do capote: “Excelente pergunta. Não quer ir para casa pensar sobre isso e na próxima aula traz-nos uma resposta?”. Evidentemente, convidar um aluno a investigar não é tão censurável quanto induzi-lo em erro. Mas é, ainda assim, uma forma de um professor universitário se furtar àquela que é a sua principal missão: pensar sobre questões difíceis e transmitir os resultados da sua reflexão. Respondendo deste modo, estará a delegar esse trabalho exclusivamente ao aluno que colocou a questão e que poderá não ter ainda as ferramentas necessárias para o fazer com rigor.

D.

Mas há uma razão comum – e, parece-me, mais importante – para estas duas alternativas serem piores do que a resposta que me foi sugerida pelo Professor Henrique Antunes. Tanto uma, como a outra denotam uma recusa em reconhecer a normalidade da ignorância. A ignorância é normal num duplo sentido: no sentido de ser comum alguém não conhecer a resposta para uma determinada pergunta, especialmente se essa pergunta for complexa, e no sentido de não haver nada de condenável nisso, sobretudo se se pretender superar esse desconhecimento.

A ignorância é normal num duplo sentido: no sentido de ser comum alguém não conhecer a resposta para uma determinada pergunta (...) e no sentido de não haver nada de condenável nisso, sobretudo se se pretender superar esse desconhecimento.

É claro que um “não sei” retarda a satisfação da pretensão do aluno e obriga a fazer marcha-atrás na matéria, regressando ao tema numa aula posterior, o que nem sempre é conveniente. Mas os benefícios mediatos de uma tal resposta, nomeadamente a cultura de humildade e de honestidade intelectual que promove, suplantam largamente essas desvantagens.

Em 12 anos de lecionação, tive a sorte de me ver obrigado a responder “não sei” a várias perguntas colocadas por alunos. Gosto de acreditar que isso diz mais sobre a qualidade dos alunos que frequentam a Faculdade de Direito da Universidade Católica do que sobre a minha ignorância. Ambas são de uma dimensão assombrosa, mas espero que a primeira seja a maior.

Tito Rendas

PROFESSOR AUXILIAR DA CATÓLICA EM LISBOA



"Sou da Católica!"

Por Sofia Lixa

Ter escolhido a Faculdade Direito da Universidade Católica, escola de Lisboa, para realizar a Licenciatura foi, sem sombra de dúvida, a minha melhor decisão. A qualidade e exigência do ensino e a excelência do corpo docente é algo característico desta instituição, o que, associado com o facto de a Faculdade recompensar o mérito dos seus alunos através da atribuição de Bolsas e Prémios de Mérito, encoraja-nos a trabalhar, a ir mais longe, a ter objetivos concretos e definitivos, focados na tarefa e na missão, e, acima de tudo, a primarmos pela excelência e pelo gosto de fazer bem.

A qualidade e exigência do ensino e a excelência do corpo docente é algo característico desta instituição (...).

Desde o primeiro dia que entrei na Faculdade, ouvi sempre dizer "*Direito é na católica!*" e esta é uma grande verdade... Na Católica ensina-se "*Direito virado para a prática*", e este é um fator que, num mundo cada vez mais competitivo, faz toda a diferença no momento em que nos candidatamos a estágios, sejam eles profissionais ou de curta duração.

Na Católica ensina-se "Direito virado para a prática", e este é um fator que, num mundo cada vez mais competitivo, faz toda a diferença (...).

Adicionalmente, o olhar atento à atualidade, a visão futurista do Mundo e a vontade de estar na vanguarda do conhecimento, faz com que cada aluno que passe pelos corredores desta Faculdade esteja desperto não só para os temas do hoje, mas também para os do amanhã, aumentando e fomentando o nível de curiosidade e de interesse dos seus alunos, abrindo a possibilidade para estarmos sempre "*um paço à frente*".

D.

(...) o olhar atento à atualidade, a visão futurista do Mundo e a vontade de estar na vanguarda do conhecimento, faz com que cada aluno que passe pelos corredores desta Faculdade esteja desperto não só para os temas do hoje, mas também para os do amanhã (...).

Foi nesta Faculdade que tive a possibilidade realizar o *Transnational Law Curriculum* (TLC), um programa totalmente lecionado em inglês por professores nacionais e internacionais, o que me proporcionou ter acesso ao Direito Global e a ter contacto com outras realidades, o que é claramente uma vantagem não só pelo desenvolvimento pessoal e académico que tal experiência me permitiu obter, mas também, agora numa vertente profissional, ao conseguir perceber mais facilmente a realidade do Mundo Global e interconectado em que vivemos.

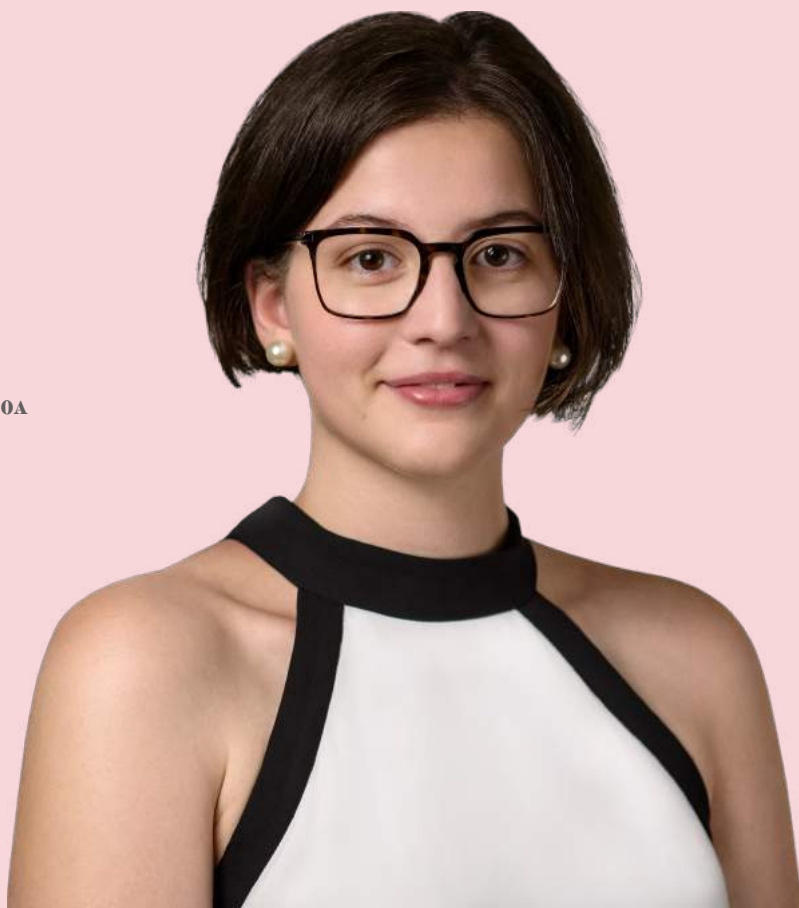
Os programas proporcionados pelo Gabinete Carreiras, como o Programa de Mentoria, o Job Shadowing e o Job Shop foram essenciais para começar a trilhar o meu caminho desde o primeiro ano, assim como todos os eventos, conferências, seminários e *Católica Talks* proporcionadas pela Faculdade, e sempre abertas à comunidade estudantil, que me permitiu aprender sempre mais.

Nesta faculdade somos incentivados a ter opinião, a cultivá-la e a partilhá-la... a sermos melhores alunos, melhores colegas, melhores cidadãos e melhores profissionais.

Dizer “*Sou da Católica!*” é um misto de emoções onde destaco o orgulho de ser licenciada nesta Faculdade, o que se traduz numa marca de confiança, carácter, e credibilidade tão característico de quem partilha do mesmo orgulho que eu.

Sofia Lixa

ALUMNA DE DIREITO DA CATÓLICA EM LISBOA





D.

**JOBSHOP
&
RUMO ESPECIAL ADVOCACIA**

Vinte anos de Jobshop

Por Ana Taveira da Fonseca

Diretora da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito

Quando há vinte anos, um grupo de alunos da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito decidiu criar a primeira feira de emprego jurídico na Católica, estávamos longe de imaginar que, vinte anos volvidos, contaríamos, neste evento, com mais de 60 organizações a quem apresentámos os nossos finalistas de licenciatura e de mestrado que pretendem entrar no mercado de trabalho.

O Jobshop enquadra-se, hoje, num projeto maior de inserção profissional dos nossos estudantes, projeto esse que se inicia quando começam o seu percurso académico na nossa instituição. Na verdade, a nossa Escola não se limita a formar profissionais competentes. Por isso, contamos hoje com um *Career Office* que desenvolve projetos de Mentoria e de *Job Shadowing*. Promovemos Estágios Curriculares e organizamos Clínicas Legais. Temos um ambicioso programa de conferências que pretende dotá-los de *soft skills* que são normalmente negligenciadas nas licenciaturas em Direito.

Na verdade, a nossa Escola não se limita a formar profissionais competentes.



D.

O nível de empregabilidade dos nossos estudantes é muito elevado. De acordo com os últimos dados estatísticos que possuímos e que foram divulgados, no passado dia 16 de julho, no portal *Info Cursos*, 98,7% dos diplomados pela nossa Faculdade, entre os anos letivos de 2016/17 e 2019/20, estão empregados.

O nível de empregabilidade dos nossos estudantes é muito elevado. De acordo com os últimos dados estatísticos que possuímos (...) 98,7% dos diplomados pela nossa Faculdade (...) estão empregados.

Ao fim de dois anos em formato digital, o JobShop regressou, para grande alegria nossa, num formato híbrido. Nos dias anteriores ao Jobshop, tivemos a oportunidade de conhecer o percurso profissional de antigos alunos mais jovens que trabalham em Portugal e além-fronteiras. Nos dias 22 e 23 de novembro, os atuais estudantes tiveram a oportunidade de contactar pessoalmente com os recrutadores e debater temas relevantes para a sua integração profissional.

Num Mundo que se encontra a sair de uma pandemia e simultaneamente a viver os efeitos de uma guerra que, ingenuamente, julgávamos que não voltaríamos a ter na Europa, propusemo-nos explorar a forma como hoje se exercem as profissões jurídicas tradicionais e os novos desafios a que juristas têm de dar resposta no desenvolvimento das suas atividades. Realizámos também uma mesa-redonda dedicada àquilo que hoje comumente se designa por *work-life balance*. Procurámos conhecer as políticas implementadas pelos diversos recrutadores para assegurar esse equilíbrio, nomeadamente no domínio do teletrabalho.

Num Mundo que se encontra a sair de uma pandemia e simultaneamente a viver os efeitos de uma guerra (...) propusemo-nos explorar a forma como hoje se exercem as profissões jurídicas tradicionais e os novos desafios a que juristas têm de dar resposta (...).

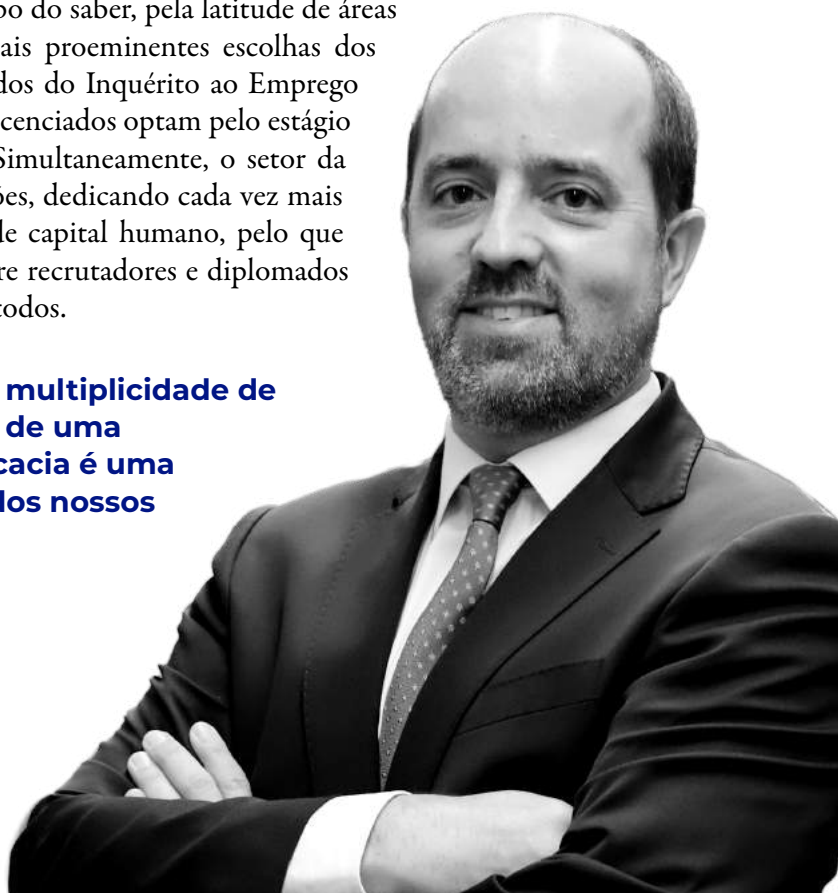
Esperamos, nos próximos vinte anos, levar ainda mais longe o nosso compromisso com a inovação e inserção profissional dos nossos estudantes.

Criando um RUMO comum para estudantes e profissionais

Por Manuel Fontaine Campos e Ana Martins
Diretor da Escola do Porto da Faculdade de Direito
Coordenadora executiva do Programa ADN Jurista

Desde 2018, a Escola do Porto da Faculdade de Direito tem vindo a apostar num evento de empregabilidade exclusivamente dedicado ao setor da advocacia: o RUMO Especial Advocacia. Pese embora muito valorizemos a multiplicidade de perfis profissionais que emergem de uma licenciatura em Direito – e é essa uma das maiores riquezas do Direito enquanto campo do saber, pela latitude de áreas que interliga – a advocacia é uma das mais proeminentes escolhas dos nossos recém-diplomados. Com efeito, dados do Inquérito ao Emprego de 2021 indicam-nos que 70% dos nossos licenciados optam pelo estágio de advocacia, quando concluem o curso. Simultaneamente, o setor da advocacia tem vindo a sofrer fortes alterações, dedicando cada vez mais atenção e recursos à captação e retenção de capital humano, pelo que todos os momentos de contacto direto entre recrutadores e diplomados revestem-se de particular importância para todos.

Pese embora muito valorizemos a multiplicidade de perfis profissionais que emergem de uma licenciatura em Direito (...) a advocacia é uma das mais proeminentes escolhas dos nossos recém-diplomados.



D.

Longe de se circunscrever à lógica estrita de uma “feira de emprego”, entendemos o RUMO Especial Advocacia como uma plataforma de encontro, de partilha, de reflexão mútua entre todos os envolvidos: alunos, *alumni*, profissionais de advocacia e a própria Faculdade de Direito.

Depois de, nas edições de 2020 e 2021, a opção ter recaído em modelos online e/ou híbridos, foi aposta clara deste ano o regresso ao formato integralmente presencial. E o balanço foi francamente positivo: a intensa procura das sociedades de advogados levou a que, pela primeira vez, o RUMO Especial Advocacia tenha tido a duração de dois dias, quebrando o recorde de entidades presentes: 25.

Para além do espaço de *stands* e dos momentos *networking & coffee*, é de notar ainda um outro momento de reencontro que decorreu no final do primeiro dia do evento. Dando sequência ao espírito de cooperação entre a nossa Faculdade e os agentes significativos do setor da advocacia, decorreu uma reunião com a presença de 18 sociedades de advogados em que foi possível partilhar as suas visões acerca do perfil dos nossos diplomados - as suas mais valias e eventuais limitações - bem como a identificação de áreas emergentes do Direito. Materializando

o hábito de auscultação mútua, foi com enorme satisfação que ouvimos a opinião de que, genericamente, os nossos graduados são juristas altamente preparados, caracterizados pela capacidade de comunicar sem ambiguidades e centrados na resposta ao cliente, assentes num equilíbrio entre autonomia e responsabilidade.

(...) foi com enorme satisfação que ouvimos a opinião de que, genericamente, os nossos graduados são juristas altamente preparados, caracterizados pela capacidade de comunicar sem ambiguidades e centrados na resposta ao cliente, assentes num equilíbrio entre autonomia e responsabilidade.

Em suma, foram dois dias plenos desta interação que pretendemos forte entre alunos, diplomados e firmas de advogados. Dois dias plenos de contactos, reencontros, apresentações, debates e reflexões sobre o perfil do diplomado em Direito para o setor da advocacia. Dois dias plenos de coordenadas para um RUMO que se pretende partilhado entre todos, com uma forte mobilização de todos para algo que soube a um reencontro que muito desejávamos.

D.

João Vieira de Almeida

A Personalidade em
Destaque em Lisboa.

Nuno Brochado de Agarez

DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.



D.

JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA

João Vieira de Almeida é o *Senior Partner* da Vieira de Almeida e Associados, a sociedade fundada pelo pai e que, sob a liderança do nosso entrevistado se transformou num dos vértices do “triângulo mágico” na advocacia nacional. Esse sucesso, muito pautado pela inovação, valeu à firma prémios variados e o reconhecimento da Universidade de Harvard, que sobre este grande escritório sediado em Santos montou um *case study* essencial para preparar esta entrevista.

É inteligente, dificilmente faz um elogio a si próprio, um verdadeiro team player e, como disse alguém, “tem sempre a palavra certa no momento certo”. Recebeu-nos com a simpatia e a energia vibrante que o definem. É mais uma das muitas figuras fascinantes que fazem parte da história do Diurna.!

Porque escolheu Direito? Alguma vez chegou a ponderar outra coisa? Eu cheguei mesmo a fazer outra coisa. Fiz o primeiro ano da faculdade de História, na faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mas isto foi no final dos anos 70. Estive um ano em História – toda a vida adorei História – e achei que me formaria em História. Mas, ao fim de uns meses — o Portugal dessa altura era bem diferente do que é hoje — percebi que não ia a lado nenhum e que tinha de mudar de curso. Ir para Direito foi apenas por defeito.

Acha que teve influência o percurso do seu pai? Talvez, mas não muita. O meu pai nunca me empurrou para lado nenhum. Sempre me disse para eu ir atrás daquilo que gostava de fazer.

Quando em 1985 começa a trabalhar, o seu primeiro emprego é no escritório do seu pai. Exatamente.

D.

Nunca teve vontade de experimentar alguma coisa fora de um ambiente que já conhecia? Não. Tive vontade de transformar o ambiente que conheci.

Ótima resposta! Já recebeu vários prêmios, que importância lhes atribui? Não dispensa ter cada um deles na prateleira? Não tenho nenhum na prateleira, mas atribuo uma importância limitada. Há sempre uma parte do nosso ego que rejubila quando se recebe um prêmio. Mas não é assim uma coisa a que dê particular relevância. Tento relativizar essas coisas e não me levo muito a sério.

Tive vontade de transformar o ambiente que conheci.

Quando a Vieira de Almeida se transforma numa sociedade foi automaticamente indicado como *Managing Partner*. Os seus colegas diziam que era o mais talhado para o cargo. Reconhece isso? Ainda antes de nos institucionalizarmos, eu já tinha começado a montar uma estrutura de gestão. O meu pai, no fundo, já me tinha endossado essa tarefa. Eu era o mais entusiasta e nós já tínhamos uma espécie de uma “Direção” que tomava conta, naquele tempo, de coisas relacionadas com a gestão operacional do escritório. Desse ponto de vista, já tínhamos um embrião de gestão. E era eu que estava à frente disso, sempre fui o mais entusiasta e o que mais se preocupou em institucionalizar o escritório e fazer uma coisa um bocadinho diferente. Eu tinha o gosto e, sem falsas modéstias, um mínimo de jeito e foi um processo absolutamente natural.

Então isso significa que sempre foi um líder? Quando era novo, por exemplo, era o capitão da equipa de *Rugby*? Por acaso era.

Eu tinha o gosto e, sem falsas modéstias, um mínimo de jeito e foi um processo absolutamente natural.

Não encontra aí um padrão? Não sei, eu acho que fui capitão em miúdo, para aí nos juvenis, ou assim, porque já tinha o tamanho que tenho agora, era enorme na altura. Depois fiquei pequenino, porque os outros foram todos crescendo e eu fiquei sempre na mesma. Mas não sei bem dizer-lhe. Não sei o que é o perfil de um líder. Há muitos perfis de liderança, eu acho que a única vantagem que tenho é que, primeiro, sempre adorei o que fiz e isso é uma vantagem enorme. E, em segundo lugar, tenho uma sorte incrível porque gosto imenso de pessoas.

Essa é exatamente a pergunta que lhe ia fazer: porque é que acha que gosta tanto de pessoas? Não lhe consigo explicar, mas dá-me imenso gozo perceber as dinâmicas e perceber aquilo que move cada pessoa, tentar tirar delas o melhor que têm e pô-las a funcionar em conjunto. De alguma maneira, devo ter desenvolvido ao longo do tempo essas capacidades e acho que isso me ajudou ao longo da minha vida.

Acha-se um gestor emocional ou racional? Tendo em conta que gosta tanto de pessoas. Acho que faço uma boa combinação. Conhece “O Principezinho”?

D.

Sim. Sou muito desse lado. Aquele ideia de que os olhos não veem, é preciso ver com o coração. É algo em que eu acredito bastante.

Se gosta tanto de pessoas e tenta fazer uma gestão equilibrada entre a emoção e a razão, isso nunca o pôs em situações difíceis? Claro que sim.

E como é que as ultrapassa? Os interesses da organização prevalecem sempre. Se são claros, não há dúvida nenhuma.

(...) os olhos não veem, é preciso ver com o coração.

E quando há argumentos para os dois lados? Tem que se ponderar e encontrar a melhor solução. Na maior parte das vezes, as situações são cinzentas, a vida não é a preto e branco. Foi uma coisa que descobri relativamente tarde, mas a vida não é a preto e branco. Já houve situações pessoalmente difíceis que tive de tomar decisões em benefício da organização.

Perdeu amizades por isso? Posso ter enfraquecido, mas acho que nunca perdi amizades e tenho imenso orgulho de ter ótimas relações com 99% das pessoas que passaram pela VdA.

Acha que isso se justifica por ser um bom comunicador? O principal elemento de trabalho de que me socorri para preparar esta entrevista foi o vosso *case study*, que fizeram com Harvard. Diz que um dos grandes segredos para conseguir implementar mudanças é uma ótima comunicação às pessoas. Quais é que acha que são os segredos para essa boa comunicação? É acreditar no que está a dizer. A diferença toda está em comunicar aquilo em que acredita. As pessoas sabem quando o faz. Sentem-no e confiam em si. Podem não gostar do que estão a ouvir, mas sabem que está a ser honesto com elas. Tentar vender coisas em que não acreditamos nunca resulta. Pode resultar uma vez, mas nunca resulta uma segunda vez. Há um momento no qual nós nos convencemos na bondade da decisão. E esse é o momento em que ela deve ser apresentada.



D.

Considera-se um entusiasta de política? Não creio que “entusiasta” seja a palavra certa. Interesse-me muito por política. Mas sou bastante cético, tenho uma dificuldade enorme em alinhar-me com qualquer tipo de comportamento que exija a aceitação relativamente acrítica de dogmas, ideias feitas ou conclusões pré-definidas. Tira-me de mim.

Afasta-se? Afasto-me. Partidos, clubes de futebol ou religiões em geral, tenho enorme dificuldade em entendê-las. Tenho um interesse enorme nesse tipo de fenómenos, tenho as minhas convicções claramente definidas, mas nunca as consigo encaixar permanentemente no mesmo sítio. Já votei à esquerda, já votei à direita e já votei ao centro. Voto consoante aquilo que acho mais adequado, face aos problemas que, em cada momento, entendo serem os mais relevantes. Sempre consciente de que três dias depois dificilmente me reverei na escolha que fiz. Mas corro sempre o risco de uma escolha porque acho que isso é um dever cívico.

Já votei à esquerda, já votei à direita e já votei ao centro.

Acha que é compatível a profissão de advogado com o exercício de atividade política? Acho que não. Política enquanto exercício profissional, não. Enquanto ato cívico, sim.

Onde é que estabelece a linha? Um comentador político de televisão, por exemplo. A linha não é aí. Como a maior parte das linhas, não é preta ou branca. Mas se tiver de estabelecer uma é, por exemplo, quando aceita ser deputado, líder partidário...

Alguma vez, ou em alguma circunstância, aceitaria exercer um cargo público? Não tenho a certeza se teria as características para desempenhar um cargo público. Estive muitos anos num cargo de liderança de uma organização, de um projeto que foi crescendo, tive imenso espaço de manobra e habituei-me a fazer muito daquilo que decidi e a correr o risco das minhas decisões perante os meus sócios. Nós aqui temos o modelo de *partnership*, portanto um homem, um sócio. Os meus sócios, em qualquer dia, podem reunir e decidir mandar-me para casa.

É um modelo raro em Portugal? Não é muito comum. Mas isso permitiu-me um grau de autonomia bastante grande, e não tenho a certeza se uma pessoa com este tipo de experiência conseguiria viver muito bem dentro da política, onde é necessário fazer compromissos a toda a hora. Onde umas tantas pessoas tem de ser ouvidas antes de ser tomada uma decisão. E, no final, ainda viveria com o risco sério de não me reconhecer nas decisões tomadas.

(...) viveria com o risco sério de não me reconhecer nas decisões tomadas.

O conjunto de interesses muito apetrechados para fazer pressão... Tenho amigos que passaram pela política e é disso que se queixam: tomavam uma decisão e, uma semana depois, já estava transformada numa coisa completamente diferente que já nem eles conseguiam reconhecer. Eu não tenho a certeza que tenha um bom perfil para exercer um cargo desses.

D.

Como é que imagina que será a sua profissão daqui a 10 ou 20 anos? Eu acho que a profissão de advogado vai mudar bastante.

Vamos adotar as sociedades multidisciplinares? Isso tem que perguntar a uma data de gente.

Nomeadamente, a quem? Para já, aos deputados da Assembleia da República que estão, agora, a decidir sobre esse tema. Depois, tem de falar com a Ordem dos Advogados. Em relação ao modelo das sociedades multidisciplinares, o que lhe posso dizer é que sou a favor no sentido em que acho que deve ser uma escolha livre de cada organização. A VdA não o fará. A VdA permanecerá um escritório de advogados e não vamos abrir à multidisciplinaridade. Mas não nos opomos se o escritório do lado quiser ser multidisciplinar. Cada um compete com as armas que tem. O que não faz sentido nenhum é a hipocrisia em que vivemos: um mundo em que os advogados, supostamente, não podem fazer nada e, depois, quem não é advogado, nomeadamente as auditoras, têm escritórios de advogados e são completamente multidisciplinares. Aí já ninguém faz nada.

Quem sai beneficiado é o mercado, não concorda? Claro.

Podemos falar um bocadinho da sua casa? Da VdA? A partir deste caso de estudo, publicado pela equipa da Harvard Law School, de 2013/2014, gostava de conduzir o resto da nossa conversa. **Antes de mais, como é que descreve a cultura da VdA?** É reconhecida como sendo uma cultura ímpar, até pelos vossos concorrentes. **Por quem aqui passou. Como é que a descreve?** Há uma frase que nós temos numa das paredes do escritório que, está em inglês, mas é um bom resumo, uma ótima descrição da nossa cultura: *"None of us is better than all of us"*. É uma cultura em que todos somos relevantes, todos existimos. Não há estrelas, ou melhor, há estrelas que não se comportam como estrelas, logo, não há lugar a estrelatos.

Como o João. É uma estrela! Não.

Não se considera uma estrela? Não, tenho aqui gente muito melhor que eu, como advogados e como cabeças pensantes. Tenho aqui gente brilhante, extraordinária.

Síndrome do Impostor? Nada. Estou a dizer isto porque é mesmo aquilo em que acredito. Tenho aqui pessoas absolutamente brilhantes como profissionais. Quem me dera alguma vez chegar aos calcanhares deles. Faço outras coisas melhores, mas tenho aqui personalidades extraordinárias.

E esta clara vertente interpessoal? Como é que isto surge? Por que é que isto é importante? É importante porque é um negócio de pessoas. Isto é tudo sobre pessoas, e as pessoas sentem-se bem, sentem que fazem parte, sentem que têm voz, sentem que o projeto é delas. Há dimensões que eu adorava saber explicar melhor mas que não tem explicação fácil. É o ambiente que se respira desde sempre e que, por improvável que seja, se conseguiu preservar e cultivar mesmo agora que somos, no total, mais de 500 pessoas.

D.

E porque é que acha que até os seus concorrentes mais diretos reconhecem isso? Mesmo pessoas que nunca trabalharam aqui. Porque acho que isso se sabe, sente-se e respira-se. Os clientes também o percebem e isso é uma parte do nosso sucesso. Eu digo muitas vezes aos meus sócios que isto da cultura não é só uma coisa gira para se ter. É uma coisa com valor, que se traduz, que se mede, que gera resultados. E, portanto, é muito mais importante do que ter apenas uma postura simpática. É crítico para o nosso sucesso.

Quão importante foi vir das Amoreiras para aqui, para Santos? Foi disruptivo em todo o sentido. Pois foi.

O lugar, a forma do escritório, a estrutura. Tive algum trabalho a vender a ideia aos meus sócios, inicialmente.

(...) isto da cultura não é só uma coisa gira para se ter. É uma coisa com valor, que se traduz, que se mede, que gera resultados.

Muito provavelmente com vidas estabilizadas naquela zona. Sim, claro. Isto para algumas pessoas é de mais difícil acesso. Mas, depois de chegarmos aqui perceberam que fazia todo o sentido. Nós fizemos uma coisa muito gira quando foi a mudança. Organizámos uma festa – estamos muitas vezes em festa, sempre a inventar ocasiões para reforçar os laços. Mas, para o novo espaço, fizemos uma coisa especial: num domingo, na véspera de abrirmos, as pessoas vieram — havia música e copos na entrada — e toda a gente recebeu uma caixa com o seu nome, com várias coisas lá dentro e, umas delas, era a placa com o seu nome para pôr na porta. Toda a gente foi tomar posse dos seus gabinetes, selando simbolicamente a sua ligação pessoal ao novo espaço.

Toda a gente foi tomar posse dos seus gabinetes (...)

Não é qualquer *Managing Partner* ou *Senior Partner* que tem um gabinete tão próximo de um estagiário, por exemplo. Geralmente há uma hierarquização do escritório. Pois, há muita gente que acha que tem que ir para os andares de cima.

Não se revê nisso? Zero. O oposto.

Nunca quis ficar na “*penthouse*” do escritório? Nunca. Aliás, fiz questão de não o fazer.

Logo no início do caso, diz que ficou muito surpreendido quando ganharam o Prémio da Firma Mais Inovadora na Europa Continental. Estava a “mexer nos dedos de nervoso” é a descrição que aqui deixam. Ficou mesmo? Claro que sim. Claro que fiquei. Nunca achei que uma firma portuguesa teria hipótese de ganhar um prémio do *Financial Times*.

D.



O que é que acha que mudou para, num ano, nem sequer estarem na *shorlist* e, no ano seguinte, terem ganho? Foi a perceção do júri, dos avaliadores? Ou mudou alguma coisa aqui dentro? Aqui dentro foi sempre mudando. A cada mês que passava, nessa altura, nós íamos tornando o nosso processo de crescimento interno mais sério, e com mais resultado, e com projetos concretos, na área da inovação e na reinvenção de muito do que fazíamos dentro de portas. Acho que houve ali um dado que teve muito impacto: foi que quando lançámos oficialmente o projeto de inovação — a inovação como um dos motores da firma — e acrescentámos essa ideia, a inovação, aos nossos valores. Mas não foi a pensar em prémio nenhum, na altura nem nos passou pela cabeça.

Nunca achei que uma firma portuguesa teria hipótese de ganhar um prémio do Financial Times.

Passou a fazer parte da vossa cultura. Passou a fazer parte. Nós queríamos que fosse, de facto, uma peça crítica da nossa arquitetura organizacional. E acho que isso causou um enorme impacto. Ninguém o tinha feito antes.

Quando contam a história da firma, nomeadamente na transição de um sócio individual para uma *partnership*, há um valor que é reiteradamente mencionado: a confiança. É um valor crítico.

É possível haver confiança num escritório com 500 pessoas? É, acho que sim.

D.

Uma confiança em rede. Claro. Uma confiança em rede. Uma confiança que não há que ser vivida com a mesma intensidade por 100% das pessoas, naturalmente. Mas que nos liga a todos.

Acha que toda a gente se conhece aqui dentro? Hoje, já não. Por isso é que damos tanta importância a todos os momentos que organizamos para estar juntos. Este ano levámos toda a gente a Istambul. Mesmo aí, que vai toda a gente para o mesmo sítio durante 3 dias, é impossível que todos se passem a conhecer.

Não é normal as organizações estarem dispostas a proporcionar um *team building* dessa envergadura para 500 pessoas... Para nós é um investimento, não é um gasto.

O que é que significou ser *Managing Partner* a tempo inteiro? Significa estar com dores de cabeça o dia inteiro.

Significa que já não contacta com clientes? Não, isso nunca deixei completamente. Mas, a certa altura, como ainda hoje, é uma coisa relativamente marginal e em casos muito pontuais.

Acha que esse modelo foi replicado no resto das sociedades em Portugal? Há mais *Managing Partners* a tempo inteiro? Eu acho que, agora, finalmente, começamos a ver uma maior profissionalização das firmas de advogados. Nós tivemos uma imensa vantagem de muitos anos colhida desse investimento na profissionalização. Na nossa equipa, contamos com seis diretores. Aqui, a gestão do dia a dia é feita por profissionais, não é feita por advogados.

Um *Managing Partner* tem que ser um advogado ou pode ser um qualquer diretor de operações? Não pode ser um simples diretor de operações. Tem que ser muito mais do que um diretor de operações. Um *Managing Partner* tem que ter uma visão do negócio como um todo. Mas não precisaria ser necessariamente um advogado...

Um diretor de um banco pode vir para aqui e gerir-vos? Pode. O negócio das firmas de serviços profissionais não é muito complicado — também, se fosse muito complicado não tinha tido grande sucesso. Não é complicado, mas é muito peculiar porque é muito “*peoples driven*”.

Um *Managing Partner* tem que ter uma visão do negócio como um todo. Mas não precisaria ser necessariamente um advogado...

Não há produto. O produto são as pessoas. Exatamente, a matéria-prima é a matéria cinzenta. E a matéria cinzenta são egos, são opiniões, são crises de confiança. Portanto, gerir pessoas exige a capacidade de perceber que isto não é uma fábrica, não faz chupetas. É tudo sobre pessoas.

D.

Há aqui uma citação que eu achei imensa graça: “Anões a fazerem se passar por gigantes.” Eu sempre disse isso.

Porque tinham ido captar algumas das melhores práticas a escritórios londrinos e nova iorquinos. Claro, a primeira coisa que fiz enquanto gestor foi imitar o melhor do que via lá fora.

Como é que ganhou percepção sobre quais é que eram estas práticas dos escritórios americanos e ingleses? Lendo, perguntando, vendo, copiando. Muitas dessas informações pedia aos advogados lá de fora. Havia já alguns livros sobre firmas de serviços profissionais. Lembro-me de pedir coisas aos escritórios ingleses com quem trabalhávamos. Éramos tão próximos, passávamos lá tantas horas em processos comuns e tantos dias por ano que eles facilitavam-nos os manuais de boas práticas. Uma coisa que digo sempre é: nós somos anões a portarem-se como gigantes e, se fizermos isso bem, toda a gente vai acreditar, num momento ou noutro, que somos mesmo gigantes e vamos aproveitar esses momentos. Vamos crescer! Foi um bocadinho isso aconteceu.

Já se considera um gigante? Depende da escala que estivermos a usar.

Em Portugal. Em Portugal somos, claramente, grandes considerando o mercado local e, mesmo a nível da Europa Continental, somos já um escritório com uma dimensão razoável.

Teria facilidade em dizer que são o maior escritório português? Diria isso? Não.

Não tem essa visão? Não, não tenho esse objetivo. Essa métrica é me completamente irrelevante. Ser o maior está longe de ser um bom indicador. Nós queremos ser os melhores, não queremos ser os maiores.

Entre 2008 e 2015, Portugal viveu uma enorme crise. A VdA viveu sobre dois grandes valores: “*stick together*” e “*no haircuts on the fees*”. Foi difícil vender isto às equipas quando todos os outros *players* estavam a fazer exatamente o oposto? Não. Há aqui uma certa esquizofrenia. Isto é um negócio onde as pessoas têm vários papéis. Um sócio é simultaneamente dono do negócio, gestor (de equipas, clientes e dossiês) – uma espécie de alto quadro –, e é trabalhador porque está a trabalhar e a registar horas. Mas, basicamente, há aqui uma esquizofrenia entre estas posições. Nós somos sócios e *partners* – eu distingo sempre – e umas vezes digo que estou a falar com os *partners*, outras com os sócios.

E como é que faz essa distinção entre uma coisa e outra? Os sócios são os donos do negócio. São as pessoas que estão focadas na sustentabilidade a longo prazo, focadas nos resultados, na continuidade, na rentabilidade. Os *partners* estão focados em angariar trabalho, angariar clientes, fazer descontos se for possível – há sempre uma boa desculpa para fazer um bom desconto a um cliente. Portanto, há, dentro de cada um de nós, um choque natural, um conflito de interesses que torna particularmente difícil a gestão deste universo. E, por isso, é

D.

preciso, muitas vezes, garantir que as pessoas põem o chapéu certo. E, quando nós temos decisões de gestão complexas como essas nos tempos de crise, muitas vezes é difícil saber a quem estamos a apelar: um *partner* fica aflito, mas o sócio percebe a estratégia. E é assim que tem que ser.

E quando, em 2010, já tem que reduzir os prémios financeiros mudou de posição? Não, isso gerou uma solidariedade enorme cá dentro. É engraçado que os momentos de dificuldade são os de maior exaltação e coesão daquilo que é a nossa cultura. Em 2011, chegou a ser comovente porque, a maneira como os riscos foram assumidos *top down* aconteceu sem discussão. Eu disse aos sócios “isto vai ter consequências e as consequências vão ser *top down*”. Ou seja, os sócios são quem sofre mais, quem vai levar a pancada e por aí abaixo, à medida que vamos descendo na cadeia alimentar, para proteger os mais fracos. Não houve uma voz discordante, foi espetacular, um momento muito definidor daquilo que nós somos.

Como é que a inovação passa gradualmente a estar no epicentro da identidade firma. Como é que se faz esta transição gradual? Nós percebemos que tínhamos dentro de portas esta energia constante, esta inquietação que é uma coisa muito nossa. Não imagina a quantidade de projetos internos que temos a cada momento, mesmo que metade bata no poste. Isto está sempre a fervilhar: ideias, iniciativas...

A Dra. Margarida Couto costumava dizer que a uma dada altura bastava terem o fax ligado e os clientes entravam. Era espetacular nessa altura.

Já não é assim? Mudou completamente

Ainda acorda de manhã com a preocupação de que tem que ir procurar um cliente para manter o negócio sustentável ou acha que já é orgânico, já está em velocidade cruzeiro? Não, nós todos os anos zeramos. Todos os anos, no dia 1 de janeiro começamos do zero mas isso é próprio do tipo de profissão que temos. Estamos sempre dependentes de que alguém pegue no telemóvel, no e-mail ou no *WhatsApp* e que se lembra de nós por ter um problema. Nós precisamos de ser bons no que fazemos para que as pessoas se lembrem de nós, para que nos recomendem ao seguinte, para saberem que existimos.

Estamos sempre dependentes de que alguém pegue no telemóvel, no e-mail ou no WhatsApp e que se lembra de nós por ter um problema.

Em momentos de crise, os serviços que vocês oferecem desaparecem ou tornam-se mais relevantes? Os escritórios como o nosso vivem da atividade económica e a atividade económica tanto existe em economias saudáveis, como em economias doentes, só não existe em economias paradas. Portanto, o maior susto foi durante o covid: nós pensamos que podia ser uma travagem da atividade. As crises geram oportunidades mas a pandemia foi algo totalmente novo.

D.

A propósito do que se viveu durante a pandemia, acredita no trabalho remoto ou não? Não. Numa base de trabalho remoto puro e simples, não.

E um dia por semana que se trabalhe em casa? Isso já temos. Estou recetivo à ideia e ela existe, já está implementada, mas eu acho que as pessoas não percebem o que teriam a perder com um afastamento do escritório.

As crises geram oportunidades mas a pandemia foi algo totalmente novo.

Os mais novos parecem mais preocupados com esta ideia. Sinto, na minha geração, que passou a ser uma preocupação nos processos de recrutamento. Porque não têm a mínima ideia do que poderiam perder: conhecimento, que é crítico; ou a perder um julgamento, que é vital para perceber como é que se gere uma audiência. Assistir a uma negociação de um contrato ao vivo é essencial: um contrato não é só o que eu digo; é a maneira como me mexo, forma como olho; é o *body language*; são as pequenas concessões que se fazem; são os silêncios — os silêncios falam, muitas vezes, mais do que as palavras — e isso não se aprende em casa. Por outro lado, é o aspeto cultural, de proximidade uns com os outros — isso faz a força da equipa e a força da equipa faz a força do projeto. E se o projeto não tiver sucesso, quem vai sofrer são os que cá estão.

Tinha planeado deixar o lugar de *Managing Partner* em 2017, mas depois só saiu em 2022, porquê? Em 2017 era muito cedo e foi impossível. Foi o ano em que se juntou a nós uma equipa grande. Cinco sócios entraram e era preciso integrá-los.

E por que é que 2022 foi o momento chave? Porque eu tinha prometido a mim próprio, há 30 anos atrás, que não queria passar dos 60 como *Managing Partner*, sempre achei que isso não seria um bom exemplo nem uma boa medida para o escritório. Acho que o escritório fica muito mais bem servido com dois cargos: uma estrutura bicéfala, mais adequada do ponto de vista de governance, porque somos capazes de aprender e fazer em conjunto muito mais do que eu sozinho poderia continuar a fazer.

Foi fácil escolher a sucessão? Ou era óbvia? Não era óbvia, mas foi fácil.

Não era óbvia, mas foi fácil.



D.

Qual é o papel do *Senior Partner*? O que é que ele faz de diferente? É suposto fazer coisas bastante diferentes. Ao longo destes meses, já percebemos que há imensa sobreposição, mas se quiser, uma boa maneira de distinguir é aquilo de que falámos há pouco, do que é ser *partner* e o que é ser sócio: o *Senior Partner* trata mais dos sócios e o *Managing Partner* trata mais dos *partners*. O *Senior Partner* está encarregado de pensar e preservar aquilo que é a organização a longo prazo, a sustentabilidade da firma, gerir o *partnership*, gerir os sócios, estar na estratégia e nas áreas de sustentabilidade; o *Managing Partner* está na gestão do negócio propriamente dita, na gestão operacional. O *Managing Partner* está mais nos resultados, na produção dos resultados; o *Senior Partner* está mais na avaliação dos resultados.

Passou a ter uma vida mais descansada? Não.

O *Managing Partner* está mais nos resultados, na produção dos resultados; o *Senior Partner* está mais na avaliação dos resultados.

Considera-se um exemplo quando decide tornar público que passou por uma depressão, quis ser um exemplo de superação? Não, pelo contrário. Quis ser um exemplo do oposto, eu não superei nada. Tive uma doença que felizmente passou, não sou nenhum herói e essa minha história não é uma história de sucesso, é o oposto. É a de quem teve uma doença, que pode atingir qualquer pessoa. Nunca me ouviu dizer que fui bestial, porque superei. O que eu disse foi: isto é uma doença; eu tive esta doença; esta doença é terrível e pode atingir cada um de nós; mas há esperança para todos os que passamos por isto. Não tenho nenhuma varinha mágica, nem nenhuma solução, não consigo salvar ninguém, não tenho nenhuma palavra que cure tudo, nem uma recomendação universal. Tenho esta história, e sinto o dever de a partilhar.

O que é que pesou na balança quando decidiu dar aquela entrevista? É um assunto que poderia ter mantido na sua esfera privada. Não vale a pena glorificar muito nem há nada de extraordinário naquilo. Eu dei a entrevista por duas razões muito simples: primeiro, porque me pediram; segundo, porque achei que, dando a entrevista, talvez pudesse ajudar alguém e se tocasse, nem que fosse uma pessoa, já tinha valido a pena.

(...) porque é que eu haveria de ter medo?

Mas não teve medo de pôr a história a público? Não, porque é que eu haveria de ter medo?

Pela próxima pergunta que lhe ia fazer: não acha que a nossa sociedade ainda é um bocadinho conservadora e olha para este tema como um tabu? Acho. Mas por isso é que eu lhe perguntei “medo de quê?”. Porque é que eu haveria de ter medo? Quem tem que ter medo são, infelizmente, pessoas que estão em lugares de dependência, que trabalham em postos onde não podem deixar de estar porque ficam sem ordenado; onde não podem falar da doença, porque correm o risco do estigma ou de serem despedidas, eventualmente. Essas pessoas sim, têm que se proteger. Eu estou numa posição completamente privilegiada, não é preciso uma enorme coragem para fazer o que eu fiz, na posição em que estou. Acho que é um dever.

D.

O que é que o fascina tanto nas montanhas? É uma boa pergunta.

Com todos os riscos associados, obriga a uma preparação física brutal, a própria escalada assumo que não seja fácil. O que é que o fascina? O que é que o faz querer voltar tanto? A si e a tantos outros. São muitas coisas. É a sensação de estar consigo próprio, a sensação de estar completamente casado com a natureza, a sensação de superação, a adrenalina, lidar com o risco, o estar longe de tudo, viver com o mais simples que há na vida — muitas vezes em modo de sobrevivência —, memórias fantásticas. Estar 21 dias na Antártica preso numa tenda com a minha filha.

É a sensação de estar consigo próprio, a sensação de estar completamente casado com a natureza, a sensação de superação, a adrenalina, lidar com o risco, o estar longe de tudo, viver com o mais simples que há na vida (...)

A sua filha junta-se a si? Às vezes, sim. Tivemos uma aventura fantástica na Antártida. Íamos preparados para 9 dias e acabamos por ficar 21 dias porque, a certa altura, fomos lá apanhados no meio de uma tempestade e o avião não nos podia ir buscar.

Estou a tentar imaginar o rebuliço, aqui, no escritório a tentarem-lhe ligar e a resposta ser “estou perdido no meio da Antártida”. Faltei à festa de Natal do escritório e à festa de Natal, propriamente dita, em casa.

O vosso Natal foi na Antártida? O nosso Natal foi na Antártida. Por acaso, no dia de Natal acho que foi quando conseguimos sair. E, portanto, são as memórias...

Ouvi sempre expressões das mais elogiosas sobre si, em particular enquanto líder e por aquilo que construiu aqui dentro, pela forma como conseguiu acolher todas as pessoas que estavam aqui dentro. Reconhece-se nessa imagem e, se sim, que valores acha que foram mais importantes para construir o que fez? Reconhecer-me nessa imagem tenho alguma dificuldade, por pudor. Acho que sempre fiz o melhor que sabia. Como lhe disse, gosto de pessoas e fiz, e faço, o melhor possível para as receber. Acho que temos que nos orgulhar por haver pessoas que nos procuram e querem trabalhar cá, tal como temos que ter orgulho das que se vão embora, porque vão em regra para posições melhores ou invejáveis ou irrecusáveis noutros sítios. Fiz apenas o meu trabalho. Acho que os valores que me orientaram tiveram que ver com respeitar as pessoas e tentar portar-me decentemente, coisa que, infelizmente, como é óbvio, como qualquer humano, nem sempre fui capaz de fazer, mas que vou tentando sempre o melhor possível.

Acho que os valores que me orientaram tiveram que ver com respeitar as pessoas e tentar portar-me decentemente (...)

D.

Que legado deixa? Não deixo sozinho, mas junto com os meus sócios fundadores acho que deixamos um legado de que nos orgulhamos. Uma boa sociedade de advogados, ainda com imenso potencial para desenvolver.

Não tem essa ideia de que o produto está feito? Que agora é só continuar? Não, nem pensar. Isto é preciso reinventar e recriar todos os dias. Acho que deixamos um potencial enorme para nos podermos orgulhar de quem vem a seguir. E aquilo que acho que um dia levarei daqui é o termos realizado esse sonho: criar uma instituição que nos sobrevive e uma marca - que não é o meu nome, é o nome do meu pai - que perdure. Isso é um orgulho.

O que mais gostaria de dizer para incluir nesta entrevista, porque certamente eu não teria sabido fazer a pergunta? Talvez possa só dizer que ainda vale a pena ser advogado, que acho que é uma profissão espetacular, como eu a conheço. Uma profissão extraordinária, que nos dá uma visão de helicóptero sobre a sociedade; que hoje está estruturada de tal maneira que podemos compatibilizar o trabalho com os clientes com o trabalho para a comunidade; onde nos podemos realizar pessoal e profissionalmente; e que é uma fonte inesgotável de construção de uma rede que fica para a vida e de conhecimentos que são úteis para a vida. Para os mais novos, talvez essa nota, de que vale mesmo a pena ser advogado.

Para os mais novos, talvez essa nota, de que vale mesmo a pena ser advogado.



D.



WORK-LIFE BALANCE

Em outubro de 2021, um estudo desenvolvido pela International Bar Association concluiu que o bem-estar mental dos profissionais do Direito é um motivo de preocupação global. Este estudo identificava o estigma como a principal causa deste problema, sendo que 41% dos inquiridos diziam não ter à vontade para discutir questões de saúde mental no contexto de trabalho, por receio de prejudicar a carreira.

As questões de saúde mental entre os advogados são, na verdade, notoriamente prevalentes, assim como o abuso de substâncias. Nesta medida, a saúde mental e o bem-estar dos profissionais do Direito têm de ser uma consideração essencial para escritórios, faculdades e associações de advogados. Embora a pandemia tenha trazido estes temas para a ordem do dia, a maioria dos recursos e programas de "bem-estar" disponíveis não se concentra nos desafios únicos desta indústria que apresenta riscos psicossociais muito sérios, como a carga de trabalho, a sensação de falta de autonomia, as longas horas, a competitividade entre pares e a pressão dos clientes.

(...) a saúde mental e o bem-estar dos profissionais do Direito têm de ser uma consideração essencial para escritórios, faculdades e associações de advogados.

Foi com isto em mente, que eu, a Rita, o Nuno e o Martim criámos a Direito Mental - sabíamos que alguma coisa tinha de mudar. Não de um dia para o outro, naturalmente, mas, pelo menos, que a discussão começasse a ser orientada para temas cruciais, como o Work-Life Balance e as profissões jurídicas.

Hoje em dia, estas considerações são o motor da evolução do mercado de trabalho. Os paradigmas do trabalho das nove às seis (ou 7, ou 8...), com a globalização e a tecnologia, deixaram de fazer sentido e a “mudança” (em vez do emprego para a vida) faz parte do novo vocabulário geracional de dinamismo laboral.

D.

Os paradigmas do trabalho das nove às seis (...) deixaram de fazer sentido e a “mudança” (em vez do emprego para a vida) faz parte do novo vocabulário geracional de dinamismo laboral.

Quem procura emprego no mercado de trabalho jurídico hoje, valoriza não só um salário, como um bom equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal. A importância da gestão flexível do trabalho, bem como a oportunidade de gerar impacto na função ganharam tração, influenciando não só a procura, como a decisão de mudança de emprego. É natural que, ao longo da carreira, as nossas necessidades e expectativas variem e se ajustem consoante as prioridades estabelecidas a cada momento. Estas são preocupações que os recrutadores têm de ter em conta se quiserem atrair e reter talento.

Quem procura emprego no mercado de trabalho jurídico hoje, valoriza não só um salário, como um bom equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal.

Outro movimento interessante tem sido a semana de 4 dias. Em junho de 2023, arrancará o projeto piloto do Governo que durará seis meses e implica a redução do número de horas de trabalho semanais. Ficaremos a aguardar as suas conclusões.

Estes temas têm promovido um amplo debate internacional e nacional sobre novas formas de gestão e equilíbrio dos tempos de trabalho. Na Direito Mental, sentimos que fazemos parte ativa desta discussão orientada pela lógica de melhoria da qualidade de vida e de conciliação da vida profissional e pessoal. Queremos fazer a diferença, uma pessoa de cada vez, abraçando todos os que a nós se queiram juntar.

Raquel Sampaio

Co-FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DIREITO MENTAL



D.



Nunca imaginei que o meu processo de acesso ao Ensino Superior fosse como foi. A verdade é que a Faculdade de Medicina da UCP nunca fez parte dos meus planos, afinal no meu secundário já conhecia bem o caminho que queria, ou pelo menos achava que conhecia.

(...) no meu secundário já conhecia bem o caminho que queria, ou pelo menos achava que conhecia.

Foi a meio do meu 12º ano que um telejornal arruinou todas as certezas que eu achava que tinha. “Aprovado o primeiro curso de medicina numa universidade privada em Portugal” dizia o pivô enquanto apresentava aquilo que mal sabia eu seria o meu futuro.

Sendo sincera, na altura não quis acreditar, mas agora sei em primeira mão que as promessas de um sistema inovador e de uma educação de excelência não eram em vão. Os aspetos diferenciadores são evidentes.

(...) agora sei em primeira mão que as promessas de um sistema inovador e de uma educação de excelência não eram em vão.

O mais aparente e distintivo é o facto de o curso ter uma metodologia de ensino moderna. Em vez de longas aulas expositivas que devemos memorizar para passar, temos como base do nosso conhecimento teórico o método de Problem Based Learning, em que somos desafiados a descobrir o conteúdo por nós mesmos e aplicá-lo na resolução de um caso.

Contamos, desde o primeiro ano, com uma forte componente prática, ímpar em Portugal. Há um grande foco no desenvolvimento das competências técnicas e interpessoais imprescindíveis à prática da medicina. Entre as aulas de competências clínicas e as consultas com pacientes simulados saímos da faculdade armados com as ferramentas necessárias para ser o que atualmente as pessoas exigem de um médico, para além de conhecimento, humanidade.

D.

Contamos, desde o primeiro ano, com uma forte componente prática, ímpar em Portugal.

E não acaba por aqui, as mentorias, a forte ligação à investigação, a flexibilidade na personalização do curso, a abertura internacional, as parcerias de excelência... foi tudo isto que me levou a arriscar. Quando recebi o email não festejei ficar colocada na minha primeira opção, continuava a pensar em tudo aquilo que estaria a perder se não ficasse na Católica.

Não vou dizer que escolher a UCP foi a decisão mais fácil que já tomei, não vou esconder as minhas dúvidas e inventar um conto de fadas. Mas uma coisa posso garantir, se pudesse voltar atrás, faria tudo da mesma maneira, porque neste momento sei que não há instituição que melhor me prepare para o meu futuro.

(...) se pudesse voltar atrás, faria tudo da mesma maneira, porque neste momento sei que não há instituição que melhor me prepare para o meu futuro.

Neste momento posso orgulhosamente dizer que estou numa instituição que me estimula a explorar os meus interesses, que me valoriza e que me permite aprender não só como ser uma boa médica, como também como ser uma melhor pessoa.

Ana Raimundo

PRESIDENTE DA COMISSÃO INSTALADORA DA CATÓLICA MedSU



D.



TORNAR A DÁDIVA DE SANGUE UM HÁBITO

Três são as vidas que salvamos com uma dádiva de sangue. Imaginemos então, a quantidade de vidas que poderíamos salvar se todos aqueles elegíveis a doar o fizessem.

A falta de sangue tem sido o principal inimigo das instituições de dádiva de sangue. Para combater isto, torna-se crucial reconhecer o papel que estas têm ao mobilizar populações para agir perante tal cenário.

A falta de sangue tem sido o principal inimigo das instituições de dádiva de sangue.

O voluntariado na dádiva de sangue cresceu principalmente na década de 80 em Portugal. Os dadores da altura aperceberam-se da escassez de sangue para o tratamento de doentes. Por esta razão, organizaram-se em associações pelo país fora e desempenharam colheitas por todo o território, procurando novos dadores. Nessa altura, existiam apenas 18 dadores por cada 1000 habitantes, sendo que para garantir a estabilidade e a autossuficiência dos bancos de sangue, seria necessário que existissem 42 a 45 dadores por cada 1000 habitantes.

Atualmente, o cenário já é diferente! Só em 2010, Portugal chegou aos 42 dadores por cada 1000 habitantes, algo histórico no nosso país. Infelizmente nos anos que se seguiram, houve uma quebra significativa no número de dadores presentes em colheitas. Isto parece estar relacionado não só com o facto de termos uma população cada vez mais envelhecida, mas também pela emigração em massa de jovens portugueses para o estrangeiro.

(...) houve uma quebra significativa no número de dadores presentes em colheitas.

D.



A faixa etária de quem doa sangue em Portugal é extremamente elevada. Para agravar isto, existe uma enorme dificuldade em fazer chegar aos mais jovens esta mensagem. Atualmente existem vários jovens a doar sangue, mas são poucos aqueles que o fazem com regularidade. Por este motivo, acredito que as associações juvenis, como por exemplo as associações de estudantes, tenham um papel crucial na partilha e promoção da dádiva.

(...) existem vários jovens a doar sangue, mas são poucos aqueles que o fazem com regularidade.

A FAS-Portugal (Federação das Associações de Dadores de Sangue) e o seu Comité Jovem, têm assumido uma postura de proximidade com outras organizações de cariz social, pois reconhecemos que só deste modo conseguimos alcançar os nossos objetivos, de mobilizar um país para uma dádiva de sangue benévola e não remunerada.

João P. Junqueira

COORDENADOR DO COMITÉ JOVEM DA FAS-PORTUGAL



D.

Artur Santos Silva

**A Personalidade em
Destaque no Porto.**

Nuno Brochado de Agarez

DIRETOR NACIONAL DO JORNAL DIURNA.



D.

ARTUR SANTOS SILVA

Artur Santos Silva, fundador do BPI, exerceu funções executivas na banca durante décadas e assistiu na primeira linha à evolução de um sistema financeiro totalmente nacionalizado até à realidade atual. É, em Portugal, o Presidente do Conselho que coordena a atividade da Fundação La Caixa, uma das maiores a nível internacional e já foi Presidente da Fundação Gulbenkian.

Numa conversa dividida por três dias, foi delicioso estar perante um fantástico contador de histórias que, como o seu interlocutor, adora água gelada e que lhe permitiu a ousadia de discutirem o conteúdo de um livro lançado na semana em que ocorreu esta entrevista, o famoso “O Governador”.

Sente-se jurista e sente que o Direito formatou a sua forma de pensar? Eu acho que o Direito nos dá quadros de pensamento que são muito importantes. Aprendemos a ver o essencial nos problemas e a decidir mais rapidamente do que os outros. Somos formatados a pensar para decidir, e não para ver apenas as vantagens e as virtudes da solução A, da B e da C. Mentalidade *problem solving*: “chutamos à baliza”, vemos mais facilmente qual é a decisão mais equilibrada. Por vezes, pessoas com outras formações, e até mais ligadas ao que é exato, têm mais dificuldade em decidir.

Somos formatados a pensar para decidir (...)

Quando chegou aos 62 anos, no BPI, achou que estava na hora de dar um passo atrás e tomar um outro tipo de funções. Afastou-se de um papel mais ativo. Porquê? O que eu pensei, talvez 6/7 anos antes de chegar aos 62 anos, foi que havia um tempo para parar numa

D.

atividade intensa executiva. E esse tempo para parar eu admiti que fosse aos 62 anos. Acho que um ciclo de liderança superior a 10/15 anos é um período no qual já demos o melhor de nós próprios. Por outro lado, é importante dar oportunidade a outros, proporcionar uma renovação da liderança. Quis, aliás, que este princípio fosse consagrado nos Estatutos do BPI; fiz grande pressão para tal, o que acabou por acontecer: aprovando as contas do ano em que se faz 62 anos, qualquer administrador “full time” devia cessar funções executivas. Havia uma razão que reforçava isso: a circunstância de eu ter sido promotor e fundador do BPI. Essa circunstância determinou que fosse 23 anos Presidente Executivo do Banco, o que é, indiscutivelmente, um período excessivo.

Mas isto então leva perfeitamente à próxima pergunta. Acha que a renovação geracional deve acontecer de forma natural ou quem está no topo deve procurá-la? Ou tem a responsabilidade até de a procurar? O ideal é que a renovação seja feita de uma forma natural. Quem lidera deve preparar a sua sucessão. Foi o que fiz, em relação a Fernando Ulrich. Isso é, aliás, um dos princípios básicos de *governance* numa empresa: o conselho de administração deve prever como podem ser substituídos os principais executivos. Se, por qualquer razão, um administrador executivo decidir sair, ou se tiver um problema de saúde, há que saber como tal vazio será preenchido. Deve ser planeada a sucessão dos homens-chave, e, em especial, a sucessão do líder.

Deve ser planeada a sucessão dos homens-chave, e, em especial, a sucessão do líder.

Condecorado com tantos prémios e distinções pela comunidade, alguma vez ponderou ser Presidente de Câmara? Era uma das funções políticas que gostaria de ter assumido, a de Presidente da Câmara Municipal do Porto, mas nunca aceitei ser candidato porque muito cedo deixei de ter ligações partidárias. Entendia que era difícil exercer funções políticas sem um vínculo partidário, o que, uma experiência anterior, me tinha recomendado.

Na Porto 2001? Sim, na Porto 2001. Fui desafiado várias vezes para essas funções pelos dois partidos mais votados no país e a minha resposta foi sempre negativa, porque, como disse, achava que era difícil exercer tais funções sem um envolvimento partidário. A única vez que apoiei um candidato a Presidente da Câmara, foi exatamente na eleição de Rui Moreira, o candidato independente. Ele reunia um conjunto de qualidades que fariam muito bem à Cidade se vencesse e veio a constituir um caso singular na vida das grandes cidades do nosso país. A vitória do Dr. Rui Moreira foi realmente...

Fui desafiado várias vezes para essas funções pelos dois partidos mais votados no país e a minha resposta foi sempre negativa (...)

Um marco. Podia ter sido o doutor. Não digo isso, mas acho que para o exercício destas funções é muito importante a capacidade de comunicação, o mediatismo, e Rui Moreira tinha

D.

também qualidades excepcionais nesse plano. Foi desafiado por várias pessoas, não apenas por mim, nomeadamente, por quem tinha tido tal responsabilidade antes dele, como foi o caso do Dr. Rui Rio. Quanto a mim, quando as oportunidades surgiram, não só pela razão que já referi, mas também porque tinha um compromisso com o banco que não podia abandonar. O mesmo aconteceu com desafios para funções ministeriais, que eu nunca aceitei pela mesma razão.

No sector que eu conhecia melhor, na banca e nos seguros, foram saneados mais de 200 diretores, sem qualquer justificação.

“Uma revolução é sempre traumática”, disse. Que impacto sentiu no pós-25 de abril em que dá os seus únicos passos pelo Governo? Houve gerações que foram antecipadamente “queimadas”. Os grandes empresários viram-se sem as suas empresas, que foram nacionalizadas. Muitos dos seus quadros de topo, que formavam equipas, foram desmantelados. Uns ficaram, outros partiram e foram à procura de novos desafios profissionais, muitos dos quais para sobreviverem. Na alta administração pública aconteceu a mesma coisa, tal como nos órgãos consultivos de alguns ministérios. Numa instituição como a Fundação Gulbenkian, foram saneados dois dos administradores e foi afastada a Diretora do Serviço de Música, que era mulher do presidente da Fundação Gulbenkian, a principal instituição do país. No sector que eu conhecia melhor, na banca e nos seguros, foram saneados mais de 200 diretores, sem qualquer justificação. Fui Secretário de Estado do Tesouro, no último Governo provisório, o VI - que durou quase tanto como os cinco anteriores (setembro de 1975 a julho de 1976) – e que procurou contribuir para a normalização democrática pós- revolucionária. Um dos pontos que mais destaquei ao Ministro Dr, Salgado Zenha, antes de aceitar, foi que teríamos de rever todos esses saneamentos. Assim aconteceu antes do final do nosso mandato e, nos processos de revisão de tais saneamentos, nenhum ficou de pé, o que foi muito gratificante.

Fui Secretário de Estado do Tesouro, no último Governo provisório, o VI - que durou quase tanto como os cinco anteriores (...)



D.

A propósito disto tudo, esse mundo pós-25 de abril, em que se confronta com um conjunto de limitações à economia, entra no desafio de criar a Sociedade Portuguesa de Investimentos, que depois se transforma no BPI. A Sociedade Portuguesa de Investimentos era um veículo, tendo em conta que não era possível existir um banco de iniciativa privada até mais tarde. Como é que foi criar este projeto? Como é que a ideia lhe surgiu? Porque é que a ideia lhe surgiu? Eu gostei muito da minha experiência no Banco Português do Atlântico (1967-1975). O BPA era uma grande escola de gestão bancária. Depois da nacionalização, com bancos praticando as mesmas condições de taxas de juro nas operações de crédito ou de depósito, tal como nas comissões por prestação de serviços bancários, não havia concorrência efetiva. Este modelo de só haver bancos nacionalizados era indesejável.

Este modelo de só haver bancos nacionalizados era indesejável.

Como é que daqui passamos para o SPI? Eu estava a viver um problema seriíssimo de saúde de meu Pai, que estava a ser tratado num hospital em Inglaterra. Todos os dias ia para o centro de Londres para o poder acompanhar e comecei a pensar num desafio que devia ponderar. Que teria sentido aproveitar o estatuto das sociedades de investimento para lançar aquilo que seria de facto um banco de desenvolvimento e de investimento, uma figura híbrida lançada pelo grupo do Banco Mundial, no sentido de ser um acelerador de mudanças nos países não desenvolvidos, como era o nosso caso. Eu tinha perto de 40 anos, o Engenheiro João Talone, o meu grande companheiro nesta aventura, teria mais do que eu cerca de 15 anos e, portanto, os dois atuámos como promotores deste projeto. Não tínhamos património para ser acionistas com significado, mas oferecíamos aquilo que tínhamos, a nossa capacidade profissional e a nossa visão/paixão.

Até o projeto ser firme, o que demorou perto de um ano e meio, não quisemos qualquer remuneração.

Que era o conhecimento? Era o nosso “know how”. Até o projeto ser firme, o que demorou perto de um ano e meio, não quisemos qualquer remuneração. Mostrámos, também assim, a nossa convicção de que este era um bom desafio a assumir. Correu tudo bem: dos 17 acionistas iniciais passámos a 100 de todo o país – continente e regiões autónomas. O acionista que considerei mais importante foi a IFC – International Finance Corporation (associada do Banco Mundial) que veio a deter 7,5% do capital e os quatro restantes acionistas institucionais 5% cada. Convidámos o maior banco francês da altura, o Crédit Lyonnais – do país com quem tínhamos mais relações económicas, o segundo mercado das nossas exportações, o principal investidor direto em Portugal e de onde vinham as principais transferências dos nossos emigrantes. Desafiámos também um investidor alemão, a DEG, porque a Alemanha era o nosso principal mercado - Atraímos, também, o maior Banco Suíço, a UBS, porque pertencia ao maior centro financeiro da EFTA, em que, então, estávamos integrados. Conseguimos atrair

D.

o maior investidor em capital de risco da Europa – 3 i (Investors In Industry), do Reino Unido. Tive também a sorte de que a pessoa que foi escolhida para representar a IFC foi um dos criadores dos bancos de desenvolvimento, instituições que contribuíram para acelerar o crescimento nos países menos desenvolvidos: William Diamond. Funcionou como um *coach* para mim. Vinha uma semana antes das reuniões dos Conselhos, que eram em regra de dois em dois meses. Constituiu um privilégio ter tido uma pessoa com quem pude discutir profundamente os principais desafios da SPI.

E depois passam a ser um banco? Em 1983, forma-se o governo do Bloco Central. O programa do governo previu a revogação da Lei de Delimitação dos Sectores que impedia a banca e as companhias de seguro privadas. Nós estávamos na *pole position* para passar a banco, e fomos o primeiro banco privado português a ser criado. A minha convicção sempre foi: Portugal não vai ficar esta originalidade de ser o único país das Comunidades Europeias só com bancos públicos. Isto tem que acabar, porque uma economia que é dominada por bancos do Estado, é uma economia que não é verdadeiramente livre, dado que a iniciativa privada está condicionada pelas fontes de financiamento. Criámos, sem reservas mentais, a SPI. Depois, quando pudemos ser banco, transformámos a sociedade de investimento num banco de investimento. Neste primeiro período, tínhamos a certeza de que os bancos comerciais estatizados seriam, um dia, privatizados e que nós deveríamos ser candidatos a comprá-los para constituir um Grupo Bancário Universal.

(...) tínhamos a certeza de que os bancos comerciais estatizados seriam, um dia, privatizados e que nós deveríamos ser candidatos a comprá-los para constituir um Grupo Bancário Universal.

Qual era ambição que tinha para o Banco? O que imaginava que o Banco viria a ser face ao que sabia na altura? Alguma vez tinha ponderado a ideia de um Banco que é 100% detido por um grupo espanhol, por exemplo? Não. Aquilo que eu sonhava era que fosse um banco independente, cotado na bolsa, com milhares de acionistas. Os mais importantes deviam ter voz nos órgãos de governo do Banco, num modelo a que aderi mesmo antes de estar criado na lei: Conselho Geral e Direção. Os cinco acionistas institucionais estrangeiros, os representantes dos acionistas portugueses mais importantes (eventualmente em regime de rotação), e ,ainda, membros independentes dos principais acionistas (o que aconteceu desde a constituição da SPI).

Numa Entrevista ao Expresso, o Dr. Fernando Ulrich fala de si. Pelo testemunho que dá, consigo perceber que a forma como foi olhando para entrada do CaixaBank no BPI foi mudando. Talvez porque, desculpe a expressão, estava “queimado” da experiência que tiveram com o Santander uns tempos antes. Tanto que no início defendeu que o CaixaBank tivesse uma posição mais reduzida. Só mais tarde, quando o CaixaBank vai crescendo dentro do BPI, é que passa a ser o primeiro a apoiar esse crescimento. O que é que muda? Eu defendi que havia um limite inicial de 10%.

D.

Eu defendi que havia um limite inicial de 10%.

Eles queriam 30%, a princípio. Talvez, mas nós dissemos que o limite máximo seria 10%, não mais que isso. Tivemos uma péssima experiência com o BCI, que foi um banco comercial de raiz que nós construímos, em 1986, em conjunto com a maior parte dos nossos acionistas fundadores.

Em 5 anos, fizemos o *turn around* e estávamos preparados para uma nova aquisição.

O tal problema com o Santander. Quando estava em atividade o BCI, há três anos, o Santander propôs-se ser acionista. Nós, BPI, éramos acionistas com 10%, que era o limite máximo admitido na altura da sua criação. Logo a seguir aceitaram entrar com 10% e começaram a trabalhar “por detrás da cortina”, com alguns dos grandes acionistas, no sentido de virem a dominar o banco. Depois de uma situação de grande tensão, durante mais de um ano, acabámos por vender: “estamos a lutar com um gigante e não temos condições para o vencer”, afirmou na altura um dos nossos acionistas mais leais. Entendemos vender todos as nossas posições e fizemos uma operação muito lucrativa, mas não era isso que queríamos quando o BCI foi criado. A partir dessa má experiência, o que defendemos é que deveríamos comprar um banco no processo de privatizações que controlássemos sozinhos, para não voltar a ter um problema parecido. Assim adquirimos o primeiro banco em que o Estado vendeu o controlo de uma só vez, o Banco Fonsecas & Burnay, que estava, aliás, numa situação financeira muito frágil. O fundo de pensões apenas estava muito modestamente capitalizado. Tinha crédito malparado em valores anormais, cerca de 10% da carteira de crédito, não adequadamente provisionado. Em 5 anos, fizemos o *turn around* e estávamos preparados para uma nova aquisição. Assim, concorremos e vencemos o processo de privatização do Banco de Fomento e, com ele, adquirimos também o Banco Borges que era detido pelo Banco de Fomento a 100%.

Como é que então chegámos ao grupo La Caixa com 100% do BPI? É um processo natural? É um processo natural a partir de um acontecimento de que não falamos ainda: a saída do maior banco brasileiro, Itaú. Acionista relevante desde 1991 até 2012. Em plena crise da dívida soberana europeia, o Itaú decide vender. Presumo que previa que Portugal ia ter a mesma sorte da Grécia, que o Estado e os Bancos íam “quebrar”, o que aconteceu um pouco antes com o sistema bancário grego, por duas vezes.

Em plena crise da dívida soberana europeia, o Itaú decide vender. Presumo que previa que Portugal ia ter a mesma sorte da Grécia, que o Estado e os Bancos íam “quebrar”, o que aconteceu um pouco antes com o sistema bancário grego, por duas vezes.

D.



(...) temos um banco que é hoje dono do BPI, na totalidade, mas que é detido numa percentagem de 30%, por uma fundação privada, a Fundação “la Caixa” (...)

E vendeu ao CaixaBank? E vendeu ao CaixaBank e, a seguir a essa venda, a Engenheira Isabel dos Santos (IS), que já era acionista do BPI, faz grande pressão para vir a partilhar essa aquisição. O CaixaBank, procurou ter relações de entendimento com um outro grande acionista que era, de facto, nosso parceiro em Angola, no BFA – o mais importante e rentável banco de Angola e que era controlado pelo BPI. Neste banco angolano IS já era indiretamente detentora de 49,9%, embora a Comissão Executiva fosse essencialmente assumida pela equipa do BPI. Neste contexto, o CaixaBank resolveu ceder parte do que tinha comprado e, portanto, em vez de passar a ter mais de 50% passou a deter 45%. Quando o CaixaBank comprou a posição do Itaú ficou evidente que a prazo iria assumir o controlo do BPI e que o projeto de um banco independente deixara de ter sentido.

Gostava que tivesse sido outro desfecho? Atendendo à estrutura do capital do BPI, a solução mais desejável passou a ser a de o controlo do BPI ser assumido pelo CaixaBank. Esta situação foi agravada pela absurda posição do BCE em relação ao controlo do BFA. Fomos obrigados a não ter a maioria do capital e a não ter ninguém que representasse o BPI na administração do banco, nem executiva, nem não executiva. Foi uma situação difícil de entender.

D.

Depois, com saída de Isabel dos Santos, o La Caixa compra o resto das participações à Allianz e aos pequenos acionistas. Exato. A vantagem é que temos um banco que é hoje dono do BPI, na totalidade, mas que é detido numa percentagem de 30%, por uma fundação privada, a Fundação “la Caixa” e que tem uma atividade filantrópica na Península Ibérica da maior relevância.

Como gestor bancário, não se sentiu moralmente ofendido por aquilo que outros bancos fizeram e pela perda de confiança que cresceu perante o setor bancário? A sociedade portuguesa tem a tendência de meter tudo dentro do mesmo saco. Ninguém é poupado. Acho deplorável o que se passou no sector bancário. Primeiro, o BPN, um pequeno banco, que deve ter gerado prejuízos ao Estado de mais de 6 mil milhões de euros e era liderado por alguém que tinha tido funções relevantes na supervisão do Banco de Portugal, no Governo (Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais) e, a seguir, Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimentos, em representação do Estado Português. Depois, o caso do Banco Espírito Santo, o maior de todos. E também a Caixa Geral de Depósitos que, na luta pelo controlo do Millennium BCP, financiou com vultuosos empréstimos, sem adequadas garantias, acionistas que só o foram pelos recursos obtidos. Meses depois, na crise da liderança do BCP, os acionistas elegeram como seu Presidente e Vice-Presidente o Presidente e o Vice-Presidente da Caixa, que os tinham financiado ...

Acho que foi má gestão de riscos.

E o BANIF. Acho que foi má gestão de riscos. O que pode ser especialmente contestado foi o processo de venda do Banco, porque não foi feito através de um processo competitivo, proporcionando a outros concorrentes as mesmas garantias de que beneficiou o Santander.

O livro “O Governador”, dois dias antes desta conversa, foi lido de fio a pavio para esta conversa. O seu conteúdo roubou um par de horas às nossas conversas. Estive a ver um capítulo em que se fala de Fernando Ulrich, então CEO do BPI, que foi dar conta, um ano antes, ao Ministro das Finanças de que o BES estava numa situação da maior fragilidade.

Há também um segundo protagonista nessa história. Pedro Queiroz Pereira, diz que teria sido aconselhado por Fernando Ulrich a escrever a carta mencionada no livro. Como disse, já antes disso, Fernando Ulrich tinha manifestado o seu juízo fundamentado ao Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, atendendo apenas a dados de informação pública.

Fernando Ulrich tinha manifestado o seu juízo fundamentado ao Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, atendendo apenas a dados de informação pública.

Há uma altura aqui no livro que se diz que Ricardo Salgado era uma espécie de porta-voz dos banqueiros. Como é que acha que ele chegou a essa posição? Se é que isto faz sentido.

D.

Eu acho que era uma voz especialmente ouvida porque ele tinha não só o poder do banco, como tinha posições em empresas importantes do país.

Direta ou indiretamente. Direita ou indiretamente. Mas eu não reconheço isso. Poderá ter havido, especialmente no período em que havia uma grande proximidade entre ele e o Governo a diversos níveis, um pressentimento de que ele tinha um peso maior porque tinha uma audição política que os outros não tinham.

Mas porta-voz não seria? Não, porta-voz não era.

O GES estava em queda, completamente falido, e pedia dívida, financiando-se no BES, que usava dinheiro dos depositantes para tentar cumprir aqueles buracos em obrigações que nunca seriam pagas, que nunca seriam devolvidas. Um loop invisível ao olhar médio. Acha que na altura era impossível ter sido evitado? A informação escondida era tanta. Um momento crítico foi o das diversas alterações que Ricardo Salgado fez na sua declaração fiscal com proveitos obtidos em circunstâncias difíceis de justificar. A partir desse momento, a sua idoneidade passou a ser altamente questionável.

Vivido o tumulto, em Portugal e na Europa, a regulação foi apertada tanto quanto possível. Conseguimos criar um sistema à prova de tudo ou ainda há falhas? Penso que há hoje um acompanhamento da atividade dos bancos muito mais completa do que havia. Isso é indiscutível. Mas os bancos não estão à « prova de tudo », porque os riscos de crédito que hoje parecem razoáveis, perante uma grande recessão, podem transformar-se em riscos mais dificilmente controláveis.

(...) os bancos não estão à « prova de tudo », porque os riscos de crédito que hoje parecem razoáveis, perante uma grande recessão, podem transformar-se em riscos mais dificilmente controláveis.

Tem-se falado de os taxar os lucros excessivos da Banca, na sequência da guerra, da inflação e dos esforços que, aparentemente, competem ao Estado. Acha que é uma boa solução? Sectores como o financeiro já têm impostos específicos. Acho completamente errado criar mais impostos sobre a banca.

Foi aprovada uma taxa extraordinária sobre a energia e a distribuição alimentar. O único sector onde compreendo que haja algum imposto extra é o energético. Com a distribuição alimentar não concordo.

De lembrar que o último imposto extraordinário temporário, implementado em Portugal durante o período da *troika*, nunca passou à história. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista com a subida das taxas de juro, os bancos, num quadro inflacionista que não seja convenientemente controlado, integram o sector que mais vai sofrer com uma eventual recessão económica.

D.

Acha que falta literacia financeira à sociedade portuguesa? Sim. É alguma coisa que nos deve preocupar e que deve ser ensinada aos mais novos desde cedo. É uma matéria com que também o sector social se tem preocupado e pode fazer mais. Também as próprias instituições financeiras, devem dedicar mais recursos a mentalizar os seus clientes e o público em geral. A literacia financeira tem um papel que cabe ao sector que está mais interessado em proporcionar aos seus clientes informação que lhes permitam ter comportamentos mais racionais. Cabe também ao Estado mentalizar a sociedade para que é preciso poupar mais, até porque o sistema de pensões não vai poder manter o modelo redistributivo do passado. É fundamental que as pessoas tenham mentalidade de poupança, em especial para que quando atinjam a idade da reforma possam manter o padrão de vida a que estavam habituados. Porque a pensão do Estado vai ser substancialmente inferior à última remuneração recebida.

(...) o sistema de pensões não vai poder manter o modelo redistributivo do passado.

Isso era uma discussão que nos dava outra entrevista completa. Claro. Mas acho que é fundamental os bancos ajudarem os seus clientes a terem mais literacia financeira. O Estado deve procurar fazê-lo também com publicidade adequada. Explicar às pessoas que é do interesse delas poupar.

Não só é positivo para as pessoas, como também é positivo para as empresas que têm uma nova forma de captação de capital. Em relação às empresas, acho que é importante também que criem fundos de pensões, pagando uma parte aos empregados em dinheiro e outra parte sob a forma de participação num regime complementar de reforma. Uma pessoa que trabalha receberia, da parte do Estado, uma reforma. Da parte da empresa, teriam acesso a um fundo de pensões adicional. E, em terceiro lugar, cada um deve poupar para completar a sua reforma. O primeiro pilar é o Estado; o segundo pilar é a empresa; e o terceiro pilar é assegurado pelo próprio.

O primeiro pilar é o Estado; o segundo pilar é a empresa; e o terceiro pilar é assegurado pelo próprio.

Na espuma dos nossos dias, vivemos um ciclo económico em que o preço de tudo está a esticar, se chegar a certo ponto em que rebenta, nós podemos entrar numa recessão. É um exercício muito difícil ponderar a poupança. Eu admito que vamos enfrentar uma situação de estagnação que pode não ter uma duração muito significativa. Hoje, e nem sempre foi assim, há um ponderador essencial que está interiorizado nas políticas monetárias: além da inflação constitui um barómetro fundamental o emprego. Porque é que o banco central dos EUA foi o primeiro banco central a carregar no acelerador? Porque o emprego continuava forte e a taxa de desemprego continuava e continua baixa. No caso de Portugal, no tempo da “Troika”

D.

assistimos a resultados devastadores com um aumento do desemprego brutal. Ainda se procurou travar, mas já era tarde. Aquilo que eu defendo é que a grande linha vermelha para continuar a subir as taxas de juro é a inversão do problema do emprego.

Para nos afastarmos destes temas, e podermos avançar sobre a sua vida mais recente, diga-me, tendo em conta o que conhece do terceiro setor, como a Fundação La Caixa, a Gulbenkian, a Fundação da Casa da Música, qual é que acha que é o papel que as fundações têm, de facto, em Portugal? Há três grandes prioridades em que se devem focar. A primeira é a educação porque é o grande ascensor social. Combater a desigualdade e eliminar a pobreza extrema. Tudo deve ser feito para que uma criança e um jovem que nasçam numa família pobre sejam ajudados a ter um caminho que lhes proporcione as oportunidades que terá quem nasce numa família da classe média ou alta. O segundo grande ascensor é a ciência porque nos proporciona viver em melhores condições - as descobertas científicas e tecnológicas convertidas em valor económico, proporcionam a redução dos custos da saúde, da educação, dos transportes, etc. A terceira prioridade é o acesso à cultura, porque nos proporciona a formação permanente da nossa sensibilidade.

Aquilo que eu defendo é que a grande linha vermelha para continuar a subir as taxas de juro é a inversão do problema do emprego.

E, em particular, na Fundação La Caixa? A estratégia, os programas e os projetos da Fundação, refletem essas prioridades. Cerca de 60% na área Social, 20% na Ciência e 20% na Cultura.

A Fundação La Caixa, já ouvi dizer, é a terceira maior fundação a nível mundial em termos de capitais próprios. É o único português no Conselho de Curadores da Fundação? Assim é. Porém, as atividades em Portugal são coordenadas por um Conselho a que presido e que conta ainda com o meu colega do BPI José Amaral, com o Professor António Barreto e um elemento da Alta Direção da Fundação, Rafael Chueca.

Neste ano devemos ficar próximo dos 40 milhões, sendo nosso objetivo atingir 50 milhões em 2023.

A fundação só começa a trabalhar em Portugal quando o Dr. Santos Silva assume uma posição na fundação ou já é anterior? A Fundação La Caixa, quando indiretamente passou a controlar o BPI através do CaixaBank, assumiu o compromisso de, o mais rapidamente possível, ter um orçamento para Portugal que estivesse na proporção do CaixaBank e do BPI, que é de 10 para 1. Portanto, sendo o orçamento geral superior a 500 milhões de Euros, deveremos atingir os 50 milhões de Euros, em velocidade de cruzeiro. Neste ano devemos ficar próximo dos 40 milhões, sendo nosso objetivo atingir 50 milhões em 2023.

D.

Acha que existem poucas fundações em Portugal relativamente a outros países da Europa? Devíamos ter mais fundações e com mais peso, sobretudo na área social, combatendo a gritante desigualdade que se vive em Portugal.

Mas, então, o que falta para termos mais fundações em Portugal? Mais vontade ou mais capital? É preciso que haja mais pessoas com vontade de contribuir para uma sociedade mais justa. É preciso que haja famílias dispostas a afetar parte do seu património pessoal para ajudar os outros, da forma mais eficiente. Uso como paradigma as sociedades mais desenvolvidas da Europa, as nórdicas, onde há muita iniciativa privada fundacional para ajudar a ter uma sociedade melhor, e que, ao mesmo tempo, são países onde o *welfare state*, é o mais avançado da Europa.

Continuo muito interessado por acompanhar o que se passa no País, na Europa, no Mundo.

Gostava de deixar um legado? Segui o meu caminho e estou a aproximar-me do “fim da linha”. Continuo muito interessado por acompanhar o que se passa no País, na Europa, no Mundo. Fiz o melhor que pude, nas muitas oportunidades que a vida me proporcionou. Olhando para trás reconheço o que fiz menos bem, mas na altura em que decidi procurei sempre fazê-lo pensando no que era melhor para a entidade para a qual trabalhava sem descurar o seu impacto no desenvolvimento da sociedade em geral.

Há alguma ambição que ainda alimente? Gostava de ver mais concretizado o grande impacto que pode ter em Portugal a Fundação “la Caixa”. Por outro lado, procurarei visitar o meu percurso de vida de uma maneira mais estruturada. Espero ter tempo e vontade, não tanto para escrever uma biografia, mas escrever para sublinhar lições que fui concluindo na minha longa jornada. Esta conversa também me estimulou a procurar fazer tal balanço...

Esta conversa também me estimulou a procurar fazer tal balanço...





D.

**ARTE EM
DESTAQUE**

D.

JOÃO PEDRO PAIS



D.

Nunca soube o que queria ser, ou melhor, que profissão teria eu?

No ensino secundário, na disciplina de música, tive formação musical e escolhi trompete como instrumento principal. Interpretei algumas peças do compositor clássico Bach, era segundo trompete e decorava mais as partituras do que as estudava.

Felizmente para mim, em 1992, eu e o exímio pianista Bernardo Sasseti (músico de jazz), ambos a cumprir o serviço militar no mesmo quartel, fizemos o teste de solfejo em conjunto, e sorte a minha eu não ser tão bom quanto ele a ler a pauta, acabei por ir parar à banda do exército e passar o resto do meu tempo.

Mais tarde, tive uma experiência enriquecedora entre mim e o público: cantei em pequenos palcos nalguns bares pela Costa Alentejana, desde Santiago do Cacém a Sines e de Porto Covo a Santo André.

Interpretei sempre os cantores que me influenciaram, não ia em modas para agradar aos demais e ainda hoje continuo assim.

Mal eu podia imaginar que em 2003 faria a tour ibérica como banda suporte do mítico e lendário Bryan Adams ou que actuaria no palco principal do Rock in Rio e noutros festivais para milhares de espectadores.

25 anos depois do meu primeiro álbum em nome próprio, continuo a querer saber de onde vieram todos aqueles que fizeram com que a música cantada em inglês ou noutros idiomas, se tornasse tão global e importante para os que viriam depois.

Desde os primórdios dos anos 30, 40 e 50 do Soul, blues, jazz e que influenciaram literalmente as bandas de Rock e Pop de 60, 70, 80, ainda hoje me contento em ouvir os músicos e testemunhar a importância que as suas canções tiveram para o Mundo da Música contemporânea.

Tive o gosto de poder conversar breves minutos com aqueles que também são referências para mim e para milhões de pessoas, (*Sting, Rolling Stones, Eddie Vedder, Bryan Adams, Mark Knopfler, Jimmy Page, Bruce Springsteen, Peter Kingsbery, Zucchero, Gary Barlow ou Marillion*).

Fiz parcerias musicais com Intérpretes de diferentes países, estilos e gerações, como: *Jorge Palma, Fausto, Represas, José Mário Branco, Carlos do Carmo, Mafalda Veiga, UHF, Delfins, Zé Pedro X, Abrunhosa, Nuno Bettencourt, Keith Scott, Rui Veloso, Fabia Rebordão, Bispo, Calema, Lenine, Nando Reis, Zuker, Pérola, Selda, Simone Bittencourt*. E tem sido muito satisfatório o caminho e a cumplicidade entre mim e o público.

A partilha mútua e a continuidade nesta minha caminhada só farão sentido enquanto as pessoas sorrirem ou se identificarem com as canções que lhes canto.

É isto um breve resumo do que tenho feito desde que comecei esta viagem e ainda continuo com muitas dúvidas, mas sei que estarei por cá enquanto o meu divertimento for também o vosso contentamento.

Sejam bem-vindos ao AMOR URBANO!



Lovers on the train
- **Bernardo Guedes**

Sala

Vejo-a ao longe,
Um canto, uma história
Nos quadros, traços de amor e esperança
Corredores, afogados em sonhos e memórias,
Retratos e lembranças de vozes amigas
No silêncio, procuro o infinito
No abraço secreto destas paredes
Nas estantes do mundo,
Encontro a prisão de liberdades Encontro-me
Não demoremos
Fiquemos, fiquemos

- *André Sobral*



D.

CONVERSAS NO PORTO

EDUARDO SOUTO MOURA

D.

CONVERSAS NO PORTO

COM O ARQUITETO EDUARDO SOUTO MOURA

por **Maria Luís Gaspar**, *Editor in Chief - Porto.*

O ano de 1952 foi há 70 anos ou foi ontem? Foi há 70 anos. Umas vezes parece que foi ontem, outras parece que foi há 70 anos. As pessoas dizem que o tempo passa muito depressa, mas eu noto uma diferença abismal. O mundo virou-se quase ao contrário, e eu já nem digo em 70, se calhar só em 20. A diferença, eu acho, está dos anos 80 para aqui.

Sente-se com 70 anos? Nunca pensei nisso. Se me disser que os tenho, eu acredito, e se calhar até sinto, sinto que estou cansado. Se ter 70 anos é ser velho? Acho que não é ser velho, mas, enfim, paciência: viajo; estou ativo; também doente, com um problema pulmonar. Fumei muito, sabe?

Umas vezes parece que foi ontem, outras parece que foi há 70 anos.

Como recorda a infância? Eu acho que sou muito mais feliz agora do que quando era miúdo. Quando se é criança tem-se medo. Lembro-me de ser inseguro: de ter medo de ir para o liceu; de não fazer os deveres; de chumbar; de os professores me ralharem; de fazer qualquer coisa e os meus pais não acharem bem. Hoje sou mais livre. Quando era criança era mais dependente dos outros.

Hoje não se sente dependente de ninguém? Não, disso tenho plena consciência. Faço o que quero, para o bem e para o mal, mas isso conquista-se e não é fácil. Se me perguntar “Queria voltar atrás?”, nem pensar! Estou muito mais preocupado com o amanhã do que com aquilo que fiz ontem: sei que amanhã tenho que ir almoçar com uns tipos e que, depois, ainda tenho alguém aqui, ao fim da tarde; o que fiz ontem não me interessa para nada, nem estou muito preocupado com isso. Tive uma infância feliz. Os meus pais foram pessoas muito tolerantes, nada repressivos. Voltar atrás seria como ver um filme ao contrário (hoje é tudo digital, mas, antigamente, os filmes eram de enrolar, de bobines, vê-se, muitas vezes, os tipos a puxar a fita e a rebobinar – voltar ao passado seria isso, não teria sentido nenhum).

Faço o que quero (...) mas isso conquista-se e não é fácil.

D.

Sempre quis ser arquiteto? Não, nunca quis ser arquiteto, foi um bocado por acaso. Não sabia o que é que havia de ser. O meu irmão quis fugir à matemática e foi para Direito. Depois, havia aquela coisa: o meu irmão foi para Direito; a minha irmã ia para Medicina e eu ia para Engenharia. E eu pensei “Hm, engenheiro?”, mas o meu irmão disse-me “Porque é que não vais para Arquitetura? Tem as disciplinas que tu gostas na alínea H”. Eu sempre fui um aluno médio, nada especial, mas a partir do 6.º, 7.º ano do liceu, tornei-me num bom aluno, porque gostava bastante das disciplinas (física e matemática, sobretudo). Aliás, eu não gostava de matemática, porque tinha tido maus professores, quando tive um bom professor de matemática gostei e, quando fiz o exame de admissão às Belas Artes, tive a melhor nota das melhores notas. Aquilo é um problema de entrar no sistema – houve um professor que me fez o clique e aí percebi que a matemática era um exercício de inteligência, e a inteligência procura-se.

Não, nunca quis ser arquiteto, foi um bocado por acaso. Não sabia o que é que havia de ser.

Quando pensava naquilo que queria ser, no que pensava? Eu fui para arquitetura. Depois, fiquei farto de arquitetura e quis ser fotógrafo, porque estava farto de aturar gente: clientes e não sei quê. Não durante o curso, até porque, no meu tempo, no 25 de abril, aquilo foi uma festa completa. O meu curso de arquitetura foi feito no escritório do Siza. Não é que eu não gostasse: festas; manifestações; reuniões; viagens. Mas, no princípio, houve, então, uma altura em que me cansei, porque percebi que a arquitetura não era aquilo que eu estudava nos livros e

que, afinal, não era bem aquilo: tinha que aturar muita gente, não podia decidir sozinho e não era responsável por aquilo que fazia. E então pensei “Não, estou farto disto! Eu quero é ser fotógrafo e, assim, faço as coisas como eu quero”. E, depois, percebi, pelos fotógrafos meus amigos, que, afinal, também não é bem assim. Afinal, ser fotógrafo também é uma seca. Ainda gosto muito de fotografia, não tenho é tempo para tirar. E não gosto de hobbies: aquela coisa de “Ah, o meu hobby é tirar fotografias!”, não gosto disso. Eu gosto de ler, de ouvir música, de viajar e de conversar (gosto muito de falar com amigos) – e, se isto forem hobbies, afinal, já são muitos, mas eu encaro-os mais como complementos à profissão.

O que é que significa ser do Norte? É não ser do Sul. Eu não gosto muito desta distinção. Gosto muito de Lisboa e tenho muitos amigos arquitetos do Sul. Talvez tenha mais amigos arquitetos de Lisboa do que do Norte. Não gosto desta dicotomia entre Norte e Sul. Há um lado falso dessa narrativa: “No Norte é que se come bem!” não é verdade – em Lisboa come-se muito bem, é muito mais caro, mas isso é outra história. Depois, também se diz que cá em cima é que há boa mão de obra: na minha profissão, é evidente que os operários migraram todos para o Sul e cá não temos ninguém. Eu estou a trabalhar em várias obras com operários brasileiros, que são bons. Também há quem diga que não percebem nada disto e não é verdade: aprendem depressa e são muito bons – diz-se que a necessidade faz o engenho, não é verdade? Mas enfim, os operários do Norte estão todos em Lisboa, onde se paga o dobro daquilo que se paga aqui.

D.



(...) os operários do Norte estão todos em Lisboa, onde se paga o dobro daquilo que se paga aqui.

Disse que, quando se é jovem, é-se sempre um pouco radical. Ainda o acha? É verdade. As pessoas querem progredir, são mais insatisfeitas, são mais contra o sistema, querem provar que o sistema que existe não está bem e que são capazes de fazer melhor. É sempre uma ambição, o que é normal: quando as pessoas começam a trabalhar aos 20 anos, o pressuposto é que vão ter 60 ou 70 anos ou até 80 à frente. E, aos 70 anos, eu tenho 10 ou 15. Portanto, as perspetivas são diferentes. Arrisca-se menos, acredita-se menos e, portanto, há uma espécie de desilusão. A idade numérica não interessa, o que interessa é a experiência, que confirma que as coisas não são bem como nós queríamos no princípio e “afinal havia outra”. No meu caso, sou muito mais adequado, gosto desta palavra. Em vez de contestar as situações, como muitas vezes fiz, entendi que as soluções para essas situações não têm que ser assim tão diferentes quanto isso – basta mudar algumas premissas. Há uma observação da história que sempre foi de determinada maneira e, se calhar, não é pelo meu ímpeto que aquilo vai mudar. Portanto, sou mais adequado às pessoas e às situações. Pode dizer-me “Ah, mas está mais burguês!” e minha resposta é como a do Mário Cesariny “Burgueses somos todos nós e mais que isso”.

(...) quando as pessoas começam a trabalhar aos 20 anos, o pressuposto é que vão ter 60 ou 70 anos ou até 80 à frente.

D.

A arquitetura é arte? Penso que não. A arte é uma disciplina autónoma, que vive por ela própria e só tem um objetivo: ser ela. A arquitetura é exatamente o contrário: é uma resposta a um problema, porque só actuamos quando nos pedem. Portanto, não é arte, mas pode vir a ser: o Duchamp pegou numa roda de bicicleta, aparafusou-a a um banco e fez uma escultura, chamada “Readymade”; pegou num urinol, virou-o ao contrário e chama-lhe “Fonte”. Quando se faz uma roda de bicicleta, a roda é para pôr numa bicicleta e andar, o que não quer dizer que, destacando-a e isolando-a, ela não possa ser arte. E a arquitetura é assim: fazem-se as grandes obras de arquitetura das casas, dos objetos de vanguarda, e todos eles são feitos para responder a um cliente, dar resposta a um problema. Podemos fazê-lo num processo mecanicista, sem interesse nenhum ou num processo que produza mais valias, e essas mais valias (de gosto, de coerência histórica) podem oferecer leituras diferentes, para o futuro, mas também podem criar emoções; ao criar emoções, e isso é arte, mas isso não é o objetivo inicial.

A arquitetura deve tender para a utilidade ou para a beleza? Nem tudo o que é belo significa que seja arte. Eu acho que começa na utilidade e, se ficar só pela utilidade, é construção, não é arquitetura. Portanto, se for feita de um modo agradável, que suscite emoções, é porque é bela, mas esse não é o objetivo prioritário. Existem arquiteturas feias, que não atingem esse objetivo, mas uma coisa é certa: se a pessoa, à partida, se põe a pensar que aquilo que está a fazer é belo e é arte, esse é o primeiro passo para nunca chegar ao estatuto de arte. A arte acontece, não faz parte do ato voluntário de um arquiteto, faz parte de um “desassossego”.

Nem tudo o que é belo significa que seja arte.

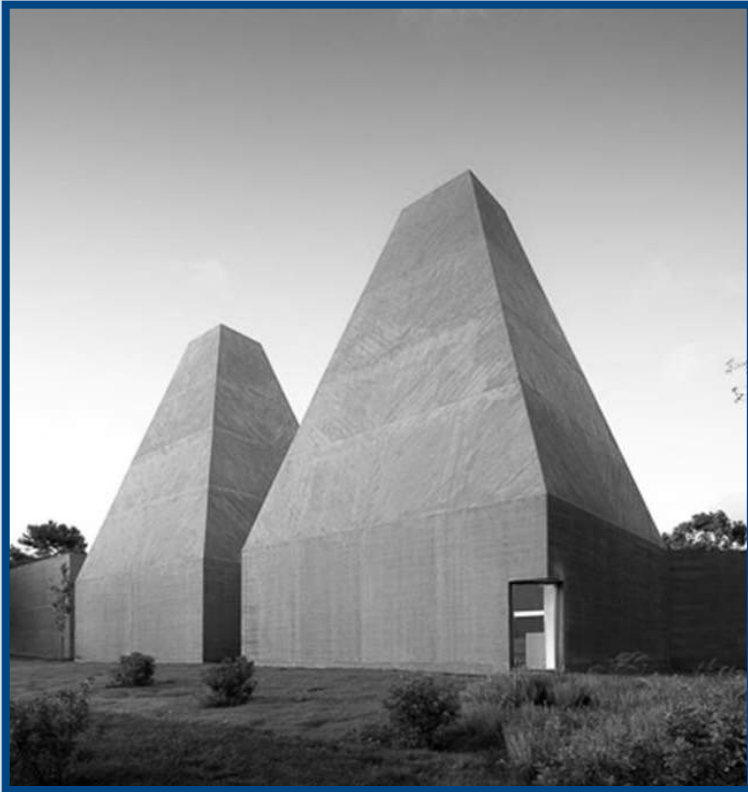
Tendencialmente, não planeamos o território – é comodismo ou falta de sensibilidade? Portugal tem um problema de logística. As pessoas agem, mas nunca pensaram nos meios que são precisos e nunca preparam as operações. Há um grupo de tipos que diz “E se fossemos jantar a Braga?”, os outros respondem “Sim, vamos todos!”, mas depois questionam-se “Vá, quem é que tem carro?” e percebem “Ah, ninguém tem carro”, portanto “Bem, então não vamos” – isto é uma coisa muito portuguesa. Portugal tem esse problema: de falta de experiência e de tradição sobre a logística e planeamento. Não é por acaso que os romanos diziam que “este país não sabe governar-se e não se deixa governar”. Os romanos queriam que as populações descessem da montanha e viessem para os vales, por questões de segurança, e faziam estradas: portanto, aumentavam a rentabilidade da economia e da geografia, através de vias de comunicação. E eles tinham razão, porque, hoje em dia, se virmos uma fotografia do Minho, há casas em cima do rio até ao cume da montanha. Ninguém critica. A grande operação, agora, é demoli-las. Daí dizer que “o futuro da arquitetura é a desconstrução” – desconstruir para reconstruir.

Daí dizer que “o futuro da arquitetura é a desconstrução” – desconstruir para reconstruir.

D.

Falemos do metro do Porto. Porque é que acha que os movimentos ecológicos não o compreendem? No plano para se fazer o metro, há 13 ou 15 estações e uma linha definida por um sistema ferroviário. O acesso às estações, que estão no subsolo, em princípio, é feito pelos locais livres (isto é, jardins): atacam-se as caves, os túneis subterrâneos, pelos jardins. E quando os jardins se atacam pelos canteiros, não há problema nenhum, tiram-se três papoilas ou jarros, faz-se um buraco e torna-se a pôr. Quando tem árvores é mais complicado. Por exemplo, no Marquês estava previsto saírem sete árvores e conseguimos fazer um projeto todo torto, mas adequado, em que só saíram três. É evidente que quem é míope, tal como alguns movimentos ecológicos, que são rígidos, contestam. E contestaram o projeto e contestaram o metro. Agora, deviam estar a andar a pé; se vejo um ecologista que me insultou dentro do metro, digo “O que é que o senhor está a fazer aqui? O senhor é contra este sistema”. Eu sou 100% a favor de uma nova ecologia. Isto não pode continuar a assim. Primeiro, é preciso ser lúcido, esta situação não pode continuar. Segundo, quais é que são as medidas? Porque há muita demagogia à volta das medidas. A maior fonte de poluição são os aviões: eu nunca ouvi um ecologista a dizer “Acabem com os aviões”. E vem aquela desgraçada daquela rapariga dos Estados Unidos, num barco a remos. Quer dizer, eu percebo, mas não é por aí que vamos resolver os nossos problemas. Portanto, há muita demagogia sobre a ecologia e há muita coisa que nós não sabemos cá, mas que lá fora eu sei: isto transformou-se num negócio. Materiais que se consideram ecológicos, por exemplo, para o isolamento de paredes, são um negócio e não servem para nada. Quer dizer, servem, ameniza, mas são de tal maneira caros que é um luxo de sociedades ricas. Os pobres não se preocupam com a ecologia, porque não conseguem. Eu faço casas para pessoas ricas: têm três sistemas de aquecimento, uns com painéis, outros com gás, outros com isto, outros com aquilo. E podem pagar esses três sistemas para poupar energia, para serem ecologistas, mas eu acho que é um contrassenso. É um luxo e é uma moda, mas eu não posso criticar, porque acho que é preciso. Mas o essencial é discutir a sustentabilidade e isso não diz apenas respeito a não gastar energia – eu posso fazer um monstro que gasta pouca energia, mas não interessa nada, porque as pessoas ficam ofendidas com aquele desenho. Portanto, a sustentabilidade não é só poupar energia...





Casas das Histórias



Edifício Cantareira



Convento Bernardas

D.

(...) há muita demagogia sobre a ecologia e há muita coisa que nós não sabemos cá, mas que lá fora eu sei: isto transformou-se num negócio. Materiais que se consideram ecológicos, por exemplo, para o isolamento de paredes, são um negócio e não servem para nada.

Acha que a Europa vai deixar escapar a Democracia? É preciso tomar medidas. A Democracia precisa de ter pulso firme. Vão ter que haver medidas contra as pessoas, não se pode continuar com este sistema de grandes costumes. Os movimentos extremistas crescem e é por causa disso e por causa de outros movimentos de contestação que falharam. Outro problema é a religião. A prática da religião está completamente a desaparecer: eu ia buscar a minha mãe à missa aos domingos, não estava lá ninguém, estava a minha mãe e três velhas. Da sua geração, praticamente ninguém vai a uma missa. As minhas filhas não são casadas, os meus netos não são batizados. Não digo que a prática desapareça, mas há uma tendência para ser suspensa. Confesso que, às vezes, algumas coisas fazem-me uma certa impressão: uma altura, alguém tinha uma medalha e lembro-me que a minha neta, que nunca ouviu falar em Nossa Senhora, olhou para a medalha e disse “Eu também tenho uma igual com a Dona Maria”, mas a verdade é que ela não é obrigada a saber. Isto é um ciclo vicioso: a geração dos meus pais teve uma educação traumatizante e liberalizou em relação à minha, para não cometer os mesmos erros que os meus avós cometeram; como eu não tive essa pressão, fui liberal em relação às filhas; e as filhas são liberais em relação aos meus netos.

Isto é um ciclo vicioso: a geração dos meus pais teve uma educação traumatizante e liberalizou em relação à minha, para não cometer os mesmos erros que os meus avós cometeram; como eu não tive essa pressão, fui liberal em relação às filhas; e as filhas são liberais em relação aos meus netos.

Há algo de ingrato no trabalho de um arquiteto – de repente, qualquer pessoa tem uma opinião sobre o vosso trabalho. Irrita-se quando o avaliam sem grande conhecimento, relativamente a uma coisa que lhe pode parecer tão óbvia? Não. E os médicos? Toda a gente diz “Dói-me a cabeça, estou constipado e com arrepios. Deve ser gripe. Vou tomar um Ben-u-ron”. Toda a gente é médico de si próprio e toda a gente é arquiteto de si próprio e diz “Eu agora precisava de mais um quarto, então vou chamar um trolha e aquele quarto de costura, que é pequeno, acho que vou aumentá-lo, meto-lhe uma porta e não sei quê”. A minha mãe tinha a mania que era arquiteta e dizia “tu saís a mim”. Enfim, não me incomoda nada, porque nada é óbvio. Até porque, pelo contrário, um projeto que não tem dificuldades é um projeto linear, comodista, que leva à mediocridade. Se nós próprios não colocamos questões a nós próprios (e não o fazemos, porque somos comodistas), alguém tem que vir de fora. Agora, a crítica tem que ser construtiva, não pode ser nem má criação, nem violenta, nem arrogante, como às vezes acontece, por exemplo, entre partidos diferentes. Uma altura, numa determinada comunicação que fiz, eu percebi perfeitamente que houve ali uma luta partidária – houve uma maneira de atacar a câmara, por parte de partidos de esquerda. Eu até sou de esquerda, mas não

D.

tem mal nenhum, não é assim que se vetam as coisas. Portanto eu não acho mal nenhum, venham eles, eu aguento, tenho corpo para isso!

Concluída uma obra, fica um lado afetivo ou é necessário desassociar? Não, corto logo. Acabei! A semana passada acabei um hotel no Mosteiro de Alcobaça. Acabei, fui lá dormir e disse “Pronto, adeus”, porque é preciso, tem que se cortar e pensar no que vem a seguir, senão nunca mais. No início, havia medo, na juventude eu era muito mais receoso. Hoje, pela experiência, se ficou mal, paciência, a próxima ficará melhor. Quando era novo, eu ficava aflito, com inseguranças. Por isso é que gosto mais de viver hoje.

Quando era novo, eu ficava aflito, com inseguranças. Por isso é que gosto mais de viver hoje.

Acha que o seu nome ajuda a dar credibilidade a uma obra? Não, pelo contrário, prejudica. Quer dizer, o nome ajuda para ter mais clientes, mas depois, pelo facto de ter nome, só me prejudica. Se eu tiver um erro, como é natural, dizem-me “Então, um *Pritzker* faz uma banca assim, onde a torneira ficou ao lado e depois não sei quê?” e eu “Por acaso, no lava-louça, quando passo pela torneira com a mão direita é que meto na máquina”, mas “Ah, não, tem que ser à esquerda, o senhor nem parece *Pritzker*”. Portanto, todo o meu currículo está sempre a pesar e eu acho que me prejudica. Foi muito importante para ter trabalho, mas, tendo trabalho, a partir daí, responsabiliza-me muito. Não pagam mais por isso e estão sempre a pressionar e a exigir mais (“Afimal, você é *Pritzker*, tem que fazer melhor!”).

Nos dias de hoje, há espaço para uma criatividade espontânea no meio de tanto volume de encomendas? Eu não tenho assim muitas encomendas, porque eu seleciono-as. Sei muito bem o que posso fazer e estou no limite: já trabalho sábados e domingos, portanto não quero mais. O ponto de partida de um projeto é a intuição, o “parece-me que isto é assim”. Depois tem que se fazer um projeto. Agora, o importante é que esse projeto filtre e arranje as informações necessárias para que a forma fique sedimentada, consolidada. Não se pode embarcar para um projeto sem confirmar, porque a arquitetura não pode viver só da emoção (isso é a pintura, que não responsabiliza ninguém pelo seu comportamento). Eu não posso fazer isso: se eu fizer, por exemplo na Católica, uma sala de aulas, sou responsável por aquilo e podem muito bem dizer “Não se ouve nada, a acústica é péssima”. A arquitetura precisa de tempo. Diz-se que “a arquitetura é a arte de inventar o espaço”, mas não, a arquitetura é a arte de inventar o tempo. É preciso muito tempo para se chegar ao espaço e, hoje, como espaço é tempo e dinheiro, não há tempo. Portanto, um dos motivos da mediocridade e da falta de qualidade da arquitetura é a falta de tempo para os arquitetos fazerem os projetos, porque não há tempo que os bancos deem para fazerem investimentos. É tudo rápido, senão perde-se dinheiro.

“Afimal, você é Pritzker, tem que fazer melhor!”

D.

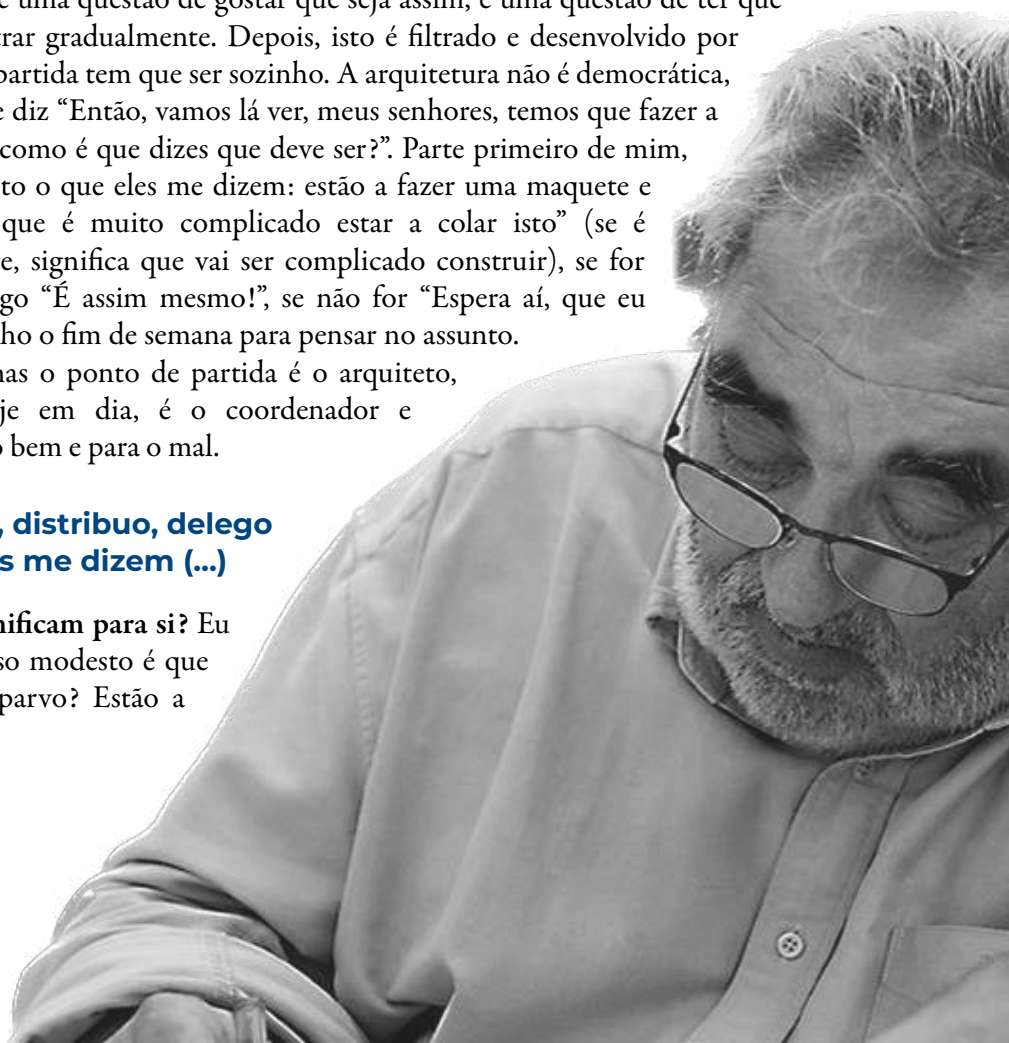
E perde-se o encantamento no meio disso? Perde-se. Quando se tem mais idade, como agora, existe maneira de contornar isso e substituir – a inquietação existe, mas a pessoa pode inventar motivos para sublimar essa inquietação. Quando se é mais novo, não se tem essa capacidade. Mas existe essa falta de encanto, faz parte e, às vezes, não é mau: as pessoas não podem embalar num certo narcisismo, ainda que se tenha que gostar do que se faz, porque isso dá incentivo para melhorar e continuar. É tudo um problema de equilíbrio – não é fácil encontrá-lo, mas o que é interessante é isso, é a procura. A mim o que me interessa é o processo... por acaso, é mentira: o que me interessa é o resultado, porque sou julgado pelo resultado e o inferno está cheio de boas intenções. Mas o que me preocupa é como é que vou arranjar um processo para chegar a um bom resultado, porque hoje em dia a informação foge no meio dos dedos. Nós não controlamos as mudanças do território, as mudanças das leis, as mudanças da economia; nós, arquitetos, assistimos e é como jogar às cartas, mas quem estabelece as regras do jogo não sou eu. Os arquitetos também têm alguma culpa, porque, muitas vezes, desresponsabilizam-se dessas questões. Fingem que são artistas, que vivem noutra e, muitas vezes, as pessoas não os levam a sério (por isso é que há a palavra “artista”, que é qualitativa e que pode ser pejorativa).

Quando se tem mais idade, como agora, existe maneira de contornar isso e substituir – a inquietação existe, mas a pessoa pode inventar motivos para sublimar essa inquietação.

Gostava que o seu trabalho fosse mais solitário? Não. Aliás, o trabalho que faço, faço sozinho, porque distribuo. Eu trabalho muito em casa, à noite e de manhã e, mesmo quando preciso, fecho-me aqui. Não é uma questão de gostar que seja assim, é uma questão de ter que ser, a informação tem de entrar gradualmente. Depois, isto é filtrado e desenvolvido por uma equipa, mas o ponto de partida tem que ser sozinho. A arquitetura não é democrática, ninguém se senta numa sala e diz “Então, vamos lá ver, meus senhores, temos que fazer a casa para a Dona Beatriz, tu como é que dizes que deve ser?”. Parte primeiro de mim, distribuo, delego e ouço muito o que eles me dizem: estão a fazer uma maquete e dizem “Oh Eduardo, olhe que é muito complicado estar a colar isto” (se é complicado colar na maquete, significa que vai ser complicado construir), se for fundamental para a obra, digo “É assim mesmo!”, se não for “Espera aí, que eu segunda-feira digo-te”, e apanho o fim de semana para pensar no assunto. É um trabalho de equipa, mas o ponto de partida é o arquiteto, tanto que o arquiteto, hoje em dia, é o coordenador e responsável do projeto, para o bem e para o mal.

Parte primeiro de mim, distribuo, delego e ouço muito o que eles me dizem (...)

O que é que os prémios significam para si? Eu gosto imenso. Só se fosse falso modesto é que dizia que não, então estou parvo? Estão a



D.

dar-me um prémio “ah, não quero”. Tanto trabalho, tanta chatice, quando me dão os prémios claro que gosto. Se forem monetários, dá sempre jeito e compro sempre um objeto com eles, nunca ponho na conta. Com o *Pritzker* comecei a fazer uma casa, depois vendi-a e agora estou a fazer outra com o prémio do estádio de Braga. Só que prémios em Portugal ou são folhas de acrílico feíssimas (mas coisas que uma pessoa até tem vergonha de mostrar) ou uns pratos pintados ou salvas de não sei quê. Mas pronto, normalmente, compro uma máquina fotográfica, ou um quadro, ou uma caneta boa e depois digo “Esta caneta foi um prémio que ganhei...”

Com o Pritzker comecei a fazer uma casa, depois vendi-a e agora estou a fazer outra com o prémio do estádio de Braga.

O que é que falta alcançar? Acabar o que tenho que fazer, os projetos que tenho em mãos. Eu não sou de utopias, de “Ah, não me importava que o mundo fosse assim”. Já fui, talvez, mas percebi que é muito mais difícil ser realista do que ser utópico: ser utópico é uma certa fuga à realidade e só a realidade é que interessa. O Einstein dizia que o futuro chega sempre demasiado depressa, e isto é sagrado...

O que é que não pode faltar na sua secretária? Um papel e uma Bic, desenho sempre com caneta.

Qual é a sua música preferida? Gosto muito do Bach interpretado pelo Glenn Gould, sobretudo as Partitas ou as Suites Inglesas, talvez as Suites Inglesas. E gosto muito do Miles Davis.

Como é que gostava de ser recordado? Como sou. Gostava que dissessem que fiz o melhor que pude, não quero que inventem qualidades (não tenho muitas) e também não gostava nada que dissessem muitos defeitos (também não os tenho assim tantos). Eu tento dar o máximo para, quando uma coisa fica mal e dependia de mim, nunca inventar desculpas. É uma coisa que me faz impressão: chegar a uma obra, olhar para ela e dizer assim “Com os diabos, pá! Aquela janela ficou mesmo torta, é o que dá teres ido para a praia no domingo”. Às vezes, isso acontece, pensar “Pá, este domingo estou tão cansado... Não sei se vou para o escritório. Aquilo não está bem, mas eu vejo segunda-feira”. Depois, não consigo olhar para aquilo, por algum motivo, e passa e fica mal. É que, ao menos, os médicos enterram os defeitos, nós ampliamos os nossos, não há hipótese de esconder. Portanto, acho que gostava que me recordassem como sou – um julgamento para o bem e para o mal.

Gostava que dissessem que fiz o melhor que pude, não quero que inventem qualidades (não tenho muitas) e também não gostava nada que dissessem muitos defeitos (também não os tenho assim tantos).

D.

Os PREFERIDOS

Mónica Duque

Livro favorito? Na imensidão não há preferidos, há momentos e há livros que marcam momentos (e de que recordamos as capas, a textura do papel, os cheiros): Arquipélago de Gulag, Alexandre Soljenitsin, edição portuguesa de 1975, da Bertrand; a descoberta do horror depois de Nuremberga e do sem fim de horrores da Alemanha nazi; capa de fundo lilás, miolo de papel amarelado, diretamente da mesa de cabeceira do meu pai, li-o com 12 anos. A Montanha Mágica, Thomas Mann. A Insustentável Leveza do Ser, Milan Kundera. Memorial do Convento, José Saramago. Pilares da Terra, Ken Follet. Aniquilação, M. Houellebecq (dos poucos dias de praia deste verão). Contos Exemplares, Dia do Mar, Mar Novo: Sophia de Mello Breyner (sempre). Onde Mora a Felicidade, Pearl S. Buck. Das catedrais, da construção das comunidades, do que somos no mais fundo de nós, do amor verdadeiro...

Viagem de sonho? Todas as que o tempo há de trazer e as muitas já cumpridas, incluindo as de trabalho não sonhadas, mas que me levaram a culturas e lugares maravilhosos (que nunca teria pensado como destinos de sonho).

Memória? Os verões com três meses de férias... Ofir, o silêncio ensurdecedor do mar e do vento, a praia deserta, as caminhadas e as confidências. O mar da Nazaré, o enorme turbilhão das ondas onde aprendi a nadar, as barbatanas que nos levavam mais depressa para o azul muito escuro das águas profundas, os almoços na praia, entre barracas, a família feita de muitas famílias e amigos. Outros lugares: os rostos, as vozes, os sorrisos, um por um, dos que me morreram.

Prato preferido? Arroz de lavagante (nas declinações das cozinhas de Matosinhos, da Galiza e do Algarve).

Para começar bem o dia, o que não pode faltar? Pelo menos três peças de fruta e duas chávenas seguídas de café expresso com espuma densa.

Qual o seu lema de vida? A combinação de três. “Ora et labora”, de S. Bento (padroeiro da Europa). “Ama e faz o que quiseres”, como cunhado por Santo Agostinho (teólogo, filósofo e jurista maior, filho de Santa Mónica, escolhida pelos meus pais para me dar o nome): “se te calas, cala-te por amor; se falas em tom alto, fala por amor; se corriges, corrige por amor; se perdoas, perdoa por amor...”. Tudo, tudo mesmo, é dom.

D.

Se pudesse escolher outra profissão, qual seria? **Seria médica, seguramente; a medicina estava no outro prato da balança desde pequena (a justiça e a saúde são, de mãos dadas com a educação, os pilares fundamentais da organização social) e dizem-me que teria jeito... Ou teria mergulhado na música, no ballet clássico e a seguir na dança contemporânea (se deixar falar o outro eu menos racional que vive cá dentro).**

Se pudesse mudar 1 aspeto em Portugal, o que seria? **Um aspeto só? A andar para trás no tempo (mas olhando para o futuro)? Fácil de mudar? A política de transportes. Percebemos tão cedo a importância da ferrovia. Fomos capazes de ver tão longe. Estivemos científica e tecnicamente tão à frente nos projetos e nos planos...**

Qual o tema da atualidade que mais a faz pensar? **A fome no mundo em agravamento e em níveis alarmantes. Segundo os mais recentes dados da ONU, 9,8% da população global em privação alimentar extrema. Mais de 800 milhões de pessoas, a maior parte crianças. Peste, guerra e fome: a trilogia sombria e triste do passado a fazer-se presente.**

A Professora Mónica Duque é uma das caras mais conhecidas da Universidade Católica no Porto. Profundamente ligada à universidade, já exerceu várias funções executivas no âmbito da gestão do Campus do Porto e da Escola do Porto da Faculdade de Direito.



D.

DIURNA.

“Some years bring disorder, others a resolution. This one asked questions.”

Leu religiosamente o *The Economist*, todas as semanas, desde que a Personalidade em Destaque no Porto, Artur Santos Silva, me recomendou numa das nossas conversas. Foi na histórica Edição Especial de fim de ano que, no subtítulo do seu editorial reflexivo sobre 2022, encontrei o mote para escrever o meu próprio editorial para o **Diurna.**, uma publicação por ora sem as mesmas aspirações mas que me é igualmente cara, como os leitores imaginarão: *Some years bring disorder, others a resolution. This one asked questions.*

O ano de 2022 foi marcado por um conjunto de acontecimentos relativamente bem conhecidos daqueles que acompanham o **Diurna.**, temas esses que marcaram cada alinhamento. Tais marcos, que hão de preencher as páginas dos livros de História, são, ao fim ao resto, únicos, ainda que pouco esclarecedores do que nos espera. Todos eles ditaram o início de um capítulo mas, como qualquer boa série do *Netflix*, deixaram-nos, invariavelmente, ansiosos pelas próximas temporadas, *rectius*, do novo ano. Discorra-se sobre eles, com curiosidade e alguma ousadia, arriscando pecar sempre por falta de menções e nunca por excesso.

1. A (inesperada?) guerra Rússia vs. Ucrânia é, indiscutivelmente, o marco do ano. A propósito do conflito, testemunhamos uma (inesperada?) resiliência e coordenação dos aliados ocidentais e da União Europeia. Se é verdade que podemos estar satisfeitos pela defesa montada a favor dos valores de uma democracia liberal, também devemos estar, no mínimo, intrigados com as questões que se levantam: a defesa da Europa vai passar a depender mais da NATO, através de uma verdadeira aposta dos Estados nesta organização?; a visão de Macron sobre uma estratégia europeia própria vai ganhar terreno?; há limites a esta

cooperação, exemplo disso será o ataque dissimulado às indústrias europeias na *Inflation Act* do Presidente Biden?; a Rússia, leia-se, o seu povo, vai, finalmente, em revolta, encetar o caminho para a democracia negada desde a sua existência?; a eventual queda de Putin poria no seu lugar facínoras ainda piores?; a Ucrânia passará a ser parte da Europa, institucional, política e/ou simbolicamente?; e a energia?, é este o momento que ditará para sempre o início de uma galopante transição para as fontes renováveis?; ressuscitaremos o nuclear, área sobre a qual a França tem muito a dizer?, ou apenas mudaremos o rumo para, no fim do

D.

dia, continuar a depender de companhias pouco recomendáveis?; os EUA vão resgatar o fato de super heróis e assumir-se-ão, em repetição histórica, como polícias do mundo?; as próximas eleições presidenciais americanas vão dar resposta a esta questão?; a super potência China vai tomar um lado, deixar-se ficar ou aproveitará cinicamente para crescer por entre as perdas de todos os outros?

2. Por falar em China, o Presidente Xi enfrenta uma das mais calamitosas situações de contestação pública de que há memória no seu governo, iniciado em 2012. As políticas de “covid zero” quebraram o contrato social entre os chineses e o Partido Comunista: “poder absoluto em troca de crescimento económico e oportunidades para todos”. Com o desemprego jovem a crescer, a falta de condições de habitação nas grandes cidades, a economia menos pujante do que antes e as (poucas) liberdades constrangidas, as ruas não tem vivido dias pacíficos, tal como o trabalho das polícias de repressão. Esta breve descrição de um povo que tem protestado, dentro e fora de portas, com folhas brancas, leva-nos a abrir mais um leque de perguntas: quão longe irão os protestos?; qual a resiliência política do partido centenário?; se à pergunta anterior respondermos “pouca”, que alternativas?; como reagirá a economia chinesa à guerra comercial estabelecida pelos americanos?; que relação se proporcionará com os seus vizinhos geográficos para onde cada vez mais indústrias tecnológicas têm sido deslocalizadas?; quantos morrerão em razão de uma política de vacinas ineficaz?; e os serviços de censura, quão capazes serão de continuar a bloquear o acesso internacional à informação sobre a vida na China?

3. E, já que assumimos o mote de des-tapar o véu, qual o papel da Igreja Católica, em Portugal e na Europa? E da religião muçulmana, no Irão? À sua medida, cada uma destas duas está a viver uma crise identitária e societal na ligação entre a fé e as instituições. No Irão, os tumultos ainda não pararam desde a morte de Mahsa Amini, às mãos da polícia dos costumes, por usar incorretamente o véu islâmico, obrigatório para todas as mulheres. Em Portugal, e na Europa, tem sido tempo de trazer à luz do dia os crimes sexuais (estruturais?) na Igreja Católica, até hoje abafados pelo medo, pela vergonha e pelas hierarquias, a partir de intervenções jornalísticas, policiais e, sabe-se-lá porquê, políticas, que muitos títulos de jornal têm alimentado. Sabendo-se que os valores de qualquer uma destas duas religiões são enformadores e fundamentais para a história das comunidades em que se inscrevem, resta saber como conseguirão, daqui em diante, crescer, moldar-se, adaptar-se e autocorrigir-se para que se mantenha vivo o seu papel que, ao fim ao resto, vai muito para lá dos Homens que as servem (ou que delas se servem). De outra forma, mais questões ficam a pairar: se o descrédito da Igreja Católica em Portugal fosse total, o que seria da cultura que comungamos?; o que mudaria em gerações sem contacto com os princípios que formaram todos os seus ancestrais?; quem assumiria as obras sociais da maior relevância e que foram até hoje guiadas pela mão próxima das paróquias?; e quanto ao Irão, que país emergiria se o Estado se tornasse laico?; quantas possibilidades alcançariam as mulheres iranianas?; é sequer essa utopia possível?; como seriam afetados os países vizinhos?

D.

4. em diante. Tanto mais poderia discutir, com outras tantas questões levantadas. Os resultados nas eleições francesas elegeram Macron!, mas mostraram que só Le Pen, aparentemente, tem condições para uma candidatura forte no futuro: que será da França, e da Europa? Em Itália, um país aparentemente ingovernável, já há governo... com muito que se lhe diga: que será da Itália, em 2023? O Reino Unido, agora, sem Rainha terminará 2023 unido, apesar das crescentes animosidades e incapacidades do *cabinet*, em Londres? E

Cristiano Ronaldo, para onde irá jogar o craque português, em 2023, depois da saída escaldante, ou escaldada, do Manchester United? E as grandes tecnológicas, fontes de inovações que controlam os nossos dias, a começar pelas redes sociais, que vivem um atribulado período entre a tutela por lunáticos, os despedimentos massivos, o abandono de projetos para grande espaços físicos de trabalho (tradicionalmente apelidados de escritórios), as questões da privacidade e da ponderação sobre limites à liberdade de expressão?... questões, questões e mais questões.

O ano de 2022 parece ter distorcido tanto do que tomávamos como garantido... e talvez por já estar longe, ou tudo o que enumerei ser estrutural, fê-lo de uma forma mais profunda do que a pandemia. Tudo parece estar a mudar, a uma velocidade estupenda, e o conjunto de incertezas que se levantam é sobranceiramente maior do que as convicções asseguradas. É como se fosse certo que a nossa Vida será diferente... resta apenas saber como. Há inúmeros sinais de esperança, quase como se momentos pelos quais ansiávamos há décadas, no espaço de meses, finalmente, estivessem a acontecer... ou estarei apenas a assumir um papel de otimista irritante?

Quaisquer que sejam as respostas a estas questões, venham elas a ser discutidas em 2023, ou só mais tarde, faço votos de que o **Diurna.**, e a Universidade Católica Portuguesa, sejam parte ativa nessas reflexões.

Dezembro de 2022



Nuno Brochado de Agarez,

Diretor Nacional do Jornal Diurna.



OS TEXTOS DOS AUTORES CONVIDADOS
NÃO SÃO SUJEITOS A QUALQUER PROCESSO
DE REVISÃO, POR RESPEITO AO ESTILO
PRÓPRIO DE CADA UM.

D.

A bitola para qualquer Edição do Diurna., dois anos depois do seu lançamento, e já com alguns meses de trabalho enquanto publicação nacional, aumenta de número para número.

Ao concluirmos o ano de 2022, muito seguros da qualidade do conteúdo que hoje oferecemos aos nossos leitores, queremos dedicar esta Edição a todos os que nela figuram, ou figuraram: a credibilidade do projeto é deles. O prestígio, mais ainda.

Esta é uma publicação que faria inveja a muitos produtos profissional e empresarialmente dispostos na praça pública. Estamos gratos pela confiança que depositaram na nossa marca para que essa realidade se manifestasse, em particular, neste número.

Até 2023, momento em que *Vamos Falar sobre o Futuro!*

D i u r n a .



jornaldiurna.com

D.

DIREÇÃO NACIONAL

DIRETOR NACIONAL

NUNO BROCHADO DE AGAREZ

EDITOR IN CHIEF - PORTO

MARIA LUÍS GASPAR

EDITOR IN CHIEF - LISBOA

CATARINA ANDRADE

A

EQUIPA EDITORIAL

PORTO

JOANA TORRES

GUILHERME SANTOS

LISBOA

MARIA PIA SILVA

PEDRO ALMEIDA E BRITO

MARKETING E DIGITAL

DANIELA MACALHÃES COSTA

LÚCIA CATARINA FERREIRA